

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS-NPPCS
MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

GLÊYSE SANTOS SANTANA

**A GUINADA DA IGREJA PROGRESSISTA EM SERGIPE: O BISPADO DE DOM
JOSÉ VICENTE TÁVORA (1958-1970)**

São Cristóvão – Sergipe
2011

GLÊYSE SANTOS SANTANA

**A GUINADA DA IGREJA PROGRESSISTA EM SERGIPE: O BISPADO DE DOM
JOSÉ VICENTE TÁVORA (1958-1970)**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Péricles Morais de Andrade Júnior

GLÊYSE SANTOS SANTANA

**A GUINADA DA IGREJA PROGRESSISTA EM SERGIPE: O BISPADO DE DOM
JOSÉ VICENTE TÁVORA (1958-1970)**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Banca Examinadora _____.

Prof. Dr. Péricles Moraes de Andrade Júnior - UFS
Orientador

Prof. Dr. Severino Vicente da Silva
1º Examinador

Prof. Dr. Ernesto Seild
2º Examinador

Aos meus pais, José Fernandes e Maria Célia.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Péricles Morais de Andrade Júnior, pela sua fundamental contribuição intelectual, competente orientação e amizade sempre demonstrada ao longo dos anos.

A professora Christine Jacquet pela contribuição a este trabalho, quando de suas pertinentes intervenções durante o processo de qualificação.

Aos sempre generosos companheiros Joacenira Oliveira, Rosane Guedes e Júlio César, os queridos amigos com os quais dividi nessa experiência intelectual e de vida, grandes e variados momentos.

Aos colegas de trabalho que compõem o NUCI, em especial à Prof.^a Dr.^a Valéria Aparecida Bari, que mais do que uma chefe hierárquica, se mostrou uma compreensiva amiga e uma impulsionadora constante.

À Maria Távora Cobra por me permitir encontrar o fio da meada, à Maria das Vitórias Távora que além de me receber, lançou pistas que foram fundamentais nesse percurso. À D. Maria Teresinha Silveira Távora Pedroso, que de forma entusiástica e emocionada, desenterrou um passado de glórias e tristezas.

Ao jornalista João Oliva Alves e ao pesquisador Ibaré Dantas pela acolhida e informações.

Aos meus amores (Fernandes, Célia, Gláucia, Alex, Letícia, Heitor, tio Paulo, D. Maura e minha tia-madrinha Maria José) e aos amigos-irmãos (Givaldo, Gilderman, Damiano, Ronise, Antônio) que sempre me incentivaram, não somente nessa etapa, mas em diversos momentos ao longo de muitos anos, e que compreenderam minhas constantes ausências nos últimos tempos.

À minha segunda família, os Naziazeno (Delmo, Cheila, Paloma, Thiago, Shirley e Gustavo) pela acolhida, preocupação, amizade e cooperação direta para essa pesquisa.

Ao colega João Alves do Nascimento, intermediador direto do meu acesso à documentação constante do Arquivo da Arquidiocese Metropolitana de Aracaju.

Ao Professor Luiz Carlos Prado, O Mestre dos Magos, pela amizade de muitos anos e a correção ortográfica deste texto.

A Isabel Cristina Alves pela correção extremamente profissional das normas da ABNT.

À bibliotecária do CEDHOC, Maria Helena e a historiadora Luci Pinã pelo acesso ao centro de documentação, pelas tardes de conversas e troca de informações.

Ao Diretor do IGHS, Samuel Barros de Albuquerque, por poupar-me um tempo precioso, concedendo-me décadas de periódicos digitalizados.

À Tânia Maria, secretária da Arquidiocese Metropolitana de Aracaju pela prestimosa colaboração.

RESUMO

Esta dissertação apresenta os resultados de uma pesquisa cujo objetivo principal foi identificar e compreender as ações de cunho social empreendidas pelo prelado Dom José Vicente Silveira Távora em Sergipe (1958-1970). Tais ações foram, aqui, relacionadas aos sentidos e disposições instituídas no campo católico brasileiro no intervalo de 1930 a 1970 e ao debate acerca da questão social que impulsionou a Doutrina Social da Igreja no Brasil. Busca-se também, evidenciar os seguintes aspectos: emergência, estratégias, práticas, discursos e bens simbólicos oferecidos por este prelado. Assim, a análise das ações sociais de Dom Távora em Sergipe pressupõe, antes de tudo, a compreensão dos sentidos do referido campo religioso, bem como, da posição deste agente no interior desta esfera social nas décadas de 1950 e 1960, período sob o signo da gênese da esquerda católica e suas ambições transformadoras. Pressupõe-se que as ações sociais implantadas por Dom Távora em Sergipe estão diretamente associadas à defesa de um modelo de Igreja manifestado pela facção reformista do clero brasileiro ao qual ele estava vinculado. Ademais, é percebido que as imagens a ele atribuídas foram fruto de uma construção de “carreira” em defesa de uma ação direta da Igreja com relação à questão social, bem como de sua aproximação com o campo intelectual e político no Brasil.

Palavras-chave: Catolicismo. Questão Social. Dom Távora.

ABSTRACT

This dissertation presents results of a study whose main objective was to identify and understand the social actions taken by the bishop Don José Vicente Silveira Távora in Sergipe (1958-1970). Such actions were here related to the senses and provisions established in the Brazilian Catholic field since 1930 to 1970 and to the discussion about the social issue that drove the Social Doctrine of the Church in Brazil. We also seek to highlight the following aspects: emergence, strategies, practices, discourses and symbolic goods offered by this bishop. Thus, the analysis of social actions of Dom Távora in Sergipe requires, above all, understanding the senses of that religious field, as well as the positions of the agent within this social sphere in the 1950s and 1960s, a period under the sign of the genesis of the catholic left and of its transformative ambitions. It's supposed that the social actions implemented by Dom Távora in Sergipe are directly associated with the defense of a Church model, which is manifested by the reform faction of the Brazilian clergy to which he was linked. Moreover, it's noted that the pictures attributed to him were the result of a construction career in defense of a direct action of the Church regarding the social issue, as well as its proximity to the intellectual and political field in Brazil.

Keywords: Catholicism. Social Issue. Dom Távora.

LISTA DE SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
ACB	Ação Católica Brasileira
ACR	Abrigo Cristo Redentor
ANCAR	Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural
AOC	Ação Operária Católica
APES	Arquivo Público Estadual de Sergipe
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASA	Assistência Social da Arquidiocese
ASR	Assistência Social do Recife
BB	Banco do Brasil S.A.
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S.A.
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CFE	Conselho Federal de Educação
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COC	Círculos Operários Católicos
COTRINAG	Comissão de Organização da Triticultura Nacional e Armazenamento Geral
CSN	Congresso de Salvação do Nordeste
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMDAGRO	Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
FAFI	Faculdade de Filosofia
FAG	Frentes Agrárias
FJOCF	Federação da Juventude Operária Católica Feminina
FJOC	Federação da Juventude Operária Católica
GTN	Grupo de Trabalho para o Nordeste

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba
IHGS	Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
INAMPS	Instituto Nacional Assistência Médica Previdência Social
ITERJ	Instituto de Teologia do Rio de Janeiro
JEC	Juventude Estudantil Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
JIFC	Juventude Independente Feminina Católica
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LC	Ligas Camponesas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LEC	Liga Eleitoral Católica
LISAC	Liga Independente de Senhoras da Ação Católica
LISAC	Liga Independente dos Senhores da Ação Católica
LT	Legião do Trabalho
LUC	Liga Universitária Católica
MEB	Movimento de Educação de Base
NTS	Núcleo de Trabalho de Sergipe
PRHOCASE	Programa de Promoção do Homem do Campo em Sergipe
PSD	Partido Socialista Brasileiro
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
REB	Revista Eclesiástica Brasileira
SAME	Serviço de Assistência à Mendicância
SAR	Serviço de Assistência Rural
SECAS	Serviço Estadual Contra as Secas
SERENE	Seminário Regional do Nordeste
SORPE	Serviço de Orientação Rural de Pernambuco

SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TFP	Sociedade pra Defesa da Tradição, Família e Propriedade
UDN	União Democrática Nacional
UOC	União dos Operários Católicos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O CAMPO CATÓLICO BRASILEIRO (1930-1960)	25
2.1	A Igreja Católica, o Estado e a “questão social”.....	26
2.2	A Emergência da “ <i>Igreja dos Pobres</i> ”.....	28
2.3	A elite eclesial brasileira.....	35
3	DE JOSÉ VICENTE TÁVORA À DOM TÁVORA	42
3.1	Origens e inserções sócias da família Távora.....	43
3.2	Formação Clerical de José Vicente Távora.....	50
3.3	Nos caminhos da Igreja: experiências, reconversões e alianças.....	53
3.4	A Chegada do “Bispo dos Operários”.....	65
4	O BISPO DOS OPERÁRIOS NA ARQUIDIOCESE DE ARACAJU	73
4.1.	A utilização das mídias.....	73
4.2	Fundação da Arquidiocese e das Dioceses em Sergipe.....	78
4.3	As Ações Sociais de D. José Vicente Távora em Sergipe.....	81
4.3.1	SAME (Serviço de Assistência à Mendicância).....	82
4.3.2	A Casa da Doméstica e a Creche “Dom Távora”.....	83
4.3.3	Política Agrícola do Arcebispado Sergipano (1958-1970).....	85
4.4.	De Aracaju só sairei morto.....	92
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
	REFERÊNCIAS	98
	ANEXOS	106
	ANEXO A - Foto de D. José Vicente Távora, o governador do estado de Sergipe, Leandro Maynard Maciel e D. Hélder Câmara no recém-inaugurado Aeroporto Santa Maria.....	107
	ANEXO B - Primeira foto oficial como bispo da diocese Metropolitana de Aracaju. 1958.....	108

ANEXO C - Foto aérea do Seminário de Nossa Senhora da Graça de Olinda.....	109
ANEXO D - Foto do Padre José Vicente Távora e as assistentes sociais da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em visita à favela Barreira do Vasco, Rio de Janeiro, 1949.....	110
ANEXO E - Foto (antes) do morro do Jacarezinho em fevereiro de 1948.....	111
ANEXO F - Foto (depois) do morro do Jacarezinho em novembro de 1948.....	112
ANEXO G - Foto do Lactário instalado pela Assistência Social da Arquidiocese (ASA) e Legião Brasileira de Assistência (LBA) no Morro da Mangueira, Rio de Janeiro em 1949.....	113
ANEXO H - Foto (antes) da Favela do Morro dos Telégrafos, Rio de Janeiro, março de 1948.....	114
ANEXO I - Foto (depois) da Favela do Morro dos Telégrafos, Rio de Janeiro, dezembro de 1948.....	115
ANEXO J - Foto dos alunos da Escola no Morro do Salgueiro, abril de 1948.....	116
ANEXO K - Foto de D. José Vicente Távora e D. Hélder Câmara no Palácio São Joaquim, sede da Arquidiocese do Rio de Janeiro 1956.....	117
ANEXO L - Foto de D. José Távora, o Secretário de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro, o escritor Oswald de Andrade, D. Jaime Câmara, o General Aníbal de César Valdês de Passos e Souza, o advogado Heráclito Porto Sobral, D. Hélder Câmara e outras autoridades durante uma reunião no Palácio São Joaquim em 1955.....	118
ANEXO M - Foto do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional.....	119
ANEXO N - Foto de D. José Vicente Távora e D. Hélder Câmara no anúncio oficial do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional no Rio de Janeiro 1954.....	120
ANEXO O - Foto de D. Hélder Câmara, D. José Távora e o intelectual Alceu Amoros Lima. Jantar no Palácio São Joaquim, 1956.....	121
ANEXO P - Foto de D. Jaime Câmara.....	122
ANEXO Q - Foto de Dom Távora “Bispo dos Operários”.....	123

1 INTRODUÇÃO

Na manhã de 24 de janeiro de 2011, na cidade de Santo Antônio do Descoberto¹, manifestantes reivindicavam junto ao governo municipal a melhoria concernente aos serviços básicos. No bojo das reclamações, estavam a qualidade do transporte coletivo e o elevado preço das tarifas, ausência de coleta seletiva de lixo, deficiências no abastecimento de água, dentre outros problemas. As reivindicações e os protestos foram marcados pelo confronto entre a população e a tropa de choque da polícia militar. O comércio fechou as portas, um ônibus foi incendiado, prédios da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores tiveram seus vidros quebrados. Quatro manifestantes foram detidos e cerca de cinco civis e três policiais militares ficaram feridos.

Este episódio poderia passar despercebido para as ambições desta dissertação, mas, se destaca pela atuação de um agente social: o padre Marcelo Freitas. Ele, diante da batalha campal, teve um papel importante. Em entrevista concedida ao portal de notícias da Rede Globo (G1), o padre afirmou:

Quando manifestantes e soldados do pelotão de choque da Polícia Militar entraram em confronto, na manhã desta segunda-feira (24), na pequena cidade de Santo Antônio do Descoberto (GO), a 50 km de Brasília, eu me coloquei entre as pedras dos moradores e as balas de borracha da polícia. Estava me preparando para tomar o café e visitar algumas comunidades quando ouvi os gritos de socorro. Aí alguns moradores se acolheram na minha casa e eu corri para abrir a igreja. Só que era tanta gente que não coube dentro da igreja, relata (BONIN, 2011, p.1).

Apesar da distância entre o fato superficial e resumidamente narrado e os processos analisados nesta pesquisa, presentifica-se no episódio em Santo Antônio do Descoberto, a postura de atuação de um religioso diante das questões sociais.

Assim, nesse contexto de envolvimento de um especialista religioso católico diante dos problemas do mundo social, esta dissertação objetiva destacar as ações sociais de Dom José Vicente Távora em Sergipe entre 1958 a 1970.

Em tal período, este prelado, além da oferta de bens e serviços religiosos, apresentou-se, tal qual o padre Marcelo Freitas, anteriormente citado, como um intermediador, um conciliador entre os anseios da comunidade e o Estado. Em comum, as posturas destes clérigos revelam uma preocupação com a *questão social*, cerne do ideário da *Doutrina Social*

¹ Município de Goiás, com aproximadamente 62 mil habitantes em Goiás, situado na região do entorno do Distrito Federal, a 45 quilômetros de Brasília.

da Igreja², que, no Brasil, ganha espaço após as duas primeiras décadas do século XX e refere-se aos diversos problemas concretos suscitados pelas transformações e desequilíbrios da vida em sociedade (GESTEL, 1956).

De forma concreta, o primeiro documento do pontificado romano, que delineou a posição da hierarquia em relação à questão social, foi a encíclica *Rerum Novarum* (1891), do papa Leão XIII (1878-1903). Esse documento inaugurou a referida *Doutrina Social da Igreja*, fato que determinaria no século seguinte uma reestruturação do campo religioso católico em alguns países da América Latina. Neste documento, o papa, lançando mão de seu capital de autoridade religiosa, discutiu de forma mais contundente, o fator moral do problema social, ao tempo em que atacou o *socialismo*, o *protestantismo*, e legitimou a *propriedade privada*.

Essas ideias originalmente deram conta de um contexto europeu específico. E tal documento foi decisivo no conjunto de doutrinas sociais³ posteriormente veiculadas pela hierarquia católica romana, na medida em que apontou direitos e deveres recíprocos de trabalhadores e patrões, difundiu princípios de justiça e caridade cristã, bem como uma visão política do mundo social que naquele contexto histórico contrapunha empresários e trabalhadores, estes últimos, já organizados em sindicatos e reivindicando direitos sociais (MARTINA, 1997; LUSTOSA, 1991).

Já no Brasil, a *questão social* teve um percurso diferenciado, pois o país, ainda essencialmente rural, apresentava uma dependência quase que de casta entre trabalhadores e patrões (DE KADT, *apud* DELLA CAVA, 1975). Somavam-se a esse quadro os problemas enfrentados pela Instituição católica: foi afastada dos encaminhamentos políticos após a promulgação da Constituição de 1891 que introduziu a laicização; sofreu confisco de seus bens; ressentiu-se do número reduzido de clérigos nacionais e sua hierarquia estava dispersa, o que enfraqueceu a inserção católica nos meandros da política nacional. Contudo, mantendo a tradição no país, a Igreja continuava aliada às elites locais e afastada dos extratos sociais menos favorecidos financeiramente (DELLA CAVA, 1975).

Entretanto, mesmo diante desta conjuntura sócio-político-religiosa, o padre Júlio Maria (1850-1916), ainda em fins do século XIX, baseando-se nos ditames da *Rerum Novarum* (1891), defendeu abertamente uma posição da Igreja católica brasileira frente à *questão social*. Em uma série de artigos na *Gazeta de Notícias* (1888-1890), posteriormente condensados na

² A Doutrina Social da Igreja Católica é o conjunto do pensamento hierárquico católico, que tem como cerne a vida, a dignidade, a solidariedade, os direitos da pessoa humana e a opção preferencial pelos pobres, no sentido da promoção da justiça e da paz nos tempos modernos (MARTINA, 1997, p. 11).

³ As mais significativas Encíclicas que tratam do tema são *Quod apostolici*; *Imortale Dei*; *Libertas*; *Graves de communi*; *Diturnum illud*; *Longínqua Oceani*; *Pacem in Terris*; *Quadragesimo Anno*.

obra *A Igreja e o Povo*, esse clérigo veiculou sua ideia de uma cristianização da população brasileira de “baixo para cima”, e não ao contrário, como se propunha a hierarquia brasileira. O padre Júlio Maria afirmava ser “preciso acudir aos homens das classes inferiores, atendendo-se àqueles que pela maior parte se acham numa situação infeliz e imerecida miséria” (MARIA, 1941, p. 15).

Posteriormente, nos primeiros anos da década de 1920, a situação institucional católica começou a se reverter com o apoio do Vaticano e com a ação efetiva local de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942). Este, como arcebispo de Olinda, orquestrou a reestruturação do campo católico brasileiro, buscando superar os obstáculos impostos pela laicização. Dentre suas principais estratégias, eis as que mais se destacaram: reforço na hierarquia e no capital de autoridade religiosa dos prelados, líderes desta restauração; reinserção institucional em outras esferas da sociedade, formação das elites católicas, criação dos Círculos Operários e intervenção na esfera política, quando da criação da Liga Eleitoral Católica (LEC); além do combate explícito ao socialismo e ao comunismo, considerados males da modernidade (AZZI; GRIJP, 2008).

Nesse momento, o Estado brasileiro enfrentava manifestações mais expressivas de insatisfação popular e de anseios por reformas sociais, sobretudo nas áreas urbanas. A elite, por sua vez, defrontava-se com segmentos sociais mais progressistas que contestavam a ordem constituída, a exemplo dos tenentes, da elite cultural e dos militantes comunistas (FAUSTO, 1995). Dessa feita, como elo entre as esferas política e religiosa à época, o temor ao comunismo se constituiu um dos vieses mais contundentes. Tal aspecto fez com que os prelados se aproximassem das autoridades na luta “contra os que pretendiam transformar o *status quo*” (AZZI; GRIJP, 2008, p. 345).

Tal panorama ganhou proporções ainda maiores na Era Vargas (1930-1945), com a reinserção quase que formal da Igreja junto ao Estado Nacional. Getúlio Vargas e Dom Leme aproximaram-se. A ambos era necessário esse aliar-se, o qual, por muitas vezes, sofreu reveses, mas que, além de manter-se, criou uma tradição seguida pelos governantes posteriores. Essa aliança marcou o interesse do Estado pela legitimação e auxílio eclesiástico na implantação e desenvolvimento do chamado *trabalhismo*, baseado no desenvolvimento industrial e na formação de um proletariado urbano passível de ser controlado e conduzido.

Por outro lado, foi benéfica para a Igreja, a qual conseguiu inúmeras vitórias e inserções sociais e pode reafirmar seu poder simbólico de religião dominante, através da naturalização do mito da “nação-católica brasileira” (LUSTOSA, 1991; DELLA CAVA, 1975; MAINWARING, 1989).

O decênio, dessa forma, imediatamente posterior à *Revolução de 1930*, configurou-se num período de intensa industrialização e urbanização para o país, destacadamente para a região centro-sul. Essa nova fase econômica brasileira, lastreada pelo desenvolvimento capitalista teve, como consequências diretas, o êxodo rural em direção aos grandes centros; o processo de assalariamento da força de trabalho na cidade e no campo; a formação de um mercado interno determinante para o dinamismo da indústria brasileira. Mas, também explicitou o abandono das áreas mais periféricas e rurais e impulsionou as ações das esferas política e religiosa em relação aos problemas sociais que afligiam os trabalhadores brasileiros (FAUSTO, 1995).

Nessa inter-relação de circunstâncias, elucidam-se as colaborações específicas entre Estado e Igreja pós 1930. Esta no governo Vargas, procurou exercer influência junto ao Ministério do Trabalho mediante os princípios da *Doutrina Social da Igreja* sob a questão operária, além de instituir, de forma conjunta com o governo, os *Círculos Operários*. Após 1950, os católicos iniciaram uma maior aproximação com o Ministério da Agricultura, procurando os setores leigos mais progressistas e incentivando as reformas de cunho social, sobretudo no que concerne a uma nova política relacionada à terra, não obstante existisse uma resistência de grupos católicos mais conservadores. Essa aproximação com as massas e os movimentos sociais, portanto, não foi aceita em uníssono pelos diversos extratos que compunham o clero nacional (AZZI; GRIJP, 2008).

Longe de englobar os diversos anseios de um grupo tão heterogêneo como o clero brasileiro, as propostas de mudanças sociais explicitaram as diferenças entre eles. Grosso modo, aqui se destacam as duas principais correntes que se forjaram no período: os *conservadores*, ainda hierárquicos, preocupavam-se com a secularização, a ameaça comunista, a expansão do protestantismo, e até respondiam com maior abertura ao mundo moderno, defendendo em seus discursos, a reforma agrária, a justiça social, embora sem envolvimento político direto e rejeitando mudanças radicais; os *reformistas*, que em seu prisma advogavam um trabalho pastoral mais intenso e uma educação religiosa mais eficaz. Contudo, diferiam do primeiro grupo, elegendo a mudança social como um fim em si. Com isso, os *reformistas* justificavam o envolvimento direto do clero na resolução dos problemas sociais (MAINWARING, 1989).

Nos anos 1950, com a criação da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), forte reduto desse último grupo, e início da década posterior, quando se acentuaram significativamente as reformas sociais por este liderada, tal seguimento passou a ocupar uma posição dominante no espaço institucional católico e sociopolítico brasileiro

(MAINWARING, 1989). Aglutinaram-se, nesse projeto, bispos como: Dom Hélder Câmara (1909-1999), Dom José Vicente Távora (1910-1970), Dom Antônio Fragoso (1920-2006), Dom Antônio Campelo de Aragão (1904-1973), Dom Eugênio Sales (1920-2003), Dom Avelar Brandão Vilela (1912-1986), dentre outros clérigos. Todos eles estavam sob a supervisão do cardeal Dom Jaime Câmara (1894-1971). Esses bispos, preocupados com a concorrência protestante e ideológica dos movimentos de esquerda, defendiam uma ação rápida da Igreja, antes que o *comunismo* ou o *socialismo* se aproximasse das ligas camponesas ou de outros movimentos sociais que despontavam na época. Propunham, sobretudo, mudanças estruturais na sociedade e defendiam a colaboração entre o Estado, a Igreja e os sindicatos rurais para a promoção das reformas de base e o combate às mazelas sociais (PILETTI; PRAXEDES, 1997).

Ao grupo *reformista* pertencia D. Vicente Távora. Primeiro Arcebispo sergipano (1960-1970), iniciou carreira sacerdotal em 1934, no interior de Pernambuco, auxiliando os *Círculos Operários Católicos*, fato este que pautou seu engajamento na *Ação Católica* (1932) e as futuras ações frente aos problemas sociais brasileiros. Transferiu-se para capital federal no início dos anos 1940, onde, sob o comando de D. Sebastião Leme e, posteriormente, de D. Jaime Câmara, ocupou diversos postos na estrutura institucional católica, angariando experiências, visibilidade, ocupando novas posições na estrutura e acumulando capital simbólico. Ascendeu à condição de prelado e projetou-se no interior do campo católico brasileiro por mais de duas décadas, como um religioso militante *reformista*.

Em 1958, Dom Távora é enviado para Sergipe⁴ pelo cardeal Dom Jaime Câmara, quando este, membro da ala dos *conservadores* e “prelado-mor” do país, iniciou a partir de 1957, a desarticulação dos *reformistas* a partir de 1957. A estratégia adotada foi a transferência dos bispos desse grupo para dioceses mais periféricas, afastando-os do centro católico de maior visibilidade no Brasil à época, a Arquidiocese do Rio de Janeiro.

D. Távora, ao chegar a Aracaju, trazia consigo um longo currículo no trato das questões sociais brasileiras e ostentava o título de “O bispo dos operários” (O BISPO DOS OPERÁRIOS, 06.08.1955). Na capital sergipana, iniciou um programa de ações anunciadas como “conscientizadoras e preocupadas com as questões sociais” (CARDOSO, 1958, p.1), não sem encontrar resistências por parte de grupos mais conservadores, os quais se manifestavam preocupados com as ideias de transformação social constantes do ideário deste prelado (FONTES, 1958).

⁴Afirmção feita por Dom Hélder Câmara, seu principal aliado e um expressivo articulador do *projeto reformista*, datada de abril de 1970, quando do falecimento de Dom Távora em Sergipe.

Todavia, a despeito disso, envolveram-se neste projeto estudantes secundaristas e universitários sergipanos engajados nas propostas do clero para a ação dos jovens na resolução dos problemas sociais, bem como de outros movimentos em ebulição à época: os nacionais de esquerda, que se espalhavam entre a classe média e os sociais (SOUZA; LESSA, 2003).

Essa adesão dos jovens católicos deu-se, sobretudo, nos primeiros anos da década de 1960, embalados, dentre outros motivos, pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) o qual, ao tempo em que se constituiu num importante marco transformador na história da Igreja Católica Romana, foi também elemento gerador de tensões internas no campo católico brasileiro e de acirramento das disputas entre as alas eclesiais tidas como *conservadoras* e *progressistas*.

A partir do exposto, busca-se no presente estudo destacar dois pontos. Primeiramente, que a *questão social* a partir da década de 1930 ganhou relevância na pauta de discussões das hierarquias católica e política do país, tornando-se posteriormente a bandeira do movimento clerical *reformista*, o qual teve sua ascensão no interior do campo católico brasileiro em fins dos anos 1940 se manteve atuante até ser desarticulado pelo golpe militar de 1964. Em segundo lugar, que o prelado José Vicente Távora, inserido nessa conjuntura, moldou suas práticas e discursos em benefício do projeto *reformista* e na concorrência interna com os *conservadores*, ao passo em que solidificou seu capital de autoridade, e a partir de suas práticas evocou representações do tipo, “*bispo dos operários*” ou mesmo um “*homem além do seu tempo*”.

Inserida, assim, nas discussões das relações de força no interior do *campo católico brasileiro* e nos processos reguladores das interações entre as religiões e os mais diversos setores da vida social, esta pesquisa possui como cerne a análise das ações sociais empreendidas por Dom Távora em Sergipe no período de 1958 a 1970, sob a perspectiva da teoria praxiológica de Pierre Bourdieu (1930-2002).

Da teoria de Pierre Bourdieu foram utilizados os conceitos de *campo*, *habitus* e *capitais*. Na ótica *bourdieusiana*, o *campo* se apresenta como um espaço de luta, estruturado pela hierarquização de agentes e instituições, ou seja, um espaço de relações entre diferentes grupos ocupando posições diversas na estrutura de distribuição da autoridade e que lançam mão no interior deste espaço, dos *capitais* acumulados tanto na concorrência pelo monopólio dos bens de gestão, quanto pelo direito de exercer o poder. Dessa maneira, os *capitais* são mecanismos de diferenciação que permitem identificar os agentes no espaço social, podendo ser patrimônio econômico, títulos e diplomas acadêmicos, relações sociais que possam ser reconvertidas em recursos de dominação, dentre outros atributos. Tais *capitais*, ou seja, os

recursos acumulados por agentes e instituições nesse espaço de concorrência que é o campo, são uma espécie de “riqueza que precisa ser constantemente” cumulada para que, aqueles que a detenham possam assumir a posição de dominante no interior do campo em questão, legitimando-se e consolidando sua *doxa* (BOURDIEU, 2007, p. 62).

Ainda conforme este aporte teórico, a ação do agente, que se manifesta no interior de um campo, está delineada a partir de um conjunto de atributos e de atribuições que permitem a ele uma intervenção eficiente nos diversos campos. Em outras palavras, os participantes realizam suas práticas no interior de um campo, onde adquirem interesses, constroem estratégias e fazem escolhas delineadas pelo *habitus* internalizado durante sua trajetória de vida (BOURDIEU, 2005).

O *habitus* seria fruto da história. Um sistema de disposições abertas que não cessa de ser afrontado por experiências novas e, portanto, não cessa de ser afetado por elas. É durável, mas não imutável (BOURDIEU, 2005). Isso significa que, nos campos, identificam-se espaços de relações, nos quais as posições dos agentes se encontram *a priori* fixadas. Ele pressupõe que a “história” do agente é determinada no campo, e sustentada em sua história passada. Acumulada, como um “*script*”, que orienta o perfil e a ação posterior da trajetória do indivíduo, ou seja, seu *habitus* é uma “gramática” que define o repertório de decisões para a ação.

De maneira mais atual, poder-se-ia dizer que o agente é “formatado” para atuar num “sistema compatível” (campo), e o conteúdo dessa formatação seria o *habitus*. Instrumento que dá forma às práticas que estruturam o “esqueleto social do agente, ajustando-o aos princípios de uma visão política do mundo social”, é no conjunto campo e *habitus* é que se pode entrever os “estilos de vida”, os quais se materializam em gostos individuais socialmente condicionados”, aspectos estes que diferenciam dominantes e dominados (ANDRADE JUNIOR, 2010).

Os conceitos bourdieusianos citados tornaram-se de grande valia na busca por perceber a dinâmica do espaço católico brasileiro. Tais conceitos permitem a leitura do espaço católico brasileiro como local de disputa entre especialistas que têm privilégio de instituir novas *doxas*, explorar determinados serviços, ocupar cargos de visibilidade, angariar autoridade religiosa e inserção em outras esferas de poder.

Analisar as ações de Dom Távora em Sergipe, dessa forma, pressupõe, antes de tudo, o entendimento da complexa relação que o campo católico brasileiro apresentou na transição do modelo *neocristão* em direção ao que se convencionou denominar “Igreja dos Pobres”. Isso possibilita apreender as relações constituídas a partir das posições ocupadas por este agente no

interior da estrutura e as disposições instituídas pelo campo católico, bem como, auxilia na compreensão de suas estratégias em defesa e legitimação de um novo modelo clerical, pautado na ação efetiva junto às massas.

Por sua vez, o agente em questão será estudado como um especialista católico *reformista*, que, como tal, defendeu seus interesses e do seu grupo, ocupou um determinado *locus* na estrutura da hierarquia clerical, e, a partir dele, buscou legitimar-se no interior deste espaço simbólico, utilizando-se dos capitais possuídos e das experiências adquiridas.

Para tanto, diante do conjunto de disposições que se lhes foram apresentadas pelo campo católico, constituiu sua rede de solidariedade, criou estratégias e buscou legitimar seus interesses e a si mesmo, no interior de um espaço de luta, sujeito a constantes redefinições (BOURDIEU, 2007).

Contudo, tendo em vista que sua “história” clerical está intimamente relacionada a uma longa formação continuada, constituída por condicionantes, ideários, experiências, discursos e práticas moldadoras de formas de pensar, sentir e agir do indivíduo, recorreu-se também ao conceito de *habitus*. Este conceito foi fundamental ao se buscar evidenciar as práticas sociais de D. José Vicente Távora no subcampo católico sergipano. Isso porque se fez necessário inter-relacionar suas ações no estado à inculcação de um determinado *habitus*, entendendo ser este o mecanismo capaz de fazê-lo “sentir e exprimir com uma força e coerência particulares, disposições éticas ou políticas já presentes em estado implícito”, em todos os membros de um determinado grupo ou “estamento” social (BOURDIEU, 2001, p. 94).

Dito isso, especificamente, esta dissertação destaca as seguintes ações deste prelado em Sergipe: a fundação da Creche “Dom Távora”, da Casa da Doméstica, do SAME (Serviço de Assistência à Mendicância) e a compra e distribuição de terras a pequenos agricultores no interior do Estado⁵.

A pesquisa norteia-se por três questões: 1) como se apresentava o *campo* católico brasileiro nas décadas de 1950/1960, quando da concretização de tais ações sociais em Sergipe? 2) De que maneira Dom Távora, em sua “carreira” religiosa, relacionou-se com a estrutura social vigente? 3) Em que medida as práticas religiosas deste agente possuem ligação com a construção social de sua carreira religiosa e sua filiação ao grupo *reformista* no espaço católico brasileiro?

⁵ Região denominada de Polígono das Secas.

Parte-se, aqui, dos seguintes pressupostos: 1) as ações sociais implantadas por Dom Távora em Sergipe estão diretamente associadas à defesa de um modelo de Igreja manifestado pela “facção” *reformista* do clero brasileiro a qual era vinculado; 2) as imagens a ele atribuídas foram fruto da construção de uma carreira em defesa da ação direta da Igreja no que se refere à *questão social*, bem como de sua aproximação com as esferas intelectual, empresarial e política do país; 3) o modelo católico defendido por Dom Távora, o qual buscava uma leitura histórica do Evangelho, aproximou-o dos movimentos sociais, tanto no âmbito urbano como rural (círculos operários e sindicatos de produtores rurais), no estado sergipano, sobretudo, na década de 1960.

Essas transformações, outrossim, empreendidas pelo episcopo frente à Arquidiocese de Aracaju, provocaram uma resistência significativa dos segmentos conservadores sergipanos, devido ao modelo de catolicismo e “conscientização das massas”, defendido pelo referido prelado. E isso contribuiu para o relativo “obscurantismo” em torno desse agente religioso, por aproximadamente quarenta anos, a partir da ascensão de segmentos conservadores do episcopado brasileiro à Arquidiocese de Aracaju.

A escolha desse objeto deu-se em decorrência da ausência de uma análise sistemática sobre a experiência da Igreja Católica sergipana no campo católico da “Igreja renovada”, especificamente quanto ao fenômeno da *Igreja dos pobres*⁶, difundido pós Concílio Vaticano

⁶ A *Igreja dos Pobres* teve grandes aspirações. O objetivo último era exercer influência sobre os indivíduos e a sociedade, por meio do processo de conscientização. Foi apresentada uma interpretação diferente da Bíblia e das doutrinas do catolicismo. A nova forma de organizar os leigos em comunidades de base e a interpretação renovada do evangelho eram maneiras de realizar uma transformação social e política da Igreja e da sociedade. A ideia principal do projeto da *Igreja dos pobres* era de despertar a consciência política. Os liberacionistas aplicaram esta expressão à sua abordagem, que promovia a leitura da Bíblia “da perspectiva daqueles que a leem”. A retórica do catolicismo liberacionista dava ênfase ao conhecimento e à racionalidade como ferramentas necessárias para se formar uma ideia do progresso social e da responsabilidade individual no projeto de criação do *Reino de Deus* na terra (THEIJE, 2002). Este catolicismo definia-se num feixe de relações, num conjunto de oposições e interesses que compõem o campo religioso e político latino-americano nos anos 1960 e 1990. Neste momento, a *Igreja dos Pobres* alcançam uma existência histórica duradoura e um conteúdo significativo. Como destaca Carlos Alberto Steil, esta igreja se opôs à *Igreja Institucional*, comprometida com o processo colonizador e com o *status quo*. Ao contrário, elaborou-se uma igreja que pensava pela base, articulada no movimento popular e voltada para a libertação dos oprimidos, em contraposição a uma igreja de massa, composta de uma multidão heterogênea e dispersa, sem inserção eclesial ou compromisso político com a “causa dos pobres” (STEIL, 1998, p. 61). O raciocínio compreendia a ideia de que para se edificar o *Reino de Deus* na terra os católicos deveriam começar a trabalhar em seu próprio ambiente cotidiano. Os pobres deveriam assumir a vanguarda deste movimento, pois são leais a Deus por sua unidade e fraternidade. As bases teológicas foram formuladas na *Teologia da Libertação*, que se diferencia em três pontos da teologia do catolicismo tradicional. Em primeiro lugar, a teologia não pode ser separada dos contextos socioeconômico e político. Segundo, esta teologia sustenta a premissa de que Deus faz “uma opção preferencial pelos pobres”. Por fim, ela é marcada pela ideia de que a salvação deve ser encontrada nesta vida: não é um prêmio a ser obtido após a morte. Os teólogos consideravam as comunidades de base como o meio mais adequado para se criar um contexto em que os católicos pobres pudessem desenvolver uma consciência da situação política e social de seu país e traduzi-la numa

II (1962-1965). Em Sergipe, a partir do arquiépiscopado de D. Távora, a Igreja direcionou sua atuação na sociedade em favor dos movimentos sociais, fato este ainda não analisado sociologicamente na esfera local. Diante da realidade sociopolítica vigente, as ações deste prelado apresentaram-se como fator gerador de conflitos sociais, impasses discursivos e confronto de ideologias transformadas.

Dessa feita, embora nos últimos anos as pesquisas acerca da temática religiosa venham paulatinamente se alargando no estado, este trabalho pretende contribuir para se compreender as relações entre política e religião em Sergipe nas décadas de 1950/1960.

Foram adotadas, fundamentalmente nesse estudo, a pesquisa documental e as entrevistas semi-estruturadas. As fontes impressas para execução desta dissertação foram encontradas nos arquivos e institutos da capital sergipana, bem como das cidades pernambucanas de Recife, Nazaré da Mata, Olinda e Orobó e na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. Em Sergipe, foram contemplados o Instituto Dom Luciano Cabral Duarte, de onde se analisou a documentação sobre a Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Ação Operária Católica (ACO); o Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Aracaju, a documentação de criação da Arquidiocese e os Livros de Tombo; no Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES), as leis e decretos do Governo do Estado de Sergipe; na Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, os jornais *A Cruzada* e *Gazeta de Sergipe* décadas de 1950 e 1960.

Já em Pernambuco, no Arquivo da CNBB – Nordeste II, localizado em Recife, foram analisados documentos, cartas, registros fotográficos e objetos pertencentes ao acervo pessoal deste clérigo; no Arquivo Público de Recife, o periódico católico *Gazeta de Nazaré* (1934-1935), além dos periódicos *Jornal da Manhã* e *Jornal do Brasil*; no Arquivo da Universidade Católica do Recife, na Fundação Leão XIII e na *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB).

Também foram de grande valia o acervo fotográfico do *Jornal Última Hora*, do Rio de Janeiro, um dos mais importantes periódicos da época e que circulou nas décadas de 1960-1970 (disponível para acesso via *internet*).

adequada ação política e social. A consciência social era o caminho da salvação. A religião era vista como uma fonte de mudança cultural, social e política. Inspirados em leituras da Bíblia críticas em relação à estrutura social, os pobres seriam emancipados para se filiarem aos partidos políticos e aos sindicatos e para exigirem serviços e infraestrutura dos governos locais, fazendo assim a sua parte na criação de uma sociedade justa “aqui e agora” (THEIJE, 2002). Ainda segundo Steil, esta igreja basista exigia dos agentes religiosos a crítica da própria instituição, tanto em relação ao seu compromisso histórico com as elites do país, quanto ao lugar marginal que os pobres sempre ocuparam na igreja, embora constituíssem a sua base de sustentação social e política. Esta autocrítica fez com que padres e freiras ligados aos movimentos sociais fossem viver em vilas e favelas dos centros urbanos, formando, então, os agentes religiosos inseridos (STEIL, 1999).

Finalmente, a partir de uma análise das ações sociais de Dom Távora em Sergipe e de entrevistas com agentes inseridos em espaços díspares da sociedade sergipana, buscou-se o contraponto para a compreensão das imagens evocadas acerca desse prelado, a saber, ratifique-se: “bispo dos operários”, “bispo dos pobres”, “homem além de seu tempo”, além de outras. Recorreu-se, também, à realização de entrevistas semi-estruturadas com familiares de Dom Távora (irmã, sobrinha e cunhado), residentes em Recife.

No trato das informações foi utilizada a técnica da análise qualitativa de conteúdo. Tal escolha justifica-se tendo em vista que a análise da mensagem, além de propiciar a percepção da atividade cognitiva do locutor, é também fundamental para apreensão dos significados sociais ou políticos imbuídos no discurso e/ou parâmetro de observação do uso social que se faz da comunicação (QUINVY; CAMPENHOUDT, 2008).

A pesquisa qualitativa constituiu-se num instrumento metodológico indispensável para a identificação, sistematização e descrição do conteúdo dos principais temas desenvolvidos nos pronunciamentos oficiais e jornalísticos da hierarquia católica sergipana em relação à *questão social* em Sergipe (1958-1970). Foi importante também na análise das entrevistas semi-estruturadas com familiares e contemporâneos do prelado no sentido de descortinar tanto aspectos biográficos, quanto as representações atribuídas a ele.

A dissertação, por sua vez, está dividida em cinco seções. Na primeira, tem-se a Introdução. Na segunda delas, denominada *O Campo Católico Brasileiro (1930-1960)*, é enfocada a estrutura desse campo no período proposto, o que compreende dois momentos díspares da história da Igreja no Brasil, a saber: *A Igreja da neocristandade*, que se estende até 1955, período correspondente à formação e à emergência de José Vicente Távora no campo católico brasileiro; à gênese da *Igreja Popular* de 1955 a 1964, fase de sua ascensão como episcopo voltado à ação de clérigos e leigos em relação aos problemas sociais, processo interrompido em 1964, quando da ascensão dos militares ao poder constituído, sendo tal período estudado até o início de 1970, data do falecimento de Dom Távora na capital sergipana. Tal percurso objetiva perceber, a partir da estrutura, quais os sentidos, espaços de possibilidades e condicionantes intrínsecos ao campo, bem como perceber os possíveis conflitos que nele se desenrolaram. Buscou-se, então, destacar, de forma geral, a configuração do campo católico brasileiro; a formação do clero; as nomeações episcopais e os traços distintivos dos *bispos reformistas* em contraponto a grupos mais conservadores; e as principais disputas neste campo, buscando relacionar tais aspectos à aliança entre Estado e Igreja no trato da *questão social* no Brasil..

Na terceira, *De José Vicente Távora à Dom Távora*, trata-se da figura e do “trajeto” seguido por Dom Távora no interior do campo católico brasileiro, focando-se os anos no Seminário de Olinda na década de 1930, sua ordenação e emergência neste campo, a sequência de postos exercidos, estratégias e os tipos de capitais possuídos pelo referido clérigo, intentando, com isso, entrever os condicionantes para sua ascensão à elite eclesiástica brasileira, buscando-se perceber ainda, neste trajeto, de que forma se deu a incorporação por este agente, de um determinado *habitus* que contribuiu para sua ascensão à hierarquia católica brasileira. Intenta-se, portanto, entrever sua posição no interior do *campo* católico.

Para tal, propõe-se revelar, ainda que sutilmente, as redes sociais em que José Vicente Távora esteve inserido, atentando-se às estratégias na construção de sua carreira religiosa. Ainda serão abordados neste capítulo sua chegada a Aracaju em 1958 e a repercussão de seu falecimento junto aos veículos de comunicação brasileiros e sergipanos.

Nessa incumbência, tais aspectos recebem olhar privilegiado, no entendimento de que são reveladores da construção de sua legitimidade na implantação de ações junto às massas no território sergipano, principalmente na capital e no *Polígono das Secas*⁷, como dirigente oficial do clero sergipano.

Na quarta seção, intitulada “*O Bispo dos Operários na Arquidiocese de Aracaju*”, foram analisadas as ações sociais de Dom Távora em Sergipe, especificamente: a fundação da Casa da Doméstica; a creche D. José Vicente Távora, a reestruturação do SAME (Serviço de Assistência à Mendicância) e a compra e distribuição de terras a pequenos produtores do estado. Tal investigação é significativa na medida em que relaciona tais ações às estratégias de Dom Távora em direção à construção de um novo modelo católico, baseado na “*Igreja dos Pobres*”.

Trata-se dos seguintes aspectos: a utilização da mídia por este bispo, sobretudo em sua atuação frente ao jornal *A Cruzada* e à *Rádio Cultura de Sergipe*, ambos ligados à Arquidiocese; as relações existentes entre as ações sociais deste prelado e o modelo legítimo de bispo no campo católico brasileiro da época, almejando entrever de que maneira a formação de religioso “militante” influenciou nestas ações e nas imagens atribuídas a Dom Távora por leigos e membros do clero.

⁷Pela Lei nº. 175 de 7 de janeiro de 1936, o Polígono das Secas é formado por 1.133 municípios. Estes, são situados nos estados de Sergipe, Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Minas Gerais. É uma região reconhecida como sujeita à repetidas crises de prolongamento das estiagens e constitui-se de diferentes zonas geográficas, com distintos índices de aridez. Em Sergipe compreende os municípios de Canindé do São Francisco, Feira Nova, Gararu, Poço Redondo, Graccho Cardoso, Monte Alegre, Porto da Folha, Nossa Senhora da Glória, Poço Verde (CODEVASF, 1936).

Nessa etapa, foi de grande valia a pesquisa bibliográfica, a consulta ao Livro de Tombo, documentos oficiais e às correspondências deste prelado enquanto Arcebispo de Aracaju no período recortado, o parco conjunto documental do Arquivo da *Rádio Cultura*, os Documentos oficiais da Igreja e dos poderes constituídos em Sergipe, os textos produzidos pelos jornais de circulação local, com destaque para *A Cruzada* e *Gazeta de Sergipe* (1958-1970).

Na quinta e última seção, tem-se as considerações finais, onde são apresentadas as principais conclusões resultantes dessa pesquisa.

2 O CAMPO CATÓLICO BRASILEIRO (1930-1960)

Este capítulo tem como objetivo delinear os principais grupos e agentes que atuaram no campo católico entre as décadas de 1930-1960, enfatizando as principais ações da Igreja e do Estado em relação “a questão social” no país. E para dar cabo desse intento, fez-se necessário focar a dinâmica do campo católico brasileiro no período proposto, o que se constituiu uma árdua tarefa, sobretudo em virtude da extensa temporalidade abordada e do volume significativo de fatos que se desenrolaram no período.

Todavia, fazê-lo se configurou incontornável, pois, para os objetivos deste estudo explicitar, ao menos em linhas gerais, a relação Estado/Igreja, e a “questão social” no país é fundamental. Sabe-se que convergências e divergências marcaram a relação entre essas duas instituições de poder. Mesmo assim, ambas, foram o eixo condutor dos encaminhamentos da *questão social* no país.

Em virtude de tão amplo terreno, tornou-se *mister* delimitar esta abordagem a momentos e pontos cruciais para o desenvolvimento deste trabalho⁸. Destacar-se, nesse processo, a presença da Igreja no espaço público, os traços distintivos do clero brasileiro; os principais agentes e grupos em conflito e finalmente, a emergência do movimento denominado “*Igreja dos pobres*”.

Portanto, o campo católico abordado neste estudo corresponde principalmente a dois momentos da história da Igreja católica no Brasil. Nos anos de 1930, a hierarquia da Igreja católica brasileira exibiu uma postura *romanizada*, focada na ordem, na aproximação com o poder estatal e no interesse de reafirmar-se no campo social como uma instituição com legitimidade para intervir junto à sociedade tanto quanto o Estado. A partir dos anos de 1950, constatou-se a emergência de uma Igreja mais popular, em que alguns prelados e padres, guiados pelos preceitos da *Doutrina Social da Igreja*, buscaram minimizar as manifestações honrosas e os atos solenes e consagratórios, aproximando-se das massas trabalhadoras. Embora a ação efetiva junto aos excluídos fosse um diferencial do grupo reformista, este buscou, também, perpetuar a lógica de sua aliança com o Estado e as classes mais abastadas.

A proposta reformista de transformação da *doxa*, dessa maneira, pleiteando afastar a Igreja do ideário caritativo e dos discursos de caráter amplo e pouco efetivo para uma ação

⁸Busca-se entrever a dinâmica do campo católico republicano brasileiro entre os anos de 1930 a 1970, a partir do fenômeno da *questão social* e sua influência no posicionamento político e católico brasileiro neste período, uma vez que este, foi determinante tanto para ascensão dos “reformistas” quanto para os interesses desenvolvimentistas dos governos de Getúlio Vargas (1930-1945; 1950-1953), Juscelino Kubitschek (1956-1960), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1962-1964).

social direta comandada pela hierarquia, provocou fortes oposições, tanto externas, oriundas da sociedade civil, quanto do grupo “conservador”, no interior da própria Igreja. Nos anos de 1950, a “questão social” passou a ser mais um objeto de disputa interna entre dois grupos de clérigos no interior do campo católico brasileiro. Ambos, “*conservadores*” e “*reformistas*”, embora engajados na construção da “nova Igreja”, fruto do trabalho de inculcação do *habitus ultramontano*, discordavam em aspectos cruciais como a aproximação efetiva com os pobres, seus possíveis significados e consequências. Os primeiros defendiam uma transformação limitada, orientada de forma controlada pelas hierarquias política e religiosa. O segundo grupo aceitava como natural a aproximação do Estado, mas defendia uma ação direta de clérigos e leigos na resolução das questões sociais.

Os pontos tratados alicerçam o capítulo seguinte, no qual, o interesse recai na emergência e desenvolvimento da “carreira” sacerdotal de José Vicente Távora no interior do campo católico brasileiro, destacando-se nesse processo a influência do referido campo em sua formação eclesial, bem como, na sua atuação episcopal, assunto da última parte deste trabalho.

2.1 A Igreja Católica, o Estado e a “questão social”

No século XX, a “*questão social*”⁹ ganhou contornos intercontinentais, com características específicas em cada país (GESTEL, 1956, p. 24). Preocupação de papas,

⁹ Nesse estudo, entende-se como referido anteriormente, a questão social em consonância com Gestel (1956, p. 21- 22): “a expressão capaz de resumir as perturbações que agitam o corpo social”, tais como: as relações entre a pessoa e a sociedade, entre o bem pessoal e o bem comum, necessidade de autoridade e suas atribuições na garantia de deveres e direitos de governados e governantes, sendo a Doutrina Social da Igreja, o instrumento a partir do qual a Igreja se legitima para tratar a “questão social”. Tal doutrina é entendida como “o conjunto normativo elaborado pela hierarquia que objetiva uma reflexão acerca dos problemas sociais” sob o prisma da tradição católica enfocando os direitos e deveres inerentes aos homens, embora, adaptada aos diversos contextos históricos (DELLA CAVA, 1975, p. 27). Assim, o bojo do discurso social da hierarquia católica buscava legitimidade na fundamentação no Livro Sagrado, embora, permitisse mudanças conceituais e históricas a depender dos desafios enfrentados pela Igreja em determinado contexto. Tradicionalmente, os Testamentos, os discursos dos padres sagrados latinos e orientais, os grandes teólogos da Igreja Católica e os últimos papas eram o norte pelo qual a Igreja velejaria nos tempos modernos na sua luta para consolidar-se como o poder capaz de ser o alicerce do governo na resolução dos problemas sociais (SERBIN, 2008). Para alguns autores, sobretudo católicos, a questão social é inerente ao ideário cristão, voltado à justiça, à caridade, à humildade, dentre tantas possíveis características a ele relacionadas. Contudo, outro significativo grupo analisa que a questão social no Brasil está inter-relacionada a alguns elementos, a saber: ao temor ao comunismo; a um projeto racional de reaproximação mais efetiva entre a Igreja e o Estado a partir da Era Vargas, não sem esquecer, que para isso contribuiu a influência direta de uma série de encíclicas papais, que delinearam os contornos da Doutrina Social da Igreja; e, ao confronto dos clérigos com o contexto sócio histórico brasileiro, principalmente a partir da década de 1950. Dois pontos são pacíficos para os estudiosos deste período: Dom Leme, desde sua prelaia na Arquidiocese de Olinda e Recife, foi um dos maiores articuladores dos interesses políticos da Igreja no século

prelados, leigos e dirigentes governamentais, em diferentes épocas e contextos sócio-econômicos, no Brasil, passa a ser preocupação conjunta da Igreja e do Estado a partir do que se convencionou chamar de *Era Vargas* (1930-1945). Contudo, ao tempo em que envolver-se com os problemas concretos da vida material possibilitava para a instituição a atuação de mais e novos clérigos em funções eclesiais especializadas, o que significou a reafirmação simbólica da Igreja enquanto instância de poder capaz de mobilizar as forças políticas nacionais.

A ascensão de Getúlio Vargas no campo político brasileiro levou o Brasil a uma nova configuração, marcada, em seus anos iniciais, pelo tumulto e pela fragilidade das instituições políticas do país, que preocupava o ainda instável governo. Por sua vez, no campo católico, liderado nacionalmente pelo Cardeal D. Sebastião Leme, o foco de interesse da hierarquia era credibilizar, reinserir e renovar o prestígio católico no país. Em meio a essa dinâmica um ponto de pauta será de interesse dos agentes mandatários desses espaços: a “*questão social*”. É a partir dos encaminhamentos propostos pela sua hierarquia que a Igreja aproveitou-se para se reinserir nos projetos nacionais (DELLA CAVA, 1975, p. 13).

Nesse contexto alinharam-se o Estado e a Igreja¹⁰ quando da criação dos *Círculos Operários Católicos*.¹¹ Contudo, a “*questão social*” se constituiu ainda responsável por conflitos internos

XX e que o trabalhismo implantado por Getúlio Vargas (1930-1945) foi a mola propulsora dos debates e de ações declaradas do governo e da Igreja com relação à “questão social” por muitas décadas.

¹⁰ Riolando Azzi (2008) entende a reaproximação entre Igreja e Estado principalmente a partir do temor que a hierarquia católica mantinha, já na década de 1920, em relação ao comunismo e ao anarco-sindicalismo. Temor este, que influenciou a aproximação com Vargas, o apoio ao desenvolvimentismo capitalista estatal e, inclusive, ao golpe de 1964. Acrescenta ainda, que a Igreja para levar adiante seu projeto de sacralização da sociedade, entendia a necessária colaboração do Estado para realização de seu intento e buscou-a com sucesso. Assim, para este autor não se pode “falar em união, nem separação entre os poderes”, ambos, eram poderes constituídos, tinham seus objetivos e se utilizaram de estratégias para afirmarem-se diante da sociedade. Já Oscar Lustosa (1991) aponta que o grupo da Aliança Liberal que levou Vargas ao poder trazia consigo planos de reformas que se perderam na instabilidade do momento político, fator do qual se aproveitou Dom Leme para dialogar, negociar, associar-se e mesmo afirmar-se diante do Estado como nas expressivas mobilizações de massa que marcaram o ano de 1931. Por sua vez, afirma ainda que o presidente Juscelino viu na Igreja um instrumento de mobilização social ordeira, fundamental para auxiliar no projeto de diminuição das diferenças regionais e dos problemas urbanos mais urgentes. Scott Mainwaring (1989), por sua vez, aponta que a concepção da Igreja quanto a sua missão integral é determinante para o seu envolvimento na vida política, e que a partir das novas configurações sociopolíticas brasileiras, à época da Revolução de 1930, aproximou-se do governo Vargas e permaneceu politicamente conservadora, opondo-se à modernidade e defendendo a hierarquia e a ordem, fato que terá repercussões futuras com a redemocratização do país e a ascensão do grupo reformista. Contudo, isso somente foi possível, graças a um acordo prévio: a contrapartida da sacralização e associação de fato com o estado varguista, sancionando sua legitimidade de ação. Daí em diante, este fenômeno volta a se repetir no segundo governo Vargas, na década de 1950 e se avoluma em consonância com o projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, tornando-se, a aliança Estado/Igreja uma tônica do período republicano dos anos de 1930 a 1964. (DELLA CAVA, 1975).

no campo católico brasileiro, sobretudo, a partir dos embates entre *conservadores* e *reformistas*. Também se pode atribuir a ela a posterior ascensão dos *reformistas* no espaço institucional católico, principalmente, a partir da criação da CNBB em 1952. Estes, buscando legitimação nos *Evangelhos* e empunhando a bandeira da “*questão social*”, passaram a dominar o campo católico brasileiro até o início dos anos 1960, quando se inicia a *reação conservadora*.

2.2 A Emergência da “*Igreja dos Pobres*”

O processo conducente ao que se convencionou denominar “*Igreja dos Pobres*” tem sua gênese nos anos de 1940, mais precisamente após o fim da *Segunda Guerra Mundial* (1939-1945). A partir desse período a produção industrial brasileira triplicou e iniciou-se uma transformação econômica, demográfica e social. Dentre as alterações mais importantes, pode-se elencar: o aumento da população urbana, surgimento de novos bolsões de miséria, elevação do padrão de vida do brasileiro urbano, acentuando o contraste entre ricos e pobres, e o início do ataque estatal ao analfabetismo. Esse novo quadro estimulou a ascensão do *populismo*, de uma maior demanda por democracia e igualdade social, além de gerar mobilizações sociopolíticas (SERBIN, 2008).

Após a queda da ditadura Vargas, o sistema político brasileiro foi liberalizado. Com isso, se deu a erosão do monopólio religioso que a Igreja praticamente detinha há quase duas décadas. Internamente, o impacto da redemocratização brasileira foi agravado pela morte de D. Sebastião Leme, grande articulador político e líder da restauração católica no país.

Os novos tempos, todavia, apresentavam um Brasil mais secular e pluralista. Outras *empresas de salvação* (BOURDIEU, 1998) começaram a ganhar força e a estagnação da Igreja, em seu período de aliança com o Estado, solapou sua capacidade de atrair as massas. O êxodo rural reduziu a influência católica, diminuindo sua base tradicional no campo (SERBIN, 2008).¹²

¹¹ Os Círculos Operários Católicos se constituíram uma forma de controle político dos operários, lastreado pelos princípios cristãos de obediência às normas e às práticas legitimadas no discurso católico. Os graves problemas das regiões periféricas e dos grandes centros, bem como as demonstrações de força da Igreja, mobilizando um expressivo número de fiéis e marcando presença no espaço público, foram fundamentais para o significativo avanço no reconhecimento da Igreja pelo Estado à época.

¹² Ralph Della Cava (1975) aponta ainda: o sacerdócio, que na sociedade moderna, concorria com outras ocupações e não se mostrava tão atraente como outrora; o problema da religiosidade leiga (embora o Brasil fosse apontado como eminentemente católico, um grupo mínimo de fiéis era realmente praticante); e a inabilidade política de D. Jaime Câmara, se comparado ao capital de autoridade, articulação política e mobilização das massas conseguido por D. Sebastião Leme na arquidiocese do Rio de Janeiro. Scott Mainwaring (1989) entende

Contribuiu para tal oposição, em primeiro lugar, a grave situação em que se encontrava a Igreja. A *Ação Católica*¹³ havia caído na inércia, os *Círculos Operários* haviam desaparecido após a queda de Vargas em 1945 e a *LEC*, embora continuasse em ação estava subordinada a Dom Jaime, reconhecido *conservador*. Mesmo o Centro Dom Vital, forte organismo da intelectualidade católica, também não se mostrava promissor, uma vez que em sua existência não foi capaz de se tornar pivô de um movimento social engajado junto à sociedade como fora esperado (DELLA CAVA, 1975).

Em segundo lugar, a emergência de vários clérigos, envolvidos em ações isoladas, as mais diversas, para soerguer o monopólio religioso e político da Igreja católica brasileira frente a outras organizações religiosas, gerou grupos opositores. Esses clérigos afirmaram-se perante a sociedade e angariaram com tais ações um *capital simbólico* importante na luta pelo monopólio da gestão dos bens religiosos. Apesar de o objetivo de manter o monopólio religioso católico ter sido comum a eles, seus posicionamentos e ações divergiam.¹⁴

Contudo, essa crise começou a ser superada após a nova *Carta Constitucional de 1947*, que reafirmava diversos privilégios da Igreja. Embora a Instituição estivesse bastante fragilizada perante a sociedade, notam-se esforços católicos para aprofundar a participação nos encaminhamentos sociopolíticos brasileiros. Porém, as iniciativas não alcançaram os resultados esperados.

este processo como o momento em que se evidenciou não haver líderes nem organizações capazes de manter o monopólio da Igreja sobre a vida religiosa. Existia um vazio de liderança na hierarquia brasileira. Como Igreja e Estado, mesmo com ocasionais discordâncias, mantinham uma forte ligação desde os anos de 1930, tais fatos, repercutiram diretamente no interior do *campo* católico brasileiro, gerando posicionamentos que rivalizou *conservadores* (não-ativistas) e *reformistas* (ativistas).

¹³ A Ação Católica possuiu duas fases distintas: a primeira de orientação italiana, que definia o universo da ação entre masculino e feminino, sendo anterior à adesão do papa Pio XI ao modelo franco-belga do Monsenhor Cardjin. Já o segundo modelo implantado, mais voltado para uma ação que intuía a divisão da sociedade em classes sociais ou ocupação econômica. Este movimento católico foi inexpressivo até a década de 1940, quando o padre Hélder promoveu forte mobilização junto às massas, o sacerdócio e sociedade civil, modernizando-a e criando subdivisões baseadas em nível educacional e ocupacional. Os dois grupos mais destacados foram a JEC (Juventude Estudantil Católica) e a JUC (Juventude Universitária Católica), este último vencendo uma forte barreira e permitindo o ensino misto. Os assistentes eclesiais mais liberais, promoviam a iniciativa laica, incentivavam o debate e aconselhavam os estudantes em assuntos pessoais e políticos (SOUZA *apud* SERBIN, 2008).

¹⁴ Destacaram-se neste período Dom Vicente Scherer, Bispo de Porto Alegre, que juntamente com Dom Carlos Carmelo Vasconcelos Mota (futuro cardeal de São Paulo) trabalharam pela publicidade da Igreja, no sentido de afirmar sua vitalidade, focados na manutenção da autoridade, exaltando valores éticos e morais que definiriam o “bom cristão”. Do Nordeste, Dom Eugênio Sales destacava-se internacionalmente em seu trabalho junto aos camponeses, movimento inovador na mobilização de trabalhadores rurais pela Igreja. Nesse tempo, Dom Jaime apesar de conservador, passou a nomear jovens clérigos, notadamente progressistas como bispos auxiliares da arquidiocese do Rio de Janeiro, dentre eles Dom Hélder Câmara e Dom Vicente Távora. Tais prelados assumiram instituições ligadas à Arquidiocese e trabalharam junto às comunidades carentes da periferia carioca, articulando apoios junto à sociedade civil. Desse reduto surgiria o grupo *reformista*, que a partir da criação e controle da CNBB, não sem embates constantes com os conservadores, assumiria a liderança da Igreja católica brasileira até o endurecimento do regime político em 1964 (SERBIN, 2008).

A partir do referido ano, um dos principais líderes que despontou no campo católico brasileiro é o padre Hélder Câmara, o qual assume a *Ação Católica Brasileira* (ACB) com auxílio do então Cônego José Vicente Távora, homem de confiança de Dom Jaime, Assistente Eclesiástico da ASA (Assistência Social da Arquidiocese), (ARQUIDIOCESE METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, 1940) órgão oficial de coordenação das atividades sociais católicas no Rio de Janeiro.

Posteriormente, os dois alçados, a esta época bispos auxiliares do Rio de Janeiro, possuíam em comum o fato de terem trabalhado com o operariado, com o movimento sindical, com educação e com o jornalismo em seus estados de origem, no Ceará (Câmara) e em Pernambuco (Távora). Ambos, ademais, forjaram sua amizade desde os primeiros anos no Rio de Janeiro, fato que propiciou a aproximação entre D. Jaime e o padre Hélder, por intermédio do cônego José Vicente.

A princípio, a figura do padre Câmara foi motivo de críticas em virtude de seu passado integralista. Porém, seu discurso em defesa dos pobres e da paz encontrou lastro na juventude de classe média e ganhou expressão internacional, aproximando-o de outros intelectuais católicos, como o Monsenhor Carlo Chiari, núncio apostólico no Brasil. A este, Dom Hélder apresentou o projeto que viria a se constituir na futura *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil* (CNBB). Devido à pressão exercida pelo grupo mais *conservador*, liderado pelos cardeais Dom Jaime Câmara (RJ), Dom Carlos Carmelo Mota (SP) e o arcebispo Dom Vicente Scherer (RS), esse projeto foi adiado até 1952. E esses fatos evidenciam a existência de um conflito interno entre os especialistas católicos, deflagrados a partir dos debates e embates nos Seminários para superação da *tradição tridentina*¹⁵ (PILETTI; PRAXEDES, 1997; DELLA CAVA, 1975).

A criação da CNBB como um órgão quase independente se configuraria uma vitória para os *reformistas*, que o levaria a acumular força no interior do campo católico. Os *conservadores* se organizaram para impedir sua concretização. Por outro lado, não agradava ao grupo *conservador* a exposição dos *reformistas* na mídia e sua inserção junto a diversas esferas sociais, a exemplo dos intelectuais e políticos. Tais fatos rivalizavam diretamente com o cardinalato, ameaçando o capital de autoridade religiosa e o poder simbólico de D. Jaime

¹⁵ No início dos anos 1940, os *reformistas* defendiam uma maior abertura e o afrouxamento de algumas regras disciplinares, além de um maior envolvimento do seminarista com a sociedade que o rodeava, buscando uma inovação no campo da *doxa* eclesial. A ala conservadora defendia ferrenhamente a tradição e criticava a idéia do “*padre dinâmico do século XX*”.

Câmara e conseqüentemente da ala *conservadora* (SERBIN, 2008; LUSTOSA, 1991; MAINWARING, 1989).¹⁶

Na época da posse de Juscelino Kubitschek, a CNBB já tinha condições de entabular negociações com o governo e contar com ajuda financeira e técnica (LUSTOSA, 1991). Ambos estavam voltados aos “planejamentos e a realização de projetos, levados a cabo pelos órgãos públicos, a partir das sugestões da Igreja”. A ideia governamental de *desenvolvimentismo* teve, assim, a adesão do grupo *reformista*.

Em 1955, a partir do *Congresso de Salvação do Nordeste*, esta região passou a ser uma das prioridades do governo federal e dos *reformistas* católicos. Este grupo de bispos, em sua maioria nordestinos, buscou uma renovação para o pensamento católico e um novo caminho para Igreja e teve a oportunidade de experimentar uma nova estratégia, “a da aproximação com as massas pauperizadas”, encontrando espaço para efetivar também outras alianças com outras forças da sociedade civil e abrindo novas alternativas de organização da sociedade.

Entretanto, o discurso e as práticas mais progressistas esbarravam em limites claros. As reformas de base deviam ser realizadas pelo Estado e não por movimentos sociais. Diante disso, dentre as estratégias dos *reformistas* para ganharem terreno no campo católico a partir da mobilização do laicato, evidenciou-se a reabilitação da Ação Católica, que passou a desempenhar um papel preponderante na ação social e política brasileira até fins dos anos de 1950, quando alguns movimentos intentaram ações mais efetivas aproximando-se das ideologias de esquerda.¹⁷

¹⁶Apesar da Santa Sé Romana em 1952 permitir a criação de uma estrutura permanente tipo a CNBB e seus secretariados fora de Roma, efetivamente a dita instituição somente se legitimou após a chegada ao Brasil em 1954 de um dos mais “hábeis diplomatas da Santa Sé”, Dom Armando Lombardi¹ (1954/1964) e de seu apoio irrestrito aos projetos de Dom Hélder Câmara¹. Seu papel foi fundamental para a política, orientação e sustentação da unidade da CNBB e de seu secretariado, que caminhava para alcançar a liderança da Igreja Católica no Brasil à época. A CNBB foi um mecanismo que levou o Cardeal Dom Jaime a “reinar sem governar”. Politicamente o cardeal do Rio de Janeiro pode reter algum poder e liderança, na medida em que representava a poderosa ala dos *conservadores*. Contudo, mudanças sociopolíticas ajudaram a estimular a reforma da Igreja. O caráter mais democrático e participativo da sociedade encorajou a instituição neste momento alavancada pelos *reformistas* a se abrir tanto nas relações internas, quanto na orientação política (MAINWARING, 1989).

¹⁷ Nesse período a JUC (Juventude Universitária Católica) abandona seu apostolado e passa à militância política e social, passando seus membros à ação tanto na política estudantil, quanto agrária, o que causou embaraços para a hierarquia católica e motivo para o fim desta organização. Com sua extinção, o vazio foi preenchido pela Ação Popular (AP), organização não submetida à hierarquia católica, o que deu margem para a ação temporal de seus militantes. A Ação Católica Operária (ACO) e a Juventude Operária Católica (JOC) também se transformaram. Até aquele momento, essas organizações confinadas no universo religioso, e guiadas pelo *humanismo* se voltam para os interesses mais urgentes do mundo operário, aproximando-se mais das camadas populares. Na área rural, após a experiência das *Ligas Camponesa* despertou-se, principalmente entre os jovens universitários católicos de classe média, um processo maior de conscientização política e social em relação aos excluídos. Aglutinaram-se, nesse processo, comunistas, socialistas e a esquerda católica (PIERUCCI *apud* AZZI; GRIJP, 2008).

Em 1956, os bispos do Nordeste decidiram não mais apoiar as elites agrárias e criaram um documento¹⁸ em que definiam a posição deste grupo em favor das mudanças socioeconômicas (AZZI; GRIJP, 2008). O documento chegou mesmo a negar a antiga convivência do clero com os fazendeiros e coronéis. A Igreja se proclamava sem nenhuma vinculação com injustiças sociais. Em 1961 a hierarquia da CNBB emitiu o documento denominado A Igreja e a situação no meio rural brasileiro (CNBB, 1976), um roteiro de atividades para os católicos, lembrando a ação da Igreja no Nordeste. Outra ação foi convocar os vigários para uma grande campanha de sindicalização dos lavradores e trabalhadores do campo.

Essas repercussões causaram novas tensões na Arquidiocese do Rio de Janeiro. Dom Jaime, líder dos conservadores, em aliança com o cardeal Carlos Mota de São Paulo e outros prelados de postura mais *conservadora*, aprofundou suas diferenças (a reforma agrária foi um desses pontos de afastamento entre os grupos) com o grupo *reformista* e se utilizou do poder religioso de D. Jaime Câmara, principalmente junto à Sé Romana para desmobilizar o grupo *reformista*, ao tempo em que se articulou para alcançar o controle da CNBB e reafirmar uma postura de direita.

Dom Jaime iniciou, então, um desmembramento do grupo *reformista*. Ele entendia que o mesmo abandonara o combate ao comunismo ateu e ligara-se à transformação da sociedade pela luta política e esta não era missão da Igreja. Na sua visão, o papel da hierarquia era o de cristianizar a sociedade, fazendo com que o governo, as organizações sociais e as pessoas orientassem sua conduta pelo catolicismo (Dom Hélder *apud* PILETTI; PRAXEDES, 1997).¹⁹

Em 1958, Dom Távora, ex-bispo auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro, foi enviado a Aracaju, recebido com reticência e dando início a um conjunto de obras sociais. Dom Hélder, não sem dificuldades iniciais para sua aceitação, tanto no Maranhão, quanto na Bahia, tornou-se Arcebispo de Olinda e Recife. Este clérigo, embora afastado do centro de decisões destaca-se como um porta-voz dos *reformistas*. Como estratégia de sobrevivência e utilizando-se de seu poder simbólico junto à sociedade e o poder de autoridade enquanto

¹⁸ Manifesto do episcopado brasileiro sobre a ação social. REB. 6(2) 479-484.

¹⁹ Dom Hélder aponta o momento do seu rompimento e de seu grupo com o cardeal Dom Jaime Câmara: Foi em um dia de São Vicente de Paula que ambos chegamos à conclusão de nossas diferenças, mais cedo ou mais tarde nos separariam. A missa foi rezada pelo Cardeal e eu fazia um discurso de elogio ao santo. Mas achei que deveria aproveitar a ocasião para deixar claro que na nossa opinião, havia uma missão terrena a ser realizada pelos católicos, para a promoção da justiça e a resolução dos problemas sociais: concluí então afirmando que se São Vicente estivesse vivo, sua caridade faria com que lutasse pela justiça (PILETTI; PRAXEDES, 1997).

prelados brasileiros, esse grupo continuou a estabelecer uma série de metas de cunho social em algumas áreas do país.

As *Frentes Agrárias* iniciaram, a partir de então, um recrutamento maciço da gente rural e se inicia uma elevação do número de sindicatos católicos. Nesse percurso, Dom Eugênio Sales comandou as atividades no Rio Grande do Norte, registrando uma atuação expressiva junto aos trabalhadores rurais, criando as *Comunidades Eclesiais de Base* (CEBS) e enfrentando as inúmeras acusações de “esquerdismo” por parte dos conservadores e das elites potiguar. Dom Antônio Campelo de Aragão, em Petrolina – Pernambuco, desenvolveu um trabalho pioneiro na região, voltado, sobretudo, para comunicação com a criação da emissora rural “*A Voz do São Francisco*”, a saúde (Centro Social Pio XI) e a educação (criação do Instituto São José). Dom José Vicente Távora, em Sergipe, elaborou junto ao governo nacional, durante o governo de Juscelino Kubitschek (TÁVORA, 1958, 28.11.1958), a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Logo depois lança o Movimento de Educação de Base (MEB).²⁰

Desse modo, como apontado, no início dos anos de 1960, ao embalo do Concílio Vaticano II (1962-1965), que, apesar das tensões suscitadas entre *conservadores* e *reformistas* sob o teor das transformações sociais, definiu-se a nova missão da Igreja. Foram revitalizadas associações, surgiram diversos sindicatos católicos tentando ganhar terreno sobre movimentos sociais como as ligas camponesas, de tendência socialista.

Porém, também aumentaram as pressões sobre o grupo *reformista*. Os *conservadores* articularam-se, englobando os denominados *tradicionalistas* ou *moderados* e conseguiram assumir os principais postos de comando da CNBB. Os reformistas, objetivando conseguir uma via de acesso para realização de seus projetos, mobilizaram suas alianças, inclusive junto ao poder executivo e dessa forma buscam uma reação frente aos *conservadores*. Conseguiram, enfim, articular o *Estatuto da Terra* entregue pelo próprio Dom Hélder ao primeiro-ministro Tancredo Neves. Por sua vez, o presidente da República à época, João Goulart apoiava as reformas propostas na área agrária, o que uniu *reformistas* e o estado nacional. O grupo *conservador* reagiu e realizou em São Paulo com o apoio do TFP (Sociedade pra Defesa da Tradição, Família e Propriedade) a marcha da *Família, com Deus pela Liberdade*,

²⁰ Esse movimento toma proporções significativas sob a força da ideologia reformista e a experiência das estações radiofônicas de Natal, atuando com projeção nacional entre 1961 e 1964. Dom Avelar Brandão Vilela, no Piauí, priorizava as obras de cunho social. Como um militante reformista, envolveu-se com o sindicalismo rural e comprometeu-se com a reforma agrária neste Estado. Criou, ademais, a Ação Social Arquidiocesana, a Faculdade de Filosofia do Piauí e a Rádio Pioneira de Teresina, sendo acusado por diversas vezes, de subversivo (característica comum ao grupo reformista).

denunciando a posição *reformista* ao governo e aproximando-se da direita e do exército no país (LUSTOSA, 1991; DELLA CAVA, 1975).

Os anteriormente “líderes progressistas” passaram à condição de subversivos, “vermelhos”. Suspeitos de abrigarem em seu ideário e ações, tendências comunistas. Dom Hélder foi atacado pela ala conservadora, pela na imprensa²¹ e sofreu dois atentados, tendo um colaborador direto assassinado. O controle efetivo sobre a CNBB passou a ser exercido pelo ultraconservador aliado de Dom Jaime Câmara, José D`Ângelo Neto, que reuniu os prelados das zonas mais remotas, os conservadores e os moderados preocupados com o radicalismo, aglutinado-os. Agora o novo secretariado era formado por Agnelo Rossi (SP), e Dom Penido (RJ). D. Avelar Brandão Vilela chega a ser eleito, mas para cargo de menor expressão.

A respeito desse fato, Ulisse Floridi (1973) afirma: Não foi somente Dom Hélder o derrotado, o foram, também, os outros membros do grupo da CNBB, Dom Eugênio Sales, Dom José Távora e Dom Fernando Gomes, que tentaram salvar as eleições e reeleger os reformistas. A CNBB agora muito mais conservadora se aproximaria do governo militar no sentido de combater o comunismo e repudiar a reforma agrária.

O exército, após 1964, deflagrou uma ação de efetiva coação sobre o grupo reformista (PILETTI; PRAXEDES, 1997). Investigações foram realizadas, muitos prelados sofreram ataque direto dos militares. Os programas reformistas como o MEB (Movimento de Educação e Base), o SAR (Serviço de Assistência Rural), SORPE (Serviço de orientação rural de Pernambuco) e as FAG (Frentes Agrárias) foram desarticulados. Os prelados, mais ligados a proposta *reformista*, passaram a ser acusados de apoio a ideias do programa comunista e passaram a ser denominados pejorativamente de “*bispos vermelhos*”. Da condição de reformistas prestigiados (como verdadeiros “santos sociais”) passaram a vigiados pelo poder político. Alguns foram detidos, interrogados, pressionados e outros, torturados durante o regime militar (MAINWARING, 1989; AZZI; GRIJP, 2008).

Ademais, as antigas organizações, os movimentos sociais e projetos católicos foram desarticulados, sobretudo entre a classe trabalhadora. A *Ação Católica Brasileira* passou a ser acusada, também, de se prestar às estratégias dos comunistas para a “marxização” progressiva da sociedade, os jocistas (JUC, JOC e JEC) que haviam sido por quase uma década os canais mais significativos da participação da Igreja no campo, perderam força. Os círculos operários sobreviveram, mas, cooptados pelos dirigentes da política oficial. Tal processo explodiria nos

²¹Jornal O Estado de São Paulo de 17 de setembro de 1961. Artigos de Gilberto Freyre que acusava Dom Hélder de “agitador”, “mais político do que sacerdote”, “utilizador da miséria do Nordeste para fazer demagogia”.

anos de 1970, no que Ulisse Floridi (1973, p. 15) denominou de “radicalismo católico da Igreja popular”, aspecto que foge às intenções deste trabalho.

2.3 A elite eclesiástica brasileira

A prelazia é uma das principais posições hierárquicas no interior da instituição católica. A partir de seu rompimento com o Estado, na proclamação da República, a hierarquia da Igreja brasileira assumiu postura *romanizada* e voltada ao desenvolvimento do clero e da própria instituição enquanto instância de poder²².

Nesse contexto, as nomeações episcopais passaram a ser realizadas pela hierarquia local e pela *Santa Sé*.²³ As nomeações episcopais no espaço católico foram reservadas, a princípio, a homens advindos das elites agrárias brasileiras²⁴, muitos deles, tendo realizado estudos e cursos em Roma, a exemplo de D. Joaquim Arcoverde, oriundo da aristocracia e primeiro cardeal latino-americano (1905), que fez sua formação no prestigiado *Colégio Pio-Latino-Americano*. Estes clérigos construíram, em sua experiência junto à alta cúpula do poder católico, um *habitus* romanizado, ou seja, uma obediência incondicional aos ditames do Vaticano. (MICELI, 2009; DELLA CAVA, 1975).

²² Na implantação do regime republicano, a Igreja Católica passou a enfrentar um duplo desafio. A tarefa mais urgente era, sem sombra de dúvida, a definição de uma moldura organizacional própria em condições de garantir autonomia material, financeira, institucional, doutrinária, capaz de respaldar quaisquer pretensões futuras de influência política. Não podendo mais contar com subsídios governamentais, cumpria desenvolver atividades e serviços de molde a assegurar margem razoável de rentabilidade. Dentre as metas de curto prazo, uma das mais urgentes era justamente reaver a parcela do patrimônio incorporada ao poder público. As duas primeiras décadas do regime republicano foram pontuadas por inúmeras pendências em torno da reapropriação de conventos, igrejas, residências, casas de misericórdias, sedes de irmandades e terras. Outros litígios de caráter patrimonial envolviam as pretensões quase sempre vitoriosas dos prelados sobre a retomada de posse e dos direitos de gestão sobre as irmandades leigas (...). Do ponto de vista político-organizacional, a separação cancelava praticamente todos os direitos de intervenção sobre os negócios eclesiásticos de que dispunha o poder central conforme estipulava o regime de padroado (...) que passavam a depender do alvitre da alta hierarquia (MICELI, 1988, p. 19-20).

²³ Formalmente, as nomeações de alguns membros do corpo eclesiástico católico à prelazia seguem um determinado processo ritual. Em primeiro lugar se faz necessário que haja uma diocese vacante, seja por recente criação, falecimento do prelado anterior ou mesmo sua transferência. Posteriormente, define-se um perfil esperado para o novo episcopo. Desse procedimento participam bispos, arcebispos, sacerdotes, leigos influentes, e após este ato, de forma secreta, são sugeridos nomes que comporão a lista tríplice enviada ao Núncio Apostólico, sem esquecer de que a escolha da referida lista, deve estar devidamente justificada. Este por sua vez, envia um relatório para Pontifícia Congregação para Bispos que se reúne em Roma apresentando a diocese, os candidatos e suas características. Essa primeira avaliação é levada ao papa, que tem a decisão final. Contudo, é possível que mais de um candidato seja elevado a bispo ou a outra função na estrutura organizacional da Igreja (ESQUIVEL, 2007).

²⁴ A laicização, implantada pela Constituição de 1891, não significou um rompimento da Igreja com os grupos dirigentes, nem suscitou um redirecionamento das forças políticas e dos investimentos da Igreja com vistas a ampliar seu público fora do espaço da classe dirigente (...). A organização eclesiástica encontrou, portanto, meios de recuperar boa parte do terreno político e institucional perdido com a separação, driblando as medidas impostas pelo governo com o auxílio de grupos dirigentes locais que cediam terrenos, investiam em escolas e matriculavam seus filhos nessas instituições controladas pela Igreja (MICELI, 1988, p. 20).

A batina foi a marca do novo seminarista e do novo sacerdote. A sotaina negra, um instrumento de distinção dos seminaristas e dos padres, diferenciava-os de seus antecessores e dos leigos. Vestir a batina era um rito de passagem, que influía na aparência, mas também na atitude interior do indivíduo. A disciplina permeava suas vidas. A hierarquia, por sua vez, governava as atitudes corporais de estudantes, professores e o corpo sacerdotal e entendia que um clero reformado supunha unidade nacional, a obediência aos ditames católicos, políticos e institucionais e à diferenciação social do sacerdote. A disciplina movia a mecânica do poder, moldando o comportamento individual a serviço dos interesses institucionais (rigor acadêmico, ortodoxia, observação do celibato, ação missionária, liderança moral efetiva, obediência aos bispos e autoridades públicas, preservação do *status quo*, controle masculino da Igreja e uma aproximação efetiva com o Vaticano) (SERBIN, 2008).

Dessa reaproximação com o papado e com os setores oligárquicos estaduais em busca de consagração, a Igreja tirou inúmeras vantagens, dentre elas, a possibilidade de moldar a elite eclesiástica nos seminários e em estágios de formação no exterior. Por outro lado, possibilitou a criação de uma estrutura político organizacional que facultava a criação de inúmeras funções nos altos escalões da organização eclesiástica permitindo que se instalasse um “estado-maior-diocesano”, composto por prelados, monsenhores, capelães papais, secretários, caudatários, reitores, visitantes, e outras funções no interior da estrutura religiosa católica. E, de finais do século XIX até os anos de 1930, a Igreja buscou aprimorar em seus seminaristas oriundos de grupos dirigentes, as experiências pastoral, intelectual e administrativa (MICELI, 2009, p. 32).

Assim, na primeira fase da República Brasileira, a eleição dos bispos latinos, pós-romanização, passou a ser realizada pela Santa Sé, através das listas tríplices. Essa escolha, porém, estava diretamente ligada a uma série de pré-requisitos, os quais se alteraram no decorrer do tempo, a depender do sentido do campo católico e dos interesses da hierarquia em jogo naquele momento.

Esse fato pode ser demonstrado a partir da ascensão de D. Sebastião Leme²⁵ à prelazia e ao cardinalato brasileiro (não obstante sua educação romana e de ser apontado como sucessor natural de Dom Joaquim Arcoverde), o que deu origem a um novo processo no Brasil após 1930: a ascensão da classe média à hierarquia religiosa. A nova estrutura eclesiástica,

²⁵Para Della Cava (1975) a elevação de D. Sebastião Leme ao cardinalato, assinala o fim da predominância da aristocracia fundiária na hierarquia eclesiástica e inaugura a mobilização efetiva dos leigos de classe média como uma força política especificamente pela Igreja. Filho de um professor, sua nomeação como bispo auxiliar do Rio de Janeiro em 1922, marca a emergência contundente da classe média como contenedora política, do mesmo modo como a Semana de Arte Moderna, a Revolução dos Tenentes e a fundação do Partido Comunista.

consequentemente alargava as possibilidades de seminaristas, que anteriormente estavam condenados à condição de meros sacerdotes. Este quadro se amplia, sobretudo, no final dos anos de 1940 e por toda década seguinte.

Um dos motivos para tal fenômeno está na necessidade da hierarquia em formar padres e bispos para o trabalho pastoral visando controle das massas, via sua coligação com as autoridades constituídas. Alguns seminaristas oriundos da classe média, e de seminários mais periféricos, muitos desses nordestinos, cumprindo às exigências que se impunham pela instituição, desenvolvendo um trabalho pastoral junto aos mais necessitados, trabalhando em obras sociais e educacionais e ganhando expressão na mídia e reconhecimento popular, chegaram a compor a alta hierarquia católica.

Apesar desse quadro, contudo, aparentemente mais progressista na organização institucional católica, em geral, a maioria dos padres, sagrados bispos no Brasil, foi formada pelos lazaristas e vicentinos e pelo Colégio Pio Brasileiro, instituições altamente romanizadas. Os egressos dessas instituições certamente foram privilegiados e passaram a ocupar os principais cargos na hierarquia da Igreja desde os anos de 1930 até os dias atuais. Destacam-se como egressos dessas instituições prelados como: D. Antônio dos Santos Cabral, D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, D. Oscar de Oliveira, D. Manoel Pedro da Cunha Cintra, D. Serafim Fernandes de Araújo, D. Hélder Câmara, D. Eugênio de Araújo Sales e D. Lucas Moreira Neves. Assim, como em outras instituições que prezam pela hierarquia, a Igreja privilegia o *esprit de corps*, no que diz respeito ao sucesso institucional (SERBIN, 2008).

Em linhas gerais, no contexto aqui analisado, houve no Brasil uma transformação significativa nas formas de se portar e daquilo que se esperava de um sacerdote, especialmente, daqueles destinados a compor a alta cúpula da Igreja. Nesse contexto, a postura conservadora e autoritária foi a marca registrada do clero brasileiro até o início dos anos de 1960, quando da transição para a “Igreja dos pobres”, embora um grupo reformista, tenha tido uma postura “inovadora”, ainda que dentro de determinados limites, mais efetiva a partir dos anos de 1950.

É válido pontuar que, no período marcado pela *neocristandade*, principalmente, após a expansão dos centros de formação, os clérigos oriundos de “seminários que mais pareciam mosteiros”, foram moldados pela oração e pelos valores tridentinos, adquirindo um sentimento de dedicação e lealdade à Igreja. Os desvios desta conduta eram punidos com expulsão. Entre as atividades ali desenvolvidas constavam a leitura do breviário várias vezes por dia, o comparecimento à missa, retiros e outras observâncias e devoções. A frequente confissão dos pecados moldava os hábitos dos seminaristas e incentivava a virtude. Padres e confessores e,

especialmente, o diretor do seminário supervisionavam o desenvolvimento espiritual e auxiliavam nas dificuldades pessoais. Esta geração mantinha distância social do rebanho (SERBIN, 2008, p. 127).

A ascensão ao episcopado, entretanto, cargo de prestígio na hierarquia católica estava vinculada a diversos fatores. A passagem por um seminário menor, a obediência, a disciplina, a piedade, o controle de si e à competência escolar, eram dos aspectos mais privilegiados. Ser oriundo de um centro de formação de destaque era um bom início. O êxito, as notas e as experiências adquiridas eram sem dúvida um trunfo. Os estágios no exterior ganhavam grande destaque. Até meados do século XX a possibilidade de preencher os requisitos a uma carreira de sucesso estava reservada aos descendentes de proprietários rurais, grandes comerciantes, políticos e outras porções das elites econômicas, sendo rara, mas não inexistente, a ascensão de membros oriundos de classes menos abastadas.

Depois dos anos de 1950, porém, a educação continuada e a construção de um cabedal cultural aumentavam em muito às vantagens do sacerdote oriundo da classe média. Graduações acadêmicas, o domínio de línguas estrangeiras, especializações no exterior e docência superior, eram bastante valorizados e o diploma em licenciatura (sobretudo, nas “Humanidades”) e em direito estavam entre os mais valorizados pela hierarquia em seu processo de reprodução social (SEILD, 2009, p. 266).²⁶

Após a Segunda Grande Guerra, a democratização e as ideias liberais passaram a ganhar cada vez mais espaço na opinião pública mundial e na própria sociedade brasileira. Nesse período, iniciava-se um processo de transformação nos anseios e modelos de sacerdócio. Diante dessa nova conjuntura, abriu-se mais de uma possibilidade no “fazer sacerdotal”. Isso, pois, o contexto sociopolítico e as necessidades da Igreja transformam-se. Uma leva de padres e prelados aproximou-se das massas despossuídas do país, o que se refletiu em novos modelos clericais e em disputas envolvendo os grupos *conservador* e *reformista* no interior da Igreja. Este foi o padrão que se desenvolveu nos anos de 1950 e início da década seguinte (DELLA CAVA, 1975, p. 37-39).

²⁶Sérgio Miceli (1988) aponta que outras condições, bem mais veladas, faziam parte dos pré-requisitos à hierarquia. Ser prelado no Brasil era, antes de tudo, ser branco (poucos os negros que conseguiram esta ascensão até a década de 1970). Outra condição que se tornou quase uma regra foi a interferência de cardeais e bispos de alto prestígio que buscaram destacar aqueles que acompanhavam a função diocesana, muitos deles, seus protegidos e/ou auxiliares. A maior parte dos que estavam assim amparados chegaram aos cargos de alto prestígio no interior da estrutura. No geral, a regra era buscar aquele que mais se assemelhava a personalidade de seu superior hierárquico. Assim, o modelo dos dirigentes tornava-se padrão para os que ambicionavam a ascensão no espaço institucional católico.

No Nordeste, os episcopos buscaram contra-atacar os militantes comunistas que organizaram sindicatos rurais, a exemplo de Francisco Julião, que, em 1955, fundou as Ligas Camponesas para auxiliar o pequeno produtor. No interior da Igreja, dentro do novo modelo defendido por parte dos prelados, surgiram grupos e movimentos que provocaram uma mudança de rumo no projeto eclesial brasileiro. Pouco a pouco, foi abandonado o sonho da *neocrisandade* e a instituição eclesial abriu-se para as ideias liberalizantes e democráticas, bem como para os projetos de mudança social, constituindo-se esse período uma transição para o movimento mais radical da *Teoria da Libertação*, nos anos setenta (SERBIN, 2008).

O projeto reformista baseou-se na renovação pastoral²⁷. Sob a influência do Concílio Vaticano I, que tivera um caráter marcadamente doutrinário e apologético, mediante rígida definição das verdades da fé e condenação de erros e heresias, a nova assembleia conciliar brasileira destacou-se por uma orientação voltada para a prática pastoral, na qual se pretendia evitar toda atitude de intransigência²⁸. Os diversos grupos de *Ação Católica* contribuíram muito para a mudança de rumos da igreja no Brasil²⁹, promovendo a abordagem dos problemas de ordem política e social. Em decorrência dessa posição, muitos padres e religiosos, cujas atividades situavam-se até então em paróquias e colégios destinados ao atendimento das classes médias urbanas, deslocaram-se para as periferias das grandes cidades e para as regiões mais carentes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde se desenvolveu um

²⁷A expressão mais importante da renovação pastoral foi as Comunidades Eclesiais de Base, rapidamente difundidas e multiplicadas pelo território nacional. Reunidos em pequenos grupos para as celebrações litúrgicas e leituras da Bíblia, os fiéis católicos tomaram consciência da necessidade de lutar por melhores condições de vida e por reformas sociais. Alguns organismos católicos assumiram grande importância nessa etapa e entre eles se destacaram o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Comissões de Justiça e Paz, empenhados na defesa dos direitos humanos, violados com frequência durante o período de regime autoritário implantado no país em 1964 (SERBIN, 2008).

²⁸ Distinguem-se duas fases nessa nova etapa de vivência da fé católica. Na primeira, buscou-se a atualização das estruturas eclesiais, defasadas em relação à mentalidade do mundo contemporâneo. Essa etapa foi iniciada sob a inspiração de teólogos europeus, preocupados com a descristianização acentuada que se verificava em seus países. Como objetivos primordiais definiram-se o diálogo com o mundo científico, a adaptação da linguagem religiosa à sociedade moderna e o esforço de reaproximação com as outras igrejas cristãs. A segunda fase teve início com as assembleias episcopais de Medellín (1968, apud DELLA CAVA, 1975) e Puebla (1979 apud DELLA CAVA, 1975). A ênfase principal passou a ser a realidade dos países latino-americanos e a necessidade de que a igreja se mostrasse sensível a seus problemas como condição básica para a promoção da fé católica (DELLA CAVA, 1975).

²⁹ Entre as características principais do catolicismo latino-americano está a inspiração bíblica e a afirmação da igreja como povo de Deus. É a partir da reflexão sobre as Sagradas Escrituras que os fiéis passam a atuar na vida comunitária. Da mesma maneira, elucida-se o compromisso político resultante dessa nova perspectiva, que visa à criação de uma sociedade mais justa e mais fraterna. Tanto o êxito da renovação pastoral quanto a consolidação do catolicismo latino-americano supõe não apenas a aceitação de uma nova perspectiva teológica, mas também mudanças nas estruturas da igreja (SERBIN, 2008).

novo tipo de fé distinto do catolicismo luso-brasileiro e do catolicismo romanizado³⁰: o tipo clerical. Este enfatizava o aspecto doutrinário e sacramental e ainda permanece forte nas pequenas cidades (SERBIN, 2008).

A partir dessas mudanças, o modelo de padre também se alterou nos anos de 1960, sobretudo após a criação do seminário regional de Camaragibe (SERENE). A partir desse seminário, com o apoio de padres mais progressistas e por clérigos estrangeiros³¹, alterou-se a concepção de sacerdócio. Os novos padres nordestinos queriam viver entre o povo, instalavam-se em zonas periféricas, concentravam-se em combater a pobreza e à exploração das massas urbanas e rurais buscando estreitar seu vínculo com a comunidade.

No mais, utilizando-se do teatro e da música reivindicavam alterações nos currículos e nos programas educacionais. Pleiteavam ainda que a instrução acadêmica incluísse cursos sobre marxismo, existencialismo, cinema, teoria demográfica e o método de alfabetização de Paulo Freire. Numerosos seminaristas, padres e bispos em todo o país aderiam a essa inovação. Nomes da prelazia como D. Hélder Câmara, D. Vicente Távora, D. Avelar Brandão Vilela, D. Eugênio Sales, dentre outros, apoiavam a ação dos seminaristas. Portavam-se de modo menos formal. Recusavam-se à batina e aos símbolos religiosos tradicionais e davam menos importância a regulamentos tradicionais como o silêncio e a necessidade de permissão para sair do seminário, o que gerou uma série de incidentes, tais como denúncias, demissão de professores, afastamento de dirigentes, visitação oficial do clero na figura de D. Ivo Lorscheiter, um representante do conservadorismo católico (SERBIN, 2008).

Como consequência dessas ações, nem mesmo a hierarquia eclesiástica mais progressista conseguiu acompanhar o ritmo dessa “evolução de mentalidade” e terminou por suprimir os vínculos das associações leigas com a instituição eclesiástica, subtraindo-lhes o direito de representar posições católicas, embora um dos pontos fundamentais da nova orientação da Igreja tenha sido a “opção preferencial pelos pobres”.

³⁰ Uma das marcas do tradicional catolicismo luso-brasileiro foi a penetração em todos os segmentos da sociedade colonial, das camadas populares à classe senhorial. Já o catolicismo romanizado teve maior difusão em áreas de imigração europeia, sobretudo na região Sul do país, e entre as classes médias urbanas (MAINWARING, 1989).

³¹ A Igreja era uma instituição única, talvez a primeira organização multinacional e multicultural da história. Clérigos locais e estrangeiros misturavam-se. A europeização do clero nacional via seminários criava uma distância entre o clero e o povo. Os padres adotaram o nacionalismo e a fé, forma de se compreender o nacionalismo da Igreja progressista. Entre os períodos de 1930/1945 considerando o caráter multinacional do catolicismo, a Igreja católica brasileira importou inovações europeias como a Ação Católica, os padres operários e a teologia humanista. O fluxo de pessoas e ideias para o Brasil na segunda metade do século XX constituiu uma terceira onda de evangelização na qual os padres mais uma vez atuavam como agentes de modernização (SERBIN, 2008).

Finalmente, com o golpe militar de 1964, deu-se o estremecimento entre Igreja e Estado, embora a alta cúpula hierárquica, à época majoritariamente conservadora, tenha apoiado a ascensão militar. Os grupos leigos foram desarticulados e outros abraçaram o ideário comunista. Nos primeiros anos de ditadura, então, gestou-se a radicalização católica: a Teologia da Libertação. As figuras do clero mais identificadas com o trabalho pastoral junto às massas despossuídas foram investigadas e alguns sofreram consequências mais drásticas por parte do governo militar. Neste momento de crise entre os dois poderes, aqueles que não se submeteram aos novos ditames governamentais foram considerados subversivos, sendo perseguidos, principalmente entre os anos de 1968 a 1980.

3 DE JOSÉ VICENTE TÁVORA À DOM TÁVORA

Intenta, este capítulo, compreender as condições pelas quais José Vicente Távora conseguiu ascender à hierarquia católica brasileira a partir dos anos de 1940. Sabendo-se que para alcançar altos postos na estrutura católica o candidato precisa preencher uma série de pré-requisitos, que são constantemente atualizados, aqui se busca desvendá-los. Desta maneira, são abordados aspectos como: seu grupo familiar, a educação sacerdotal recebida, sua emergência no campo católico, a sequência de postos exercidos, estratégias e os tipos de capitais possuídos pelo referido clérigo. Ainda são abordados neste excerto: sua chegada a Aracaju em 1958 e a repercussão de seu falecimento nos veículos de comunicação brasileiros e sergipanos. Para tanto, se fez necessário inter-relacionar aspectos significativos da estrutura sociopolítica brasileira no período, por esta pesquisa, aqui recortado (1930-1970), com destaque para o espaço religioso católico em sua relação com os meandros da política e com os diversos grupos que compunham a sociedade brasileira.

A pretensão deste capítulo é apreender quais e que tipos de capitais o citado clérigo dispunha. Por outro lado, busca atentar às posições ocupadas por ele no interior da instituição católica, sua relação com a estrutura e entrever suas estratégias na construção de uma “carreira” capaz de materializar uma imagem simbólica que “ganhou corpo” em expressões do tipo: “bispo dos operários”, “bispo dos pobres”, “clérigo progressista”, “homem vocacionado” “bispo piedoso”, etc.

Essas interpretações sobre o prelado, contudo, não parecem considerar sua vinculação institucional. Parte-se da hipótese de que Dom José Vicente Távora foi um especialista, um legítimo representante do clero que ascendeu à condição de elite eclesiástica a partir de práticas condizentes ao sentido do seu campo católico. Sendo assim, Dom Távora chegou a ocupar um espaço de destaque no conjunto da hierarquia de sua esfera de ação e pertencimento durante as décadas de 1950-1960. Tais aspectos são aqui privilegiados, no entendimento de que são reveladores da construção de sua legitimidade na implantação de ações sociais junto às massas no território sergipano, principalmente em Aracaju e no *Polígono das Secas*³², enquanto dirigente oficial do clero local.

³²Pela Lei nº. 175 de 7 de janeiro de 1936, o Polígono das Secas é formado por 1.133 municípios. Estes, são situados nos estados de Sergipe, Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Minas Gerais. É uma região reconhecida como sujeita a repetidas crises de prolongamento das estiagens e constitui-se de diferentes zonas geográficas, com distintos índices de aridez. Em Sergipe compreende os municípios de Canindé do São Francisco, Feira Nova, Gararu, Poço Redondo, Gracho Cardoso, Monte Alegre, Porto da Folha, Nossa Senhora da Glória, Poço Verde (CODEVASF, 1936).

3.1 Origens e inserções sócias da família Távora

Uma das primeiras informações acerca de José Vicente Távora identifica-o como oriundo de uma família com poucos capitais econômicos, do interior de Pernambuco. Tal fato, nos relatos biográficos, é, no geral, lembrado como um fator de distinção intelectual – conseguir em meio a tantas dificuldades materiais, por seus únicos e próprios méritos, alcançar um posto hierárquico no interior do campo católico brasileiro e projeção nacional.

Contudo, as referências à família dos Távora no Brasil remontam ao século XVIII, sendo ela, identificada como uma família de capital simbólico, que se fixou a princípio no Nordeste brasileiro, tendo como primeiro ancestral *João da Silveira Borges*³³ e que hoje está distribuída por várias localidades da federação e mesmo fora dela. Assim, partindo-se deste ancestral, evidenciam-se dois troncos familiares³⁴ que no Brasil já se encontravam constituídos no século XIX, respectivamente no interior de Pernambuco, a partir da Vila de Olinda – *Os Silveira Távora*, e outro ramo no Ceará a partir da Vila de Jaguaribe-Mirim – *Os Fernandes Távora*. Embora não se tenha encontrado nenhum documento que ligue a linhagem portuguesa dos Távora à família de José Vicente, tanto os membros entrevistados (irmã, sobrinha e cunhado) bem como, os textos produzidos por outros membros da família ampla e por genealogistas³⁵ pleiteiam esse capital simbólico de sua “descendência nobre” (PIERRE, 1978, p.23). Segundo a museóloga Maria José Távora, sobrinha-neta de José Vicente, uma especificidade da “linhagem familiar é a transmissão, até os dias atuais, do sobrenome Távora, tanto pela linha masculina, quanto feminina de sua família” (COBRA, 2007, p. 9).

³³Reconhecido pelos genealogistas como o primeiro membro do clã Távora no Brasil, que fugira de Portugal e da perseguição imposta pelo Marquês de Pombal a esta família (COBRA, 2007; STUDART, 1910).

³⁴A partir dessas duas ramificações, é possível encontrar inúmeras referências aos Távora na história dos espaços jurídico, intelectual, político e eclesiástico no Brasil. Desde a esfera literária, com o escritor, jurista e jornalista Franklin Távora, passando pelo campo jurídico que congregava desembargadores, juízes e advogados, chegando-se ao campo político, onde diversos membros da fratria ocuparam cargos de destaque, cuja maior expressão nacional foi Juarez Fernandes Távora em sua trajetória desde membro do movimento tenentista, integrante a burocracia do Estado na Era Vargas e político da Arena durante a ditadura militar brasileira, a partir de 1964. Atualmente, a família de muitos membros está distribuída em vários estados brasileiros como Maranhão, Pará, Amapá, Brasília, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, mas, grande parte ainda se concentra nos locais de sua fixação inicial (COBRA, 2007).

³⁵Guilherme Chambly Studart (1856-1938) foi médico, historiador e vice-cônsul do Reino Unido no Ceará. Filho de John William Studart (comerciante vice-cônsul) e Leonísia de Castro Studart. Fez seus primeiros estudos no Ateneu Cearense, transferindo-se para o Ginásio Bahiano. Em 1872 matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, onde se doutorou em 1877. Participou do movimento abolicionista no Ceará. Católico militante dedicou-se a caridade e filantropia. Autor de inúmeros trabalhos em diversas áreas como Medicina, Línguas, Biografia, Geografia e Biologia, foi na História que se destacou, escrevendo centenas de textos abordando a História do Ceará. (INSTITUTO DO CEARÁ, 1956).

A família de José Vicente Távora pertence ao ramo dos *Silveira Távora* que se fixou em Pernambuco. Seus progenitores eram Severino da Silveira Távora³⁶ - um comerciante (dono de uma padaria) e, posteriormente, coletor estadual de impostos na cidade de Nazaré da Mata (onde se estabeleceu até a maioridade dos filhos) e Antônia de Albuquerque Távora (Toinha), dona de casa. José Vicente Távora nascido em dezanove de julho de mil novecentos e onze (1911) na vila Olho D'Água das Bestas jurisdição de Bom Jardim, hoje, cidade de Orobó, na Zona da Mata pernambucana, era o primogênito de uma prole de doze filhos, sendo cinco mulheres e sete homens³⁷. Em entrevista concedida, Dona Maria Teresinha Távora Pedroso (irmã caçula de D. Távora) informou que o prelado “era o mais velho e de certa forma tornou-se um segundo pai, principalmente para os mais novos, que o respeitavam e, em geral, ninguém retrucava suas determinações, nem mesmo Lamartine, que sempre foi o mais genioso”. Pelas informações de D. Teresinha, apreende-se que dos doze irmãos, somente dois deles não cursaram o nível superior, embora isto não tenha sido empecilho, para galgarem altos cargos na esfera pública federal³⁸.

Assim, dos doze, dois foram clérigos (José Vicente e José Ricardo), dois advogados (José Lamartine e José Anchieta), uma assistente social (Maria das Mercês), duas médicas (Maria do Carmo e Maria Conceição), uma administradora (Maria das Neves), um contabilista

³⁶Posteriormente, vindo a residir nos municípios de Pedra, Olinda e posteriormente em Recife, onde faleceu em 1959.

³⁷ Entrevista concedida por Dona Maria Teresinha Távora Pedroso em 16 de junho de 2010; Verbete constante da documentação documento de identificação de D. José Vicente Távora In: Arquivo da CNBB Nordeste II.

³⁸ Em relação aos outros irmãos a entrevistada informou que: *José Lamartine* foi advogado e político de destaque em Recife nos anos de 1950 e 1960, ingressou na vida pública no PTB e depois, filiando-se ao PDT e PMDB. Era amigo de Leonel Brizola, um seu aliado e incentivador de sua carreira política. Foi deputado federal por dois mandatos, sendo o terceiro, interrompido via cassação política, pós 1964, com a implantação da ditadura militar. Após a implantação do novo regime, exilou-se na Iugoslávia, Itália, Chile, somente retornando ao Brasil quatro anos depois, em princípio de 1969, por interseção direta de D. Távora, que chegou a visitá-lo no exílio. Ao retornar continuou advogando até aposentar-se. *José Anchieta* dedicou-se ao jornalismo e a advocacia. Foi levado por Dom Távora ao Rio de Janeiro e atuou como Procurador dos bancários do Rio de Janeiro, além de exercer o jornalismo na Revista *O Cruzeiro*, sendo demitido após o golpe militar. *Maria das Mercês*, assistente social, tornou-se funcionária pública federal no Recife (dirigindo o Núcleo de Assistência Social do Recife). *José Luis* tornou-se funcionário público federal, não quis seguir carreira. José Sérvulo, também funcionário público da SUNABI, também não seguiu uma carreira específica, voltando-se a postos administrativos em sua esfera de trabalho. *Maria das Neves* abandonou a carreira religiosa, casou-se, formou-se em Administração, ocupando o cargo de administradora da Secretaria de Administração de Pernambuco. *Maria do Carmo*, médica pediatra, casou-se com o sobrinho e afilhado do general Castelo Branco, o também médico e político (eleito duas vezes senador pelo Rio de Janeiro) Plínio Castelo Branco. Maria da Conceição, médica cardiologista, muito próxima a Dom Távora, exerceu em Aracaju o comando do programa de controle da Lepra (Hanseníase), além de fazer parte do quadro funcional do INAMPS (Instituto Nacional Assistência Médica Previdência Social). *Maria Teresinha*, atualmente, dentista aposentada firmou-se como profissional liberal na cidade de Recife. *José Alberto*, contabilista, alto funcionário público da Fazenda do Recife e *José Ricardo* (Frei Gabriel Maria) frei capuchinho que atuou em Bom Conselho, Caruaru, e João Pessoa, construiu igrejas e marcou presença na ação pastoral onde atuou.

e funcionário federal (José Alberto), uma dentista (Maria Teresinha), dois funcionários públicos (José Luiz e José Sérvulo).

Em entrevista concedida, D. Teresinha explicita ainda que o Sr. Severino Távora sempre teve uma “preocupação em direcionar os filhos para o estudo”. Os homens ingressaram no Seminário Menor de Nazaré da Mata. Ela recorda que era uma escola importante no interior, além de que seus irmãos foram recebidos sem que seu pai necessitasse pagar o ensino. Já as mulheres, foram enviadas ao Colégio Santa Cristina, um colégio particular, também em Nazaré. Posteriormente, quando precisaram cursar a Universidade, se deslocaram para Olinda. Foi possível ainda, em conversa com a entrevistada, observar algumas formas de socialização católica e educação implementadas em seu núcleo familiar, bem como indicações da proximidade de sua família com o clero. D. Teresinha Pedroso (2011), expõe:

Meu pai era um homem muito conservador, muito religioso, praticante mesmo. Todos íamos à Igreja todos os domingos e ainda ao catecismo [...] meu pai sempre contribuiu para obras da Igreja e mesmo sem ser homem de grandes posses ajudou no envio de seminaristas a Roma para cursos... até morrer foi muito católico e cobrava isso até dos netos, ficava contrariado se não se seguissem regras como jejuar na sexta-feira santa e manter respeito no Natal...minha mãe e tias sempre rezavam o terço...me lembro que tinha dia que eram muitas mulheres e alguns homens que rezavam prá Nossa Senhora. Quem estava em casa rezava....as mulheres sempre [...]. A gente rezava para dormir e acordar...minha mãe cobrava e foi ela que passou... ela e a Igreja, o catecismo também...as orações, os valores mesmo. Todos os meninos foram coroinhas, três foram estudar para padre...só Lamartine, que era mais trabalhoso, fugia do seminário e não quis seguir a carreira (PEDROSO, 2011, entrevista gravada).

Os meus pais sabiam ler e escrever. Papai era muito bom em contas também...ele foi à escola, acho que tinha até o que hoje é o quarto livro primário. Minha mãe eu não sei, acho que aprendeu em casa...mas lia muito bem. Os primeiros filhos foram ensinados em casa mesmo, minha mãe ensinou a cartilha. Eles sempre se preocuparam com a educação e os irmãos foram cuidando uns dos outros também. Meus pais se mudaram muito para a gente poder estudar (...). Os meninos até irem para a escola estudaram com ela, minha mãe...minha irmã mais velha também. Eu fui a mais nova e já aprendi com as irmãs e depois na escola. A escola era muito boa, conceituada em Nazaré. Todas as mulheres estudaram no colégio Santa Cristina. Era bom colégio, era católico. José (D. Távora) quando jovem chegou a dar aulas lá também. Tinha muitas mulheres de famílias ricas e o ensino era puxado, mas nós gostávamos de estudar e isso era cobrado sempre em casa, até pelos irmãos mais velhos. Os rapazes fizeram seus estudos no Seminário de Nazaré e dois viraram padres muito conhecidos, Ricardo (Frei Gabriel) e depois José, que os sobrinhos chamavam de tio bispo (PEDROSO, 2011, entrevista gravada).

Embora não se tenha conseguido localizar o Processo de *Gênere et Moribus* de José Vicente Távora, o que possibilitaria um melhor panorama acerca de suas origens familiares, a entrevista com sua irmã e sobrinha, respectivamente, Teresinha Távora e Maria das Vitórias Távora, além de algumas outras fontes, permite tecer algumas considerações acerca do seu universo familiar.

Pelo exposto, percebe-se que essa origem desprovida de capitais econômicos que é veiculada acerca de D. Távora tem alguns pontos frágeis. Em primeiro lugar, seu pai era um comerciante em Orobó, mas quando seus filhos entraram para idade escolar, ele transferiu-se para uma localidade maior (Nazaré da Mata), não simplesmente aventurando-se ou mesmo abrindo outro negócio familiar. Ele passou a ocupar um cargo público - o de coletor estadual de impostos, cargo de indicação política. No sistema financeiro estadual os coletores fiscais ao tempo em que eram peças-chave da engrenagem do estado, evitando a evasão de recursos, destacavam-se socialmente, uma vez que sua escolha acontecia dentro de determinados critérios educacionais, políticos e de prestígio pessoal (SOUZA, 2005, p. 4). Por isso, este cargo, como outros públicos ainda no século XX, eram alvos de disputas e barganhas no cenário político e no geral seu exercício demarcava vinculação ao grupo que dominava uma determinada região. Outro fato curioso em relação ao Sr. Severino Távora são as homenagens públicas³⁹ a ele prestadas, a exemplo de ter seu nome homenageado tanto em Orobó (Hospital Geral Severino Távora) como em Nazaré da Mata (nome de rua). Percebe-se também que este agente tinha uma experiência política, uma vez que se tornou o articulador político de seu filho José Lamartine Silveira Távora na campanha para deputado estadual (2 mandatos). Posteriormente, este irmão de D. Távora elegeu-se para mais dois mandatos de deputado federal⁴⁰, até sua cassação em 1964.

Em segundo lugar, D. Antônia Távora, antes do casamento (Antônia Albuquerque de Aguiar) possuía o sobrenome Aguiar, ou seja, fazia parte de uma das principais famílias da localidade (CABRAL, 1934). Seus pais possuíam terras na região e eram também comerciantes de secos e molhados. Era também uma mulher alfabetizada e, conforme demonstra D. Teresinha, foi professora de primeiras letras dos filhos mais velhos, tendo seu nome homenageado em uma das principais escolas públicas (Escola Municipal Antônia Távora) da cidade de Orobó.

Percebe-se então que os progenitores de José Vicente Távora, longe da humildade pregada nos verbetes e biografias dedicadas a ele, foram agentes com capital simbólico de destaque, uma vez que eternizadas em prédios públicos, um sinal de distinção, que um pequeno comerciante e uma simples dona de casa não iriam certamente lograr. Observa-se também que seus pais se utilizaram de diversas estratégias no sentido da ascensão social de seus filhos. Valorizavam os estudos e iniciaram todos eles, ainda crianças, no mundo das letras; mudaram-se sempre que necessário à acumulação do capital educacional de sua prole;

³⁹ Biografia da Câmara dos Deputados: um esboço familiar.

⁴⁰ Entrevista com Maria das Vitórias Távora, filha do Sr. Lamartine Távora e neta do Sr. Severino Távora, em 15 de junho de 2010.

certamente mantiveram ligações políticas que lhes possibilitaram migrar sempre que necessário; possuíam ligações estreitas com o clero o que certamente facultou o ingresso de todos os homens, principalmente no ensino fundamental, o Seminário Menor de Nazaré da Mata, esta uma das melhores escolas da região, tendo dois deles seguido a profissão sacerdotal (diocesano e franciscano). Com as mulheres a estratégia se repetiu, o Colégio Santa Cristina⁴¹ era uma instituição particular respeitada e que aglutinava as filhas das principais famílias de sua cidade e cidades circunvizinhas.

Deve-se ainda atentar que as famílias aos direcionarem seus filhos a determinadas instituições de ensino, o fazem por estratégia, ou seja, procuram um espaço escolar que melhor correspondam aos seus valores, anseios e visões de mundo, bem como, ao destino social reservado a seus membros (ALMEIDA, 2006). Não se pode determinar por completo até que ponto esta realidade estava clara para o progenitor de Dom Távora, o certo é que seu investimento em educação rendeu frutos à família dos Silveira Távora. Posteriormente, esses membros dos Távora, passaram a ocupar cargos de destaque na Administração Pública, na área jurídica, política e religiosa, o que demonstra que a estratégia educacional implantada pela família foi realizada com sucesso.

Contudo, ao deslocar o foco para a família ampliada de José Vicente, é possível encontrar outros membros que tiveram uma passagem de destaque na sociedade brasileira em diversas áreas. Desde a área cultural com Franklin Távora, no espaço político com inúmeros membros mandatários de cargos eletivos, bem como na esfera clerical, esta família se destacou, tanto regional como nacionalmente. No cenário político brasileiro entre as décadas de 1920 e 1980, os Távora estiveram em postos-chave. Juarez do Nascimento Fernandes Távora, integrante do movimento tenentista e partícipe da “Revolução de 1930” apoiando Getúlio Vargas e agente ativo da política nacional por quase sessenta anos, ocupou uma série de cargos públicos em diversos governos, inclusive após o golpe de 1964⁴², sendo reconhecida

⁴¹O Colégio Santa Cristina foi fundado pela Congregação Damas da Instrução Cristã, de origem europeia, que chegou em Recife em 1896 e instituiu o modelo de confinamento instrucional. Em 1922 foi aberta uma sede em Nazaré da Mata. Esta instituição de ensino católico feminino aglutinou durante décadas as filhas de pessoas de destaque econômico na região (SILVA, 2011).

⁴²Sequencialmente, este membro dos Távora ocupou o Ministério da Agricultura [1932-1934]. Criou o Instituto de Alcool e do Açúcar, o Departamento Nacional de Produção Mineral e as Escolas Nacionais de Agronomia e Veterinária. Foi adido militar junto à embaixada brasileira no Chile (1941-1943), chefe de Engenharia do Exército (1945-1946). Em 1947 foi promovido a general-de-brigada e para a Subchefia do Estado Maior do Exército. Acompanhou o anteprojeto do Estatuto do Petróleo. De 1952-1954, foi comandante da Escola Superior de Guerra. Após o afastamento de Vargas foi chefe do gabinete Militar do presidente café Filho. Coordenou e controlou as atividades de diversas autarquias, dentre elas a Petrobras e a Companhia Siderúrgica Nacional. Em 1955 concorreu às eleições presidenciais, sendo porém, derrotado por Juscelino Kubitschek. Foi deputado Federal pelo PDC em 1962. Após o golpe de 1964, assumiu o Ministério de Viação e Obras Pública promovendo

sua interferência direta quando da perseguição a D. Távora em Sergipe (TÁVORA, 1964, abr 1964).

Outro destaque foi Virgílio de Moraes Silveira Távora, engenheiro militar que ingressou na política pelo estado do Ceará, ocupando sequencialmente cargos públicos e mandatos políticos por quarenta anos, sendo um dos principais líderes no Nordeste⁴³ e incentivador direto da carreira política de José Lamartine Távora, irmão do futuro prelado.

Por fim, o campo religioso foi outra grande esfera de atuação dos Távora, incluindo-se nesse rol familiares de primeiro e segundo grau. Esta família, desde meados do século XIX, já começava a deixar sua marca neste espaço social com o monsenhor *Antônio Fernandes Távora*⁴⁴ (1851-1927). Este clérigo iniciou seus estudos no Seminário Episcopal de Fortaleza, enveredou pelas áreas jornalística (escrevendo para jornais católicos), educacional (fundando colégio e como professor), política (deputado provincial e senador da República), especializou-se em Direito Civil, Canônico e Diplomacia em Roma, na prestigiada

um trabalho de recuperação da Marinha Mercante e dos portos nacionais e da Rede Ferroviária Federal (COBRA, 2008; MUNDIM, 2007).

⁴³Virgílio Távora cursou a Escola Politécnica e posteriormente ingressou na Escola Militar do Realengo (Rio de Janeiro) em 1936. Teve uma ascensão meteórica em sua carreira militar, sendo, já em 1960, General do Exército Brasileiro. Em 1953 era Secretário-Geral da executiva Nacional da UDN. Foi deputado federal de 1950-1958. Foi o coordenador da Campanha de Jânio Quadros à Presidência. Foi Ministro da Viação e Obras Públicas no Primeiro Gabinete Parlamentarista da República em 1961. Também em 1961 foi eleito Governador do Ceará. Em 1966 se elegeu mais uma vez deputado federal pela ARENA, participando diretamente da Executiva do Partido. Em 1971 elegeu-se Senador e integrou as Comissões de Finanças Economia, Orçamento e Segurança Nacional. De 1973-1976 foi vice-líder do governo para assuntos econômicos. Em 1978 voltou a governar o Ceará. Em 1982 volta ao Senado. Comandou a política estadual por décadas, tendo ocupado mandatos de deputado federal e senador, e governador do Ceará por dois mandatos. Faleceu em 1988 (COBRA, 2008).

⁴⁴Do ramo dos Fernandes Távora, biografado pelo barão Studart. Segundo as fontes encontradas, possuía gosto pelas letras e pela carreira eclesiástica. Matriculou-se no Seminário Episcopal de Fortaleza aos 18 anos em 1869. Escreveu para jornais católicos, tornando-se amigo de figuras influentes à época, sendo ordenado padre em 1879, assumindo a Matriz de Nossa Senhora de Candeias. Fundou um colégio e foi o responsável pela educação de seus irmãos, os quais, seguindo seus passos, ingressaram no Seminário de Fortaleza respectivamente em 1881, 1882, 1883. Foi pároco de Crato, criou e consolidou o Colégio São Thomaz de Aquino. Elegeu-se deputado provincial no interstício 1886-1889 e senador em 1891. Partidário de Deodoro da Fonseca, foi perseguido pelo Marechal Floriano Peixoto. Nesse momento, tornou-se vigário de Cachoeiro do Itapemirim e posteriormente da paróquia de Vassouras no Rio de Janeiro. Em 1894 tornou-se secretário particular de Dom José Lourenço da Costa Aguiar, primeiro bispo do Amazonas. Nomeado Cônego da catedral de Manaus, continuou publicando nos jornais católico como os periódicos: “*A Verdade*”; “*O Apóstolo*”, dentre outros. Em 1896 seguiu com Dom Aguiar para Roma, sendo matriculado por indicação do ex-aluno e amigo, na Universidade e *Sante Apollinaria* (hoje Seminário Romano), licenciando-se em direito civil e canônico, posteriormente obtendo os graus de Bacharel e Doutor em direito canônico. Depois matriculou-se na Academia dos Nobres (hoje, Pontifícia Academia Eclesiástica, escola especializada em formar Diplomatas e Administradores para o Vaticano e Dioceses), bacharelado-se em Diplomacia e Tratados. Nesse ínterim continuou escrevendo em diferentes jornais religiosos da Itália e Portugal. Colaborou na Revista Ítalo-Brasileira, defendendo a emigração para os estados do Espírito Santo, Amazonas e Pará. Ao deixar a Academia em 1899, foi nomeado pelo Papa Leão XIII, seu camareiro secreto com honras de Monsenhor. Após a transição papal voltou ao Brasil, habilitando-se perante o Tribunal de Relação de Manaus para o exercício da advocacia naquele estado, mediante o reconhecimento de seus estudos no Vaticano, passando a colaborar com seu irmão Elisiário Fernandes Távora no Tribunal de Apelação do Acre. STUDART, Guilherme (barão Studart) – Dicionário Bio-bibliográfico Cearense Vol.I. Fortaleza (1910-1913). MICELI, Sérgio. A Elite Eclesiástica Brasileira, Quadro V – Bispos da República Velha: origem social, formação escolar e clerical, carreira episcopal, 1988.

Universidade *Sante Apollinaria* (em geral restrita a estrangeiros), foi nomeado pelo Papa Leão XIII, seu camareiro secreto com honras de Monsenhor e ao retornar ao Brasil passou a exercer funções jurídicas no Tribunal de Apelação do Acre junto ao seu irmão mais novo que era desembargador. Outro destaque foi *Dom Carloto Fernandes da Silva Távora*⁴⁵, irmão do já citado Monsenhor Antônio Távora, de que seguiu os passos, como numa reprodução orquestrada, tendo estagiado em Roma, abraçado o jornalismo, ocupado cargos administrativos até tornar-se bispo e posteriormente senador da república.

Nesse rol, ainda se incluem duas freiras (irmãs sanguíneas) e primas de D. Távora, que se tornaram madres superiores de suas respectivas ordens: Irmã Rute Távora de Albuquerque⁴⁶, pertencente à ordem das Missionárias da Imaculada Conceição, enveredou pela área educacional e Irmã Argemira Távora de Albuquerque⁴⁷, da mesma ordem, especializou-se no atendimento às crianças e exerceu o ofício de protética.

Por fim, pode-se citar ainda José Ricardo Silveira Távora (Frei Gabriel), nascido em 1920, que entrou para a Ordem dos Franciscanos, consagrando-se como “o construtor de Igrejas” e Dom Otávio Aguiar Távora⁴⁸, primo carnal por parte de mãe, contemporâneo no Seminário de Olinda e sucessor de Dom Távora na direção da Gazeta de Nazaré em 1935,

⁴⁵ Irmão do Monsenhor Antônio Fernandes Távora, nasceu na mesma fazenda da família que seus outros irmãos. Aprendeu as primeiras letras em casa na escola de sua irmã e continuou os estudos na escola criada por seu irmão Monsenhor. Ocupou sequencialmente os postos que o irmão já houvera anteriormente ocupado. Ingressou no Seminário diocesano de Fortaleza. Foi ordenado em 1890 e tornou-se padre de Crato e Barbalha. Assumiu a cadeira de Senador do estado em 1891. Acompanhou o irmão e Dom Lourenço a Roma e, em seu retorno, recebeu o cargo de assessor de Dom Aguiar, enquanto seu irmão dava continuidade aos estudos na Itália. Foi Vigário de Cachoeiro do Itapemirim e Vigário-coadjutor em Juiz de Fora. Retornou a Roma em 1894. Em seu retorno, assumiu o trabalho missionário em Rio Branco, Rio Negro e Juruá no Amazonas. Em 1897 retornou a diocese do Rio de Janeiro, indo em 1899 para a paróquia de Além Paraíba onde ficou até ser sagrado bispo em 1912. Criou o Jornal “O Lutador” e fundou novas Ordens Religiosas com a dos Missionários Sacramentinos e das Irmãs Sacramentinas, além de um colégio e um hospital. Exerceu suas funções até 1944, quando foi vitimado em um acidente de carro (STUDART, 1910-1913).

⁴⁶Filha do juiz João Rodrigues de Albuquerque e Argemira Silveira Távora de Albuquerque que nasceram respectivamente em 1911 e em 1931, ingressou na Ordem das Missionárias da Imaculada Conceição. Foi mestra de Postulantes no Convento do Carmo em São Cristóvão em Sergipe (1952-1954). Em 1955 foi eleita superiora e Diretora do Colégio Santa Eufrásia na cidade da Barra, Bahia. De 1962 a 1965 foi superiora de do Colégio São José em Óbidos e dedicou-se ao trabalho pastoral com crianças e prostitutas (COBRA, 2008; CORTEZ, 2003).

⁴⁷Irmã sanguínea de Rute ingressou também na Ordem das Missionárias da Imaculada Conceição em 1936 e como anteriormente exercia o ofício de protética no consultório de seu irmão, foi indicada pela madre Superiora para atender crianças do orfanato mantido pela Ordem. De 1937 a 1952 foi dentista no Educandário Santa Clara em Canindé no Ceará. De 1958 a 1961 foi superiora do Colégio Imaculada Conceição em Monte Alegre (Pará). De 1961 a 1967 foi Procuradora de Arcebispo da Arquidiocese de São Luís no Maranhão e Superiora das Irmãs no Seminário Santo Antônio no Maranhão. De 1967 a 1979 foi auxiliar na topografia do Colégio Santa Clara (Pará) e cuidou da Capela do “Seminário São Pio X”. Ainda viva, habita no mosteiro Santa Cruz na serra do Estevão em Quixadá, Ceará (COBRA, 2007, p. 37).

⁴⁸ Nasceu em 1913 na cidade de Orobó (PE), estudou no Seminário de Olinda e foi ordenado em 28/04/1935 na Catedral Nossa Senhora da Conceição em Nazaré da Mata. Elegeu-se bispo-auxiliar em 1954 - Titular de Gergi e Auxiliar de São Luís do Maranhão e em 1955 foi sagrado bispo, assumindo como primeiro de Palmeira dos Índios e posteriormente bispo emérito de Campina Grande (Secretaria de Educação do Governo do Estado de Alagoas).

posteriormente, sagrado primeiro bispo de Palmeira dos Índios em Alagoas e posteriormente bispo emérito de Campina Grande (PB) (COMEMORAÇÃO... 1935).

Dessa maneira, tais fatos demonstram que os Távora possuíam um capital social de destaque em diversas esferas sociais brasileiras, muitos deles ocupando postos-chave, sobretudo nas esferas pública e religiosa. Portanto, esta família durante o século XIX e XX, buscou aglutinar diversos tipos de *capitais simbólicos*. Outro ponto a se destacar, agora na esfera religiosa, é a grande quantidade de religiosos que os Távora conseguiram constituir e todos eles no alto escalão hierárquico da instituição. Na fase republicana uma das estratégias da Igreja foi buscar atrair para seus quadros institucionais, principalmente para os postos de comando hierárquico, homens de famílias destacadas social e economicamente (MICELI, 2009, p. 76). Inere-o por isso, que o clã de José Vicente Silveira Távora, embora não fosse oriundo de uma oligarquia nordestina, ao chegar ao Seminário de Olinda, trazia consigo um capital social importante: o sobrenome Távora, um dos passaportes mais reconhecidos pela Igreja.

3.2 Formação Clerical de José Vicente Távora

O *Seminário Menor de Nazaré da Mata* foi a primeira experiência oficial de José Vicente, sob a hierarquia católica, embora, já fosse coroinha da Igreja de Nossa Senhora da Conceição⁴⁹ desde pequeno (PEDROSO, 2011). Esta aproximação de seus pais com a Igreja, como anteriormente indicado, o *habitus* católico introjetado pela prática católica familiar e esta vinculação aos trabalhos na Matriz, contribuíram para formar o *habitus* católico de José Vicente, bem como garantir sua educação formal. Esta era uma preocupação de muitos pais, e que para aliviar o ônus da formação escolar de seus filhos, ou mesmo para lograr algum lucro com a prestação de serviços de sacristia, as famílias católicas praticantes apelavam à Igreja (MICELI, 2009).

Seus filhos, muitos deles, futuros prelados, “tinham os pés na sacristia, papa-hóstias ou papa santos que acabaram se favorecendo socialmente com a proteção que lhes concederam seus parentes e amigos no clero”. Contudo, outras circunstâncias podem também ser elencadas. Primeiro, à época do ingresso de José Vicente no campo religioso, era premente o interesse da hierarquia católica em retomar sua importância efetiva na sociedade brasileira.

⁴⁹ A Catedral de Nossa Senhora da Conceição, localizada na área central da cidade, onde predominam casas comerciais, foi construída em 1920 e tem vitrais no altar-mor e nas fachadas laterais.

Como consequência deste fato, neste período, deu-se o fomento de “vocações”, estratégia hierárquica para soerguer a Instituição católica no país (MAINWARING, 1989, p. 41-43).

Tal fato é corroborado por Sérgio Miceli (2009) que aponta a utilização do ensino em Seminários religiosos como instrumento de ascensão social e educação garantida aos membros de famílias de poucos recursos e vasta prole, ocasionando o fomento de novas vocações, ao tempo em que promovia a abertura de vários seminários pelo país, facultando a entrada de muitos jovens em seus centros de formação, o que denominou de período de “fabricação social do clero” brasileiro. Dessa forma, oriundo do Seminário Menor, à época um dos pré-requisitos para dar continuidade aos estudos clericais (pois estas instituições em geral primavam não somente pelo ensino acadêmico, mas, sobretudo moral e religioso), José Vicente Távora, aos dezesseis anos, em 1926 seguiu para o Seminário de Nossa Senhora da Graça de Olinda⁵⁰.

Outrossim, certamente, seu ingresso obedeceu a uma série de requisitos, sendo a origem familiar (incluindo-se neste tópico “a naturalidade”, “a pureza de sangue”, “informações geracionais”, “envolvimento em questões dúbias”, “condenações civis”, “relações com agiotas”, dentre outras particularidades) uma das mais importantes. Tais especificidades eram investigadas junto aos inquiridos no processo de *Gênere et Moribus* e tinham como função caracterizar o habilitando, ou seja, era imperioso que para ingressar na instituição, este candidato possuísse traços distintivos, que o diferenciassem ou o habilitassem para a carreira religiosa.

Para estar apto a ocupar a vaga no seminário, o habilitando deveria possuir pais e avós conhecidos, pois era necessário identificar sua origem e examiná-la. Se fazia também necessário que seus avós e pais fossem casados e batizados, condição última, necessária também ao candidato. Era imprescindível que sua família fosse católica. Tal família ou candidato não podia estar envolvido em nenhuma situação “nebulosa”, ou mesmo terem sido punidos pela lei ou pela Igreja.

Outro traço distintivo fundamentava-se na proibição de qualquer relação dessa família com pessoas judias, fosse nos negócios ou nas relações sociais. Finalmente, o interesse recaía no caráter moral do habilitando e em sua inclinação religiosa, sem contar o desempenho

⁵⁰ Fundado pela Carta Régia de 13 de Abril de 1798, uma escola de tradição na formação da “elite” de leigos e religiosos no nordeste brasileiro. Nele conviveram seminaristas e alunos leigos das famílias importantes da região, e de fora dela, caracterizando-se como um local tradicional de construção de redes sociais de influência, estruturadas em amizades e alianças entre os discentes (SILVA, 2006, p. 121).

intelectual do candidato e sua conduta pessoal, fatores indispensáveis para inserção de um jovem no campo católico.

Assim, o aceite de Vicente Távora no Seminário de Olinda, secularmente reconhecido e legitimado como centro de educação de privilegiados certamente, lhe proporcionou uma educação de qualidade, e sem dúvida, à época, reservada a poucos.

Sua formação obedeceu aos rígidos critérios impostos pela Santa Sé, guardando-se sutis peculiaridades relacionadas ao lugar de origem do seminário. Dessa maneira, a formação do padre José Vicente Távora (1926-1934) transcorreu em um ambiente, rígido, fechado ao mundo exterior e voltado aos interesses da Igreja que na Primeira República (1889-1930) estava mais uma vez se reestruturando administrativa e politicamente. Além das atividades religiosas e físicas regulares, os seminaristas de Olinda obedeciam a um programa disciplinar constituído das seguintes disciplinas: Filosofia, Dogmática, Matemática, Direito, Latim, Moral, Liturgia, Sagrada Escritura, Geografia, Francês, Português, Retórica, Lógica, História do Brasil, História Universal, Coreografia e Teologia (BARRETO, 2009).

No geral, a formação dos padres nordestinos apresentava uma característica comum: o modelo escolar de Barreto, (2009). Sobre “matriz única”, na qual os seminários enfocavam o tripé espiritual, moral e intelectual (seus tempos de seminário, relembra D. Távora (1954, p. 14):

[...] Nossa formação era muito rígida e intelectualizada. Estudávamos um grande volume de matérias, a Teologia e a Filosofia, e era dada muita ênfase ao Latim e o Francês, o que nos proporcionava uma formação intelectual elaborada, difícil de ser conseguida em outra casa. As regras eram o principal foco, as regras. Era uma formação lenta e isso se construía desde menino - a fortaleza espiritual dos padres de lá egressos [...]. Foi no Seminário que desenvolvi o gosto pela escrita, pelas palavras e os sentidos delas principalmente [...].

Dentro dessa educação religiosa, destacam-se dois diferenciais deste prelado, que o acompanharam em seus postos posteriores no interior do campo católico: o desenvolvimento da habilidade jornalística e seu primeiro contato com os ideários da Ação Católica. Para isso contribuíram dois agentes: *Dom Miguel de Lima Valverde* e o *Monsenhor Odilon da Silva Coutinho*. A época de sua entrada oficial no Seminário, *Dom Miguel de Lima Valverde* era o arcebispo de Recife e Olinda (1922-1951). Como marcas de sua administração se pode elencar sua posição de defesa da ordem e das instituições, criação de paróquias, estímulo à catequese, estreita colaboração com o governo constituído, interferência em assuntos políticos, mas, sobretudo, a preocupação típica neste período em fomentar a imprensa católica. Neste sentido, D. Miguel transformou o semanário *A Tribuna* dos seminaristas olindenses em um diário que pautava pela defesa dos ideais católicos, além de instituir a *Associação da Boa Imprensa* e o *Boletim Mensal da Arquidiocese* que somente foi extinto em 1964. Outra área de atuação deste prelado diz respeito aos grupos mais carentes, embora sua maior

preocupação fosse assistencial e movida pelo temor do avanço das ideologias de esquerda junto a essas comunidades. Desse modo, incentivou a ação de padres em diversas localidades e disseminou o ideário da *Ação Católica*, promovendo a *Confederação das Associações Católicas*, os *Círculos Operários* e a *União dos Operários Católicos* (SILVA, 2006).

A *Tribuna* foi onde se deu a estreia de José Vicente no “mundo jornalístico”. Foi neste jornal que o jovem seminarista, a partir do acompanhamento de seu professor, o padre paraibano Odilon da Silva Coutinho (educador e jornalista católico, um dos fundadores do IHGP - Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, na primeira década do século XX), iniciou suas primeiras incursões na área jornalística (GAZETA DE NAZARÉ, 1934, P.3). Posteriormente como padre e mesmo como prelado, não abandonou o hábito da escrita jornalística, chegando a escrever para o *Jornal da Manhã*, sob o pseudônimo de *Pedro Ivo*, e para *A CRUZADA (SE)*, usando como nome *Jacob*, à moda dos intelectuais católicos a época, além de ter dirigido por duas vezes a *Gazeta de Nazaré* (PE). Tal oportunidade mostrou-se posteriormente de grande valia. Ademais, tal experiência, além de outras, escrevendo, ou mesmo dirigindo jornais católicos, foi uma excelente preparação para que estivesse apto, posteriormente, a assumir encargos jornalísticos como a direção da Comissão de Imprensa do Concílio Vaticano II (1962-1965).

3.3 Nos caminhos da Igreja: experiências, reconversões e alianças

Em 06 de maio de 1934, José Vicente Távora foi ordenado na cidade de Nazaré da Mata pelo bispo dessa diocese, Dom Ricardo Ramos de Castro Villela (1889-1956), e assumiu suas funções como pároco da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, para trabalhar ao lado daquele que lhe sagrou. Formado dentro do ideário romanizado da disciplina e evocação moral, da reestruturação institucional condicionada pela estreita relação corporativista com o Estado, na qual era legítima a maior participação de clérigos na sociedade e da difusão do programa católico via imprensa especializada, o padre reconverteu seus conhecimentos e experiências seminarísticas para atuar em outras frentes: a educacional e a jornalística. Assume novos encargos. O de professor de Contabilidade no Colégio Santa Cristina, um reconhecido estabelecimento católico da região, que aglutinava as moças das principais famílias circunvizinhas e o de diretor do periódico católico, a *Gazeta de Nazaré*, ampliando assim sua esfera de ação o que conseqüentemente lhe rendeu uma primeira visibilidade⁵¹.

⁵¹ Referência à notícia veiculada na *Gazeta de Nazaré* (13 de novembro de 1935) e noticiada também pelo *Diário da Manhã* em 24 de novembro de 1935, intitulada “*Uma Festa de Inteligência*”, em que eram destacados alguns nomes de egressas do Colégio Santa Cristina, tituladas em Comércio, um destaque para região á época. Neste artigo são explicitados os méritos de dois jovens professores, o padre Távora e o Prof. Costa Porto, “destaques da escola e da sociedade” neste momento.

Também, em função do seu paróquio na cidade, passou a conviver mais diretamente com o homem do campo na Zona da Mata pernambucana, e, já em 1934, após assumir a direção do jornal católico local, iniciou uma regular difusão da Doutrina Social da Igreja explicitando seu alinhamento com a corrente defensora da ação direta dos católicos na resolução dos problemas sociais que se avolumavam no país.

Vejam os que se glorificam de pertencer a Igreja que não vivemos mais outros tempos em que o interesse individual era a razão última de tudo. Hoje para que possamos salvaguardar, não as nossas mesquinhas vantagens individuais, mas a dignidade como pessoa, é preciso seguir os ensinamentos da Doutrina Social, é preciso que sacrifiquemos muita coisa pela coletividade, é preciso viver as massas e seus problemas, que se multiplicam, que são problemas de todo o povo cristão (TÁVORA, 1935, p. 1).

Como jornalista, em suas colunas, o padre Távora defendia os ideais da Ação Católica Brasileira⁵² (ACB), de inspiração italiana, instituída oficialmente no Brasil em junho de 1935, a partir do Mandamento dos Bispos do Brasil (DALE, 1985, p. 9), que objetivava ampliar a influência da Igreja na sociedade, com base na Doutrina Social da Igreja (programa que era incentivado nos tempos do seminário pelo próprio Arcebispo Valverde, de Olinda, local de sua formação sacerdotal). A materialização deste movimento, após décadas de gestação, se apresentava como: necessidade interna da Igreja, projeto hierárquico romano, mas também, como um novo espaço de possibilidades no interior da esfera católica. Espaço este que no campo católico brasileiro, à época, será ocupado por jovens padres que se identificaram com os projetos da Ação Católica, e estabeleceram como objetivo pastoral uma maior aproximação das massas.

A definição de Ação Católica encontramos-na na Carta Pontifícia (...). É, pois, da mesma natureza que o apostolado da Hierarquia, isto é uma ação não já de ordem material, mas espiritual; não de ordem terrena, mas celeste; não é política, mas religiosa. Mas é realmente uma ação social porque tem em vista dilatar o Reino de Cristo e destarte “proporciona a sociedade o maior dos bens”. Pode-se ainda definir mais amplamente a união das forças católicas organizadas para a firmar, difundir e atuar na defesa de princípios católicos na vida dos indivíduos da família e da sociedade (TÁVORA, 1935, p.1).

Outros temas são também recorrentes ao clérigo nesse período. Em seu artigo “*Os Reformadores*”, de 24 de novembro de 1934 destaca-se seu ataque aos protestantes, aos quais

⁵² A Ação Católica se definia a partir de alguns pré-requisitos: como uma organização de leigos, que se afirmava distinta de todas as outras organizações católicas; organização que comportava estrutura própria e uma metodologia correspondente; organização a qual todas as outras devem estar submetidas. Dessa forma, ficava evidente a necessidade neste novo ideário de congregar os leigos na colaboração com o apostolado da hierarquia (DALE, 1985, p.13)

dirige a seguinte crítica: “os reformistas protestantes sem excetuar um – oferecem-nos no ponto de vista moral – o mais triste e degradante dos espetáculos”. A defesa da imprensa católica, uma maior aproximação dos excluídos, a importância da recristianização da sociedade e a opção pelo sacerdócio voltado ao social, são outros temas recorrentes em sua escrita.

Um jornal pode adotar – em suas lutas pela implantação do reinado social de Jesus Cristo na sociedade – novos métodos de ação, novos argumentos. Mas o programa permanecerá o mesmo. É um corpo de Doutrina Social imutável o que defendemos. Por esta nos bateremos até o extremo. É um jornal orientado pelo sentido verdadeiramente cristão. Continuando, portanto, as nossas árduas lutas de imprensa, seria inútil dizer que as causas da Igreja que defendemos nesta nossa caminhada, por ele nos continuaremos a bater sem tibiezas. E nessa caminhada é preciso defender a imprensa católica. O Santo Padre Pio XI dizia aos jornalistas católicos do mundo inteiro que eles eram os porta-vozes do Papa, em todos os combates pela recristianização da sociedade. Um dos deveres então que pesa sobre nós e que não ainda bem aquilatado é o de sustentar generosamente a imprensa católica (TÁVORA, 1935, p.1).

Também pela via jornalística, o padre Távora iniciou sua aproximação do intelectual católico Alceu Amoroso Lima⁵³, que sob o pseudônimo de Tristão de Athayde publicou alguns artigos para a Gazeta de Nazaré, englobando em seus textos, o combate ao programa comunista; a análise da participação da LEC (Liga Eleitoral Católica) no contexto político da época e a defesa do engajamento dos cristãos para a recristianização da sociedade. Essa relação entre José Vicente Távora e Alceu Amoroso Lima, líder da terceira fase da “restauração católica”⁵⁴ no Brasil, ainda teve desdobramentos no Rio de Janeiro, quando,

⁵³ Em 14 de julho de 1935, sob a responsabilidade da Congregação Mariana, a Diocese lançou o primeiro exemplar do Jornal, diário, *A Ordem*, sob a influência de Tristão de Athayde e Jackson de Figueiredo. A história de *A Ordem* pode ser dividida em três fases: 1935 a 1953, 1960 a 1967 e a terceira teve início em 1999 e se prolonga até hoje. Ainda em 1928, com a morte aos 37 anos de Jackson de Figueiredo, Alceu tornou-se seu sucessor na liderança do movimento intelectual católico, na presidência do Centro D. Vital e na direção da revista *A Ordem*. Já como grande líder da renovação católica no Brasil, fundou em 1932 o Instituto Católico de Estudos Superiores e, em 1935, é eleito para a cadeira nº 40 (a mesma de Afonso Arinos) da ABL. Foi presidente da Ação Católica Brasileira e primeiro secretário da Liga Eleitoral Católica. Após aproximação das idéias integralistas e do franquismo, em 1938 retornou ao ideal democrático e humanitário. Neste mesmo ano, foi nomeado Reitor, além de professor de sociologia, da Universidade do Distrito Federal. Devido à sua insatisfação existencial, Alceu buscou caminhos, entre debates e questionamentos. Seu processo de conversão ao catolicismo é ilustrado por ele como “uma passagem do descompromisso para os problemas transcendentais das origens e dos fins da vida do ser humano”. Ele retrata também sua postura intelectual anterior à conversão como a de “um crítico literário ideologicamente agnóstico e politicamente acomodado”. Convertido ao catolicismo aos 35 anos, em 1928, sob influência de Jackson de Figueiredo, absorveu dele, um catolicismo ultramontano próprio daquela época de romanização da Igreja Católica. Após a morte de Jackson de Figueiredo, Alceu Jackson de Figueiredo (1891-1928), advogado e literato, convertido ao catolicismo, será considerado seu sucessor enquanto representante do laicato católico. No Centro Dom Vital, exercerá o cargo de editor da revista *A Ordem* (DIAS, 1996).

⁵⁴ A partir de 1922, comemoração do centenário da independência do Brasil, iniciou-se a terceira fase de romanização do catolicismo: a restauração católica. Um dos aspectos mais importantes da primeira fase fora a reação antiliberal e certo afastamento da igreja da vida política; na segunda fase, a preocupação fundamental da hierarquia católica fora a reorganização e o reforço de suas estruturas internas; a terceira fase, por seu turno, foi marcada pela opção decidida da instituição eclesial por uma maior presença na sociedade brasileira. Como

ambos, Dom Helder Câmara e outros intelectuais católicos estiveram diretamente ligados ao projeto de elaboração de diretrizes educacionais para o país e na defesa da ação católica religiosa e leiga junto aos poderes constituídos e aos diversos grupos sociais.

Já engajado em programas sociais junto às populações camponesas locais, em 1939, o pároco foi convidado pelo arcebispo de Olinda e Recife, Dom Miguel de Lima Valverde, a trabalhar junto aos sindicatos e aos Círculos Operários pernambucanos, chegando a criar a *Legião do Trabalho* em Goiana e Nazaré da Mata, além de coordenar os seminários dos círculos operários. Contudo, o primeiro destaque do padre Távora, em maior âmbito, se deu por conta da organização direta do *I Congresso Operário do Estado de Pernambuco em 1938*. Um ano mais tarde, no *III Congresso Eucarístico Nacional*, o padre Távora, por sua linha de ação, despertou a atenção do padre Leopoldo Brentano *Assistente Nacional dos Círculos Operários*, e seu idealizador, fundando o primeiro deles, ainda em 1930, na cidade de Pelotas. Para este evento, padre Távora conseguiu organizar uma caravana de mais de 500 operários pernambucanos e certamente destacou-se pelo poder de mobilização, pois foi a partir da intervenção do jesuíta Leopoldo Brentano (amigo pessoal do cardeal), que foi indicado a Dom Leme⁵⁵ no Rio de Janeiro, passando a ocupar-se de projetos assistenciais da Arquidiocese, os quais envolvia a ação junto às periferias urbanas de excluídos e migrantes rurais e também da organização de grupos leigos (BANDEIRA, 2009).

Por outro lado, longe de revolucionária a proposta dos círculos operários materializados na "colaboração recíproca", Estado/Igreja, traduziu-se de modo particular no campo da assistência social em orfanatos, creches, asilos, hospitais; no campo da educação, com subvenções a escolas, colégios, faculdades e universidades confessionais; e no campo trabalhista, os Círculos Operários Católicos se tornaram importantes correias de transmissão e repasse dos programas assistenciais do Ministério do Trabalho dirigidos às classes operárias. Com isso, "no quadro do populismo, as instituições da Igreja engrossaram a vasta rede do clientelismo do Estado" (BEOZZO, 2000, p. 122).

Nesse contexto, dois aspectos importantes se apresentavam: a Igreja buscava ampliar sua ação na esfera sociopolítica e o Estado varguista, organizar e controlar o operariado nacional. A união dessas forças foi responsável pela construção da cultura trabalhista no país. Assim, o posicionamento do padre Távora enquadrava-se nos desejos e demandas tanto do

condição fundamental para a realização desse objetivo, o episcopado procurou uma reaproximação com o poder político, anteriormente repudiado. Por causa da colaboração dos bispos com as autoridades civis num projeto comum, essa etapa da história católica foi também designada com o nome de neocristandade.

⁵⁵Dom Sebastião da Silveira Cintra Leme Embora não afeito a transformações radicais e aliado a hierarquia estatal e política passou a preocupar-se com ações em relação aos operários e excluídos da capital Federal como parte do programa implícito entre Estado e Igreja (DELLA CAVA, 1975).

modelo de Estado brasileiro, que, à época, buscava um maior controle sobre as forças produtivas, quanto da Igreja, a ele atrelada por novas alianças, que objetivavam combater a influência da esquerda comunista e antirreligiosa no Brasil, bem como fortalecer-se internamente.

Em apenas seis anos após sua ordenação, José Vicente Távora seguindo as determinações de sua Instituição; cumprindo as obrigações de seu sacerdócio; angariando novas experiências na área educacional, jornalística, e pastoral junto às massas trabalhadoras pernambucanas e defendendo o novo ideário de uma ação efetiva da Igreja em conjunto com os leigos, foco de preocupação do Estado à época, estava apto a galgar novas posições no interior da esfera católica. Sua ida ao Rio de Janeiro lhe abriu a possibilidade de ocupar uma posição muito próxima à alta hierarquia religiosa do país, de travar diversas amizades e alianças, angariar novas experiências e aumentar seu capital religioso e simbólico, destacando-se, a princípio como o “padre dos pobres” e, posteriormente, como o “bispo dos operários”.

O padre Távora, elevado a categoria de Cônego, tornou-se assistente do novo cardeal D. Jaime Câmara. Segundo relato de Dom Hélder, em sua carta de 03 de abril de 1970, pela experiência jornalística acumulada, assumiu a direção da Ação Social e das Comissões de Publicidade e de Publicações na Arquidiocese do Rio de Janeiro. Sendo ele também o responsável pela aproximação entre o cardeal e o amigo, Helder Câmara, que veio a tornar-se também assistente do cardeal Câmara, e seu grande aliado nas contendas internas para legitimar a posição de domínio do grupo reformista nos anos de 1950.

Contudo, seu primeiro trabalho de destaque na capital federal foi junto às comunidades faveladas cariocas. Como Assistente Eclesiástico da ASA (Assistência Social da Arquidiocese), órgão oficial de coordenação das atividades sociais católicas no Rio de Janeiro, e, posteriormente, como idealizador da Fundação Leão XIII.

Outrossim, Távora “deu início um “sério levantamento das favelas do Rio de Janeiro (BANDEIRA, 2009)” e iniciou uma série de programas sociais: organizou o movimento de reivindicação dos moradores pela instalação de luz elétrica e bicas d’água nas localidades, instituiu creches, serviços médicos pediátricos, reunião de mães para discussão de assuntos domésticos, farmácias, ambulatórios, gabinetes dentários, centros sociais, lactários, escolas, instituindo os cursos primário e profissional, distribuição de merenda escolar e sopões. Além de tudo, fomentou a construção de casas pré-fabricadas, agremiações desportivas, buscando criar “azes do esporte e do atletismo para centralizar neles as simpatias da juventude das

favelas”⁵⁶, institutos de recreação, agindo diretamente junto ao poder público, para angariar ajuda financeira no sentido de aplicar na infraestrutura dos locais atendidos, com destaque para a “Barreira do Vasco”, “a Favela do Jacarezinho”, “Praia do Pinto” e “Favela da Mangueira (Alto do Morro dos Telégrafos)” Morro do Salgueiro, Favela da Rocinha, envolvendo jovens assistentes sociais, educadores e enfermeiras. A Fundação Leão XIII, na figura de seu presidente o cônego José Távora, estabeleceu convênio com a LBA (Legião Brasileira de Assistência) e o Serviço Nacional de Tuberculose que atendeu a aproximadamente 10.000 pessoas nas favelas cariocas⁵⁷.

Contudo, observando-se os documentos, percebe-se que outros objetivos eram também primordiais no estatuto da Fundação Leão XIII: difundir noções de disciplina, ordem e respeito; introduzir valores morais e cívicos; apagar dessas localidades a figura do “criminoso” (rasgavam-se cartazes de fugitivos e procurados da justiça), transformar as favelas em bairros operários modernos. Como fruto de tal ação surgiu a Escola Profissionalizante da Barreira do Vasco, cujo maquinário foi adquirido pela Arquidiocese do Rio de Janeiro, Fundação Leão XIII e o Estado. Nessa instituição, jovens de 14 anos iniciavam sua formação operária, sob a tutela do agora Cônego José Vicente Távora⁵⁸. A ação da Igreja foi assistencial, mas conforme os estatutos, era também preventiva e a manutenção da ordem nestas comunidades eram fundamentais tanto no programa da Instituição católica, quanto nos planos do Estado. Era preciso dignificar a existência dos mais necessitados dentro da *doxa* cristã, aspecto fundamental de manutenção da ordem, além do controle das massas e o combate às ideologias de esquerda.

Entre as amizades desta época, a mais destacada foi com D. Hélder Câmara, embora Távora em seus anos no Rio de Janeiro houvesse construído uma rede de relações que foram mobilizadas durante sua estada na capital federal, e mesmo após sua ascensão a Arcebispo Metropolitano de Aracaju. Neste rol estavam incluídos políticos, empresários, intelectuais, educadores, clérigos e líderes católicos leigos. Com o padre Hélder repartiu moradia na R. São Clemente, 205 no bairro de Botafogo e posteriormente no Palácio São Joaquim, sede do cardinalato brasileiro.

⁵⁶ Histórico das Obras nas favelas do Rio de Janeiro. Documento de sete páginas (frente/verso) que discorre acerca das ações desenvolvidas e registradas pela Fundação Leão XIII.

⁵⁷ Cópia do Convênio LBA/Fundação Leão XIII, cujo compromisso era minimizar em dois anos de ataque sistemático a tuberculose, “melhorando a merenda escolar, a moradia, oferecer assistência médico-hospitalar, e melhoria das condições higiênicas das populações mais desvalidas”,

⁵⁸ Histórico das Obras nas favelas do Rio de Janeiro. Documento de sete páginas que discorre acerca das ações desenvolvidas e registradas pela Fundação Leão XIII.

Desse encontro, forjou-se uma aliança que comungava do ideário da intervenção sociopolítica da Igreja na sociedade. Nas palavras de Dom Helder, “uma aliança de nordestinos” (PILETTI; PRAXEDES, 1997 p. 102). Aliança esta que os levou a compor a cúpula reformista em suas reivindicações e lutas pela consolidação de uma Igreja de ação direta na sociedade, na década de 1950 e início da posterior em constante sintonia com os interesses do Estado, mas sob a bandeira da “defesa dos excluídos”. Em carta, Dom Helder (CÂMARA, 1970, p.1-3), discorre sobre o amigo Távora:

Em janeiro de 1936, a Providência me levou para o Rio, aonde chegava aos 27 anos para ali viver 28. Pouco tempo depois, ele chegou. No Nordeste ajudara muito os Círculos Operários e iniciara sua atuação como assistente da JOC. Como ele me ajudou quando fui encarregado de abrir o Secretariado da ACB! Foi ele que me indicou Frei Leão (como mais tarde no Recife, me indicou Zezita e depois Marina e tantos outros) [...]. Como esquecer sofrimentos vividos juntos, defendendo Maritain e o nosso queridíssimo Dr. Alceu; defendendo o Corção. Fazíamos mágicas para fazer aceitar visitas como Cardijn e o Padre Lebre! [...] Vivemos dias que exigiam argúcia, firmeza, amor à Igreja, espírito de fé. Morte do Getúlio, Café Filho, Carlos Luz, Nereu Ramos, Juscelino, Jânio Quadros, João Goulart [...].

A referida aliança os levou a ocupar e dividir vários cargos junto à Arquidiocese do Rio de Janeiro e fora dela. Távora tornou-se Assistente Eclesiástico dos Círculos Operários e Assistente da Federação da Juventude Operária Católica (JOC). O padre Hélder passou a desempenhar a função de Vice-Assistente Nacional da Ação Católica Brasileira (ACB). Ambos ingressam na vida acadêmica e exerceram o magistério em algumas Faculdades cariocas. Juntos, a partir da mobilização das massas e das elites, buscando uma maior aproximação com o laicato, angariaram somas significativas para obras sociais e conseguiram uma visibilidade expressiva na década de 1950 e início dos anos sessenta.

Segundo Dom Helder, em várias ocasiões, sua carreira foi impulsionada por José Távora, um verdadeiro articulador. Explicita dever a ele a sua aproximação do cardeal Jaime Câmara; sua indicação para o cargo de Secretário Geral da CNBB; a possibilidade de organização do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional; as indicações da assessoria de Dom Helder na CNBB, na Cruzada São Sebastião, a escolha de suas secretárias oficiais⁵⁹; sua indicação para vice-presidente nacional da Ação Católica Brasileira (ACB) em 1946; a criação de organizações que fortaleciam a ACB; as articulações com a rica sociedade carioca em prol dos projetos católicos; a organização e aprovação de projetos de interesse social que envolvessem a Igreja e o Estado; sua importante participação no Concílio Vaticano II, tendo a comissão brasileira se destacado com as articulações de ambos em favor da “Igreja dos pobres” (PILETTI; PRAXEDES, 1997).

⁵⁹ Marina Bandeira e Zezita.

Foram articuladores de projetos na área social e administrativa, mantendo relações diretas com a hierarquia política e religiosa, empresariado, damas da sociedade, lideradas por Celina Monteiro de Carvalho e Maricy Trussardi. Os dois ainda desenvolveram relações diretas no setor educacional, junto com intelectuais católicos da expressão social de Gustavo Capanema, Alceu Amoroso Lima, Sobral Pinto, Manuel Bandeira, Lourenço Filho, chegando ambos, a ocupar cargos públicos na área educacional, o padre Távora na Secretaria de Educação do Rio de Janeiro e o então monsenhor Hélder no Instituto de Educação do Distrito Federal, ao lado de Capanema e Carlos Drummond de Andrade. Em suas funções lutaram pela inserção do ensino religioso como disciplina obrigatória de escolas públicas e particulares do país, forma de ampliar e consolidar os ensinamentos do “novo cristão”.

Nos anos seguintes, monsenhor José Távora organizou e presidiu na capital federal a Federação da Juventude Operária Católica Feminina (FJOC), foi assistente da Organização Santo Antônio e da Juventude Independente Feminina Católica (JIFC), Consultor do IBGE, Superintendente religioso da Fundação Abrigo Cristo Redentor. Foi cônego catedrático do Cabildo Metropolitano e cônego honorário colegiado de São Pedro. E após solidificar sua imagem na capital federal como um bispo engajado na resolução de problemas sociais a partir de uma mobilização efetiva do povo cristão, sobretudo estudante e militantes católicos da classe média (O BISPO DOS OPERÁRIOS, 1955), foi indicado para presidir e representar internacionalmente as delegações jocistas enviadas à Bélgica, e, posteriormente, ainda nesta linha de trabalho participa de eventos em Portugal, França, Holanda, Suíça e Itália, inaugurando sua experiência internacional.

Expandindo sua ligação com círculo intelectual católico brasileiro, José Vicente passou a lecionar Filosofia na Faculdade Santa Úrsula, fundada e dirigida, à época, pelo agora amigo Alceu Amoroso Lima, bem como, na Doutrina Social da Igreja na Escola de Serviço Social e no Instituto Social, ambos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Presidiu a Liga Independente dos Senhores da Ação Católica; Vice-presidente da Legião Brasileira de Assistência; Superintendente religioso da Fundação Abrigo Cristo Redentor; Assistente Eclesiástico do Movimento Familiar Cristão do Rio de Janeiro;

No mais, com uma vasta experiência na assistência pastoral, no setor educacional e na esfera jornalística, prestigiado por membros importantes do clero, assumindo o projeto social da Igreja e inspirado pelas ideias de Joseph Cardijn⁶⁰, logo o padre Távora encaminhou-se com novos passos em direção a postos mais altos na hierarquia, uma vez que o grupo

⁶⁰ O padre belga Joseph Cardijn, foi o fundador da Juventude Operária Católica. Foi bastante prestigiado pelo papa Pio XI, que se diferenciou pelo seu apostolado baseado na pedagogia da tríade do *ver-julgar-agir*.

reformista se fortalecia perante o poder político e setores do laicato. Em 1954, o Papa Pio XII nomeou o agora Monsenhor José Vicente Távora, bispo auxiliar do Rio de Janeiro e titular de Prússia no dia 25 de agosto. No ano seguinte já reconhecido como “bispo dos operários”, ligado ao movimento reformista da Igreja foi um dos organizadores, juntamente com Dom Helder do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, evento que reuniu mais de quinhentas mil pessoas no aterro do Flamengo, de 20 a 24 de e julho daquele ano (NASCIMENTO, 2009).

Em uma entrevista ao Jornal do Brasil em Abril de 1954, o novo prelado deixou clara sua posição frente aos problemas brasileiros:

Não só o comunismo se apresenta como gravíssimo perigo, pois perigo igual existe nascido da ganância, da incompetência de certos regimes desumanos e cruéis, que se esquecem dos milhões de habitantes das regiões subdesenvolvidas para aumentar o enriquecimento das zonas onde já abundam a fartura e o dinheiro. Contra essa miséria deve o povo de Deus se levantar e atuar diretamente na promoção do bem-estar social (TÁVORA, 1954, p.3).

Contudo, às vésperas do Congresso, foi acometido por um enfarte. Com relação a este fato relata Dom Hélder (1970, p. 1-3):

[...] Vivemos momentos altos. Lembram-se da alegria dele na ida ao Congresso Mundial da JOC? Preparamos juntos o Congresso Eucarístico Internacional, mas o Pai lhe pediu o sacrifício de assisti-lo pelo rádio, do Hospital, pois lhe viera o primeiro enfarte. Porém cada espaço daquela arena de cristãos tinha sua marca [...].

Assim, em meados da década de 1950, os jovens bispos de Dom Jaime despontavam na capital federal e o Palácio São Joaquim, sede da Arquidiocese era um local de constante destaque nos mais diversos veículos de informação com símbolos de forte apelo popular entre as massas. Dom Hélder tornara-se uma espécie de relações públicas da Arquidiocese, o real dirigente da CNBB, e Dom Távora além de desenvolver uma série de programas sociais e dirigir organizações e instituições católicas, era um reconhecido articulador das propostas dos reformistas junto às hierarquias católica, intelectual e política. Nas palavras de D. Hélder: “Ele era a antena, eu o alto-falante”. Eram a esta altura, respectivamente, “*O Dom*” e o “*Bispo dos Operários*”.

A partir do governo de Juscelino Kubitschek o clero nacional na figura da CNBB e do prestígio pessoal de alguns “bispos reformistas” inicia sua luta para defender o modelo de educação católica para o país. Com Jânio Quadros se concretiza o programa do MEB. À época de João Goulart, este amigo pessoal de Dom Hélder, a Igreja foi mais uma vez privilegiada. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases) foi aprovada em janeiro de 1962 com total apoio do governo. Dom Hélder articulou-se com os deputados Armando Falcão (líder do governo na Câmara Federal) e Santiago Dantas e conseguiu aprovar um programa mais moderno do que

desejariam Carlos Lacerda e o cardeal Jaime Câmara. Contudo, os interesses mais prementes do clero foram mantidos: equivalência dos diplomas entre escola particular e pública; educação religiosa como componente dos currículos das escolas públicas; direito das escolas particulares receberem verbas públicas; e a presença de representantes da Igreja nos corpos de decisão do Ministério da Educação (DELLA CAVA, 1975).

Tal ação institucional e o fortalecimento dos movimentos sociais geraram uma nova relação entre a instituição e os pobres do Brasil. A Igreja teve que se transformar para manter uma boa relação com os governos democráticos (1945-1964), atender às demandas de uma sociedade mais democrática e participante e enfrentar os movimentos populares que se fortaleceram após a abertura política.

Isso resultou para a Igreja na diminuição da ênfase na autoridade, na ordem e na disciplina, visando uma maior aproximação das diversas classes sociais e gerando em alguns líderes institucionais uma reavaliação da missão da Igreja, a qual buscou se aproximar dos movimentos e lutas operárias camponesas, sindicatos e partidos católicos (DELLA CAVA, 1975).

Todavia, paulatinamente, principalmente pela defesa de uma Igreja voltada às massas e em defesa das “reformas de base”, pela popularidade crescente que esses bispos reformistas angariavam junto às massas e a setores mais liberais, pelo início das acusações de correntes internas da própria Igreja e mesmo de ex-aliados como Carlos Lacerda, ao quais identificavam esta corrente clerical como “os bispos vermelhos”, a hierarquia agiu. Dom Hélder relatou este fato em dois momentos: na sua biografia e na carta escrita na noite do falecimento do amigo Távora:

No início o Cardeal dizia Vai! Vai! O pessoal gosta de você! [...] mas, com o tempo voltava a dizer Você não pode fazer isso, um bispo da igreja é um príncipe, e um príncipe não pode se misturar (PILETTE; PRAXEDES, 1997, p. 242).

Dom Hélder (1970, p.3) afirmou também que Dom Jaime foi se desligando também de Dom Távora:

Um dia ele perdeu a confiança do senhor Cardeal e o vimos partir para Aracaju em 58. Claro que eu, também, estava com os dias contados [...] Logo chegaria antecipadamente meu 1964.

Dom Jaime iniciava a desarticulação do grupo reformista, anteriormente por ele privilegiado. E segundo Dom Hélder a primeira providência foi afastar a dupla Távora e Câmara. No início de 1958, Dom José Vicente é enviado para Sergipe e em 1960, após uma longa espera Dom Hélder foi alocado em Pernambuco, como Arcebispo de Recife e Olinda. Não sem antes ter sido destituído de alguns cargos pelo Cardeal Câmara. Assim, transferido

da capital federal e deixando os postos que anteriormente ocupava num centro de expressão, Dom José Távora foi nomeado em 1957 e alguns meses depois desembarca, em Sergipe, para substituir Dom Fernando Gomes.

Na capital sergipana, já era bastante conhecido, em 1956 (nesse tempo reconhecido como “o bispo da (JOC), veio a Sergipe no intuito de participar do VI Encontro Regional da JOC (Juventude Operária Católica), realizado no Colégio Salesiano em Aracaju, concedendo entrevistas aos veículos de informação, com destaque para *A Cruzada*. Desse modo, mesmo enfrentando diversas suspeitas de alinhamento com os subversivos, o avanço da corrente dos modernizadores-conservadores e a perda do apoio do cardeal Dom Jaime aos projetos defendidos, a aliança de Dom Helder e Dom Távora não se quebrou.

Em 1961, Dom Hélder foi nomeado para ocupar o Conselho Federal de Educação, um dos órgãos de decisão do Ministério da Educação, por intermédio de Alceu Amoroso Lima, o representante católico de maior destaque junto ao órgão. Tendo total apoio do Ministério da Educação e o do Governo Federal, Dom Távora, a essa altura Arcebispo Metropolitano de Aracaju, e Dom Eugênio Sales, bispo de Natal, conseguem desenvolver uma das mais importantes experiências educacionais brasileiras, o MEB (Movimento de Educação e Base). Segundo Piletti e Praxedes (1997, p. 228):

Dom Hélder na condição de representante do episcopado brasileiro atuava de forma conservadora na defesa dos interesses corporativos da Igreja [...], mas de forma paradoxal, apoiava abertamente Dom José Távora e Dom Eugênio Sales, articulando com eles o apoio da CNBB, do Ministério de Educação e do Governo Federal. O primeiro destes prelados foi o idealizador do projeto de educação popular que visava atender aos trabalhadores das subdesenvolvidas cidades nordestinas (MEB), o segundo, um precursor do uso das rádios católicas para difusão da fé católica programas informativos, tornando-se também figura-chave na concretização do programa de Educação e Base.

Como dirigente da Igreja em Aracaju, Dom Távora voltou sua atenção ao homem do campo, criou o Seminário Menor Sagrado Coração de Jesus, fundou nove paróquias, criou novos programas de assistência religiosa⁶¹, a missa dos estudantes secundaristas (com a introdução de instrumentos musicais), a Rádio Cultura de Sergipe, ligou-se a ACO (Ação Operária Católica) e a JOC, criou um sindicato operário no município de Maruim, apoiou diretamente o homem do campo administrando fazendas que pertenciam anteriormente a

⁶¹ O objetivo essencial desse programa consistia em enviar religiosas para as comunidades do interior, onde não havia a permanência de sacerdotes. Esse grupo de freiras deveria ficar em cada comunidade durante um mês onde, junto ao povo, desenvolveria trabalhos de evangelização, catequese, orações; bem como o estudo do meio em que elas estavam atuando, para que assim a comunidade pudesse tomar conhecimento de quais eram as verdadeiras causas daquela miséria. A Diocese, dessa forma, conseguiria tocar em dois pontos nevrálgicos: o assistencialismo espiritual e a desmistificação de que aquela situação era resultado do abandono a que Deus os havia relegado (CRUZ, 2005).

Fundação Manoel Cruz, adquiriu terras que foram distribuídas a grupos de camponeses, criou o Hospital São José, adquiriu o terreno definitivo para construção da sede do SAME (Serviço de Assistência à Mendicância), criou uma agência de empregos; fundou a casa da Doméstica, angariou recursos para a Faculdade Católica de Filosofia. Mas a sua marca maior foi, sem dúvida, a criação do Movimento de Educação e Base (MEB), um programa educacional popular que visava englobar o operário e o homem do campo e que consistiu na primeira experiência educacional a distância, através da radiofonia, dentre outras ações de menor vulto (CRUZ, 2005).

Dessa forma, percebe-se no caso observado, que a família ampla dos Távora possuía uma posição econômica de destaque no Nordeste brasileiro e como família de destaque aglutinou membros em diversas esferas sociais, ampliando seu poder econômico, simbólico e político. No caso da família de José Vicente, tal vigor financeiro foi substituído por um investimento educacional planejado e sistematizado de seus filhos, o que se caracterizou uma reprodução social bem sucedida, chegando seus membros a ocupar postos de destaque em diversos órgãos federais nas diversas esferas do quadro governamental.

José Vicente fez seu investimento na esfera religiosa, na qual o nome de família era um capital significativo, uma vez que a família Távora, como uma espécie de família “vocacionada”, reconhecida diante do clero, que ao longo dos séculos XIX e XX esteve inserida institucionalmente originando, originando padres, prelados e madres superiores de suas ordens, desde o final do século XIX, até os anos de 1960 e certamente possuidora de um capital religioso reconhecido frente à hierarquia institucional, fator senão condicionador, importante para facultar a ascensão no interior da hierarquia católica.

Possuía, ademais, também um capital cultural de destaque. Formou-se em uma das mais conceituadas e tradicionais instituições de formação religiosa do Nordeste, que lhe facultou tanto os títulos acadêmicos, quanto o treino necessário para se tornar um “homem de palavras”, ou seja, deu-lhe o traquejo necessário para desenvolver a aptidão na área da comunicação. A essa experiência somou-se sua inserção nos meandros da Ação Católica e nos círculos acadêmicos católicos da capital federal. Claro que outros aspectos foram fundamentais, dentre eles o cabedal intelectual que o aluno conseguisse mobilizar em sua formação, como boas notas, aproximação com os professores e experiências que enriquecessem seu currículo e que fossem passíveis de serem mobilizadas em seu trajeto no interior do campo católico.

Grosso modo, pode-se afirmar ainda, que Dom Távora, ao direcionar a sua carreira no espaço católico, a partir da situação dos pobres e dos excluídos, em consonância com um

programa institucional aliado aos interesses do Estado, aos poucos, reverteu tal ação para um trabalho mais efetivo em relação à sociedade. Ao fazê-lo, e aliar-se a outros padres de “visão mais democrática” em relação ao contexto, envolveu-se em contendas, principalmente enfrentando os grupos antagônicos e ao desenvolver relações nas esferas política e intelectual e montar alianças internas, objetivando manter-se em evidência o que significou poder de ação e concretização dos projetos seus e de seu grupo. Por sua vez, o capital simbólico foi sendo adquirido através de um trabalho assistencial, nos círculos de organização operária, e estudantil, em prol de um “desenvolvimento holístico do povo cristão”. Por tais ações ganhou visibilidade e ocupou por quase uma década uma posição de destaque na esfera católica, sendo reconhecido por seu amigo Dom Hélder e outros nomes como o jornalista João Oliva, Alceu Amoroso Lima como um inteligente articulador.

Dessa maneira, se pode afirmar que, José Vicente Távora ao longo de sua experiência sacerdotal, direcionada muito cedo para os novos ares da Ação Social que ecoavam da Europa, conseguiu galgar posições de responsabilidade e visibilidade no interior do campo católico e adquirir um capital de autoridade e um poder simbólico capaz de gerar representações sociais deste agente, como “homem além de seu tempo” e o “bispo dos operários”, dentre outras imagens evocadas, fato este que isenta as condições materiais de existência e nela os tipos de capitais aglutinados por esse agente, desde a origem social, as experiências em quadros de comando junto à hierarquia, os títulos acadêmicos, a capacidade de inserção política e de mobilização de recursos públicos e privados para suas ações de cunho social.

3.4 A Chegada do “Bispo dos Operários”

Até 1958, ano em que D. José Távora chegou em Sergipe para desenvolver sua prelazia, somente dois outros bispos o tinham antecedido. A Diocese de Aracaju foi criada em 1913, após desmembramento do território sergipano da Arquidiocese de São Salvador, pela Bula “*Divina Disponente Clementia*”, assinada pelo papa Pio X. No contexto geral, o fato está ligado ao decurso de expansão promovido pela hierarquia católica brasileira - a “estadualização”. Esse processo significou uma ampliação da esfera de atuação da Igreja nos estados, o que se configurou uma estratégia de manutenção encontrada pela Instituição, após o impacto causado pela laicização instaurada pela Constituição de 1891. Nesse período, foram criadas diversas dioceses, paróquias e seminários e se deu uma maior aproximação das hierarquias católicas com as elites dominantes dos estados brasileiros.

Em Sergipe esse quadro se repetiu com os dois primeiros prelados. D. José Thomaz Gomes da Silva (1911-1948), de origem potiguar, foi o primeiro deles. Dentre as ações dele destacam-se a organização do clero local, sob os preceitos do *ultramontanismo*, engajando-se na restauração católica orquestrada por D. Leme. Sua obra de destaque foi o *Seminário Diocesano Sagrado Coração de Jesus* (1913-1933) funcionando com os cursos Menor e Maior. Os padres oriundos desse Seminário, conhecidos como “*os padres de D. José*” eram reconhecidamente intelectuais atuantes no magistério, na literatura, nas instituições culturais e participaram da vida política e social sergipana. Dom José empreendeu outras ações, como nomeações para funções em sua diocese, criação de um boletim informativo para os padres com as últimas notícias da Igreja no Brasil e no mundo e a divulgação de sua administração. Uniu-se aos intelectuais e políticos sergipanos e criando vários estabelecimentos assistenciais e escolares⁶² e criando uma Comissão para angariar fundos para as obras assistenciais em Sergipe⁶³ (ANDRADE JÚNIOR, 2010).

Após sua saída, em 1948, assume a diocese de Aracaju, D. Fernando Gomes dos Santos (1948-1957). Formado no seminário menor arquidiocesano da Paraíba, ao concluir seus estudos menores, seguiu para o *Colégio Pio-Americano*, em Roma, licenciando-se em dogmática, pela Universidade Gregoriana. Ao chegar em Sergipe, possuía ampla experiência de atividade social, tendo fundado a *Casa dos Pobres* em Patos, instituição que alimentou e abrigou flagelados na seca dos anos de 1940. Aliado do grupo *reformista* foi um dos artífices da criação da CNBB (1952), na qual, por vários mandatos, dirigiu departamentos dos leigos da *Ação Católica*. Dom Fernando participou da delegação brasileira durante o Concílio Vaticano

⁶²Como principais estabelecimentos destacam-se: o Instituto Bento XV, o Ginásio Nossa Senhora das Graças, da cidade de Propriá, o Colégio Sagrado Coração de Jesus, o Ginásio Patrocínio de São José em Aracaju, o Orfanato da Imaculada Conceição, o Oratório Festivo São João Bosco, fundado por Genésia Fontes, a D. Bebê, e da Associação Santa Zita, destinados a menores carentes.

⁶³Outro aspecto a ser considerado na atuação de D. José Thomaz está relacionado à obtenção de patrimônio para a Diocese. Com a falta de subsídios do Estado, a Igreja teve que dispor de seus próprios recursos para sua manutenção. Como cada diocese tinha por obrigação se manter, a aquisição de patrimônio era algo necessário. Daí a construção de uma Comissão composta de várias personalidades sergipanas, pessoas de posse e de cargos importantes no Estado, membros de uma elite econômica, a começar pelo presidente do Estado, o general José de Siqueira Menezes, a quem o bispo designou presidente de honra; o desembargador Zacarias Horácio dos Reis foi nomeado vice-presidente; o primeiro secretário era o coronel Antônio Gomes da Cunha Júnior; o segundo secretário, o major Luiz José da Costa Filho; e, como tesoureiro, fora designado Manoel Teixeira Chaves de Carvalho. Como procurador geral, o bispo escolheu o desembargador Antônio Teixeira Fontes. Nomes como os de Alexandre Lobão, Amintas Guaraná, major Arsênio Araújo, o médico Augusto Leite, Augusto Mattos, Aurélio do Prado Vieira, Benjamin Mendonça, coronel Félix Pereira de Azevedo, Francisco C. Nobre de Lacerda, o cônego Francisco Gonçalves Lima, Guilherme Nabuco, o médico Helvécio de Andrade, Euvidio Velbo, João Antônio de Oliveira, o desembargador João Maynard, padre João Victor de Mattos, José de Araújo Cardoso, o coronel José da Silva Ribeiro, José Moreira de Magalhães, o desembargador Manoel Caldas Barreto, o professor Manoel Francisco A. de Oliveira, Nelson Vieira, o desembargador Simeão Sobral e Silvio Motta compunham o quadro de membros da referida comissão. Mas o presidente efetivo desta, era o padre Manuel Raymundo de Melo, que também fora nomeado o primeiro reitor do Seminário criado por D. José Thomas. (SEMINÁRIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 1913-1948).

II, presidiu a Comissão que elaborou o documento sobre os meios de comunicação social durante o Concílio de Medellín de 1968, introduzindo as “pequenas comunidades cristãs” que foram o embrião das Comunidades Eclesiais de Base (SANTOS, 2008).

De forma geral, na administração episcopal de Dom Fernando Gomes deu-se continuidade a próxima relação entre Igreja e Estado. O prelado influenciou diretamente a política local, mantendo-se equidistante dos partidos e muito próximo das propostas. Há estudos que o apontam como aquele que guiava os partidos na escolha de candidatos, cuja pauta englobasse a defesa da família, dos bons costumes, da justiça e da liberdade. Deu, ele, continuidade as práticas de seu antecessor e manteve ligações estreitas com os poderes constituídos no estado. Participou ativamente em relação da instalação da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso e impulsionou o Encontro Regional dos Bispos em 1952, cuja temática principal era conter a imigração dos nordestinos que lotavam os grandes centros do país. Sua aposta era no poder de desenvolvimento que a CHESF⁶⁴ poderia trazer para as comunidades ribeirinhas. Foi em sua administração que o SAME (Serviço de Assistência à Mendicância) teve sua primeira sede.

Para solucionar o problema da alta mendicância no centro da cidade, mobilizou Dom Fernando Gomes a sociedade, os comerciantes e as autoridades públicas conseguindo retirá-los. Impulsionou a Faculdade Católica de Filosofia (que passou a ser dirigida pelo padre Luciano Cabral Duarte) e a Faculdade de Serviço Social. Antes de sua transferência, percebeu que uma única diocese no estado era impraticável. Defendia a criação de novas dioceses, iniciando um processo que foi concretizado por Dom José Távora.

A repercussão da transferência de D. José Vicente Silveira Távora para Sergipe iniciou-se nos meios de comunicação local, ao menos um mês antes de efetivar-se. Semanalmente *A Cruzada*, o jornal da diocese informava à sociedade todos os preparativos para recebê-lo, desde as homenagens públicas e privadas, até mesmo, as últimas notícias acerca da “remodelagem da residência episcopal”. Outros periódicos, a exemplo da *Gazeta de Sergipe* (13/03/1959), também destacavam essa “grande aquisição espiritual para o território sergipano”. O programa “A Hora Católica”, transmitido pela *Rádio Liberdade* chegou a veicular uma biografia de apresentação do futuro bispo de Aracaju (A CRUZADA, 15/02/1958).

⁶⁴ Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

Sua chegada⁶⁵ ao território sergipano, no aeroporto Santa Maria, aconteceu em 22 de março de 1958, sob o estouro de uma guirlanda de 21 rojões. Nesta data, além de populares e da comitiva de cem (100) pessoas que o acompanhavam desde a capital federal (incluindo toda a bancada política sergipana- liderada pelo Senador Lourival Fontes) foram recepcioná-lo. Alguns dos seus familiares (Maria Teresinha Távora Pedrosa e seu esposo, Maria da Conceição Silveira Távora e José Lamartine Silveira Távora, José Sérvulo Silveira Távora e José Ricardo Silveira Távora (Frei Gabriel), as autoridades políticas do estado, o governador Leandro Maynard Maciel, o vice-governador José Machado de Souza, o prefeito de Aracaju, Roosevelt Cardoso de Menezes, o Presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Hunald Santaflor Cardoso, personalidades da sociedade sergipana, a imprensa, religiosos locais e prelados diretamente ligados ao novo bispo sergipano estavam presentes (A CRUZADA, 22/03/1958; Entrevistas de Maria Teresinha Távora e o do jornalista João Oliva).

Assim, por todo o final de semana de sua posse, uma extensa programação incluiu a homenagem da Colônia Sergipana no Rio, os banquetes oferecidos pelo Palácio do Governo e pela Federação das Indústrias do Estado de Sergipe, um almoço oferecido pelo Seminário Diocesano, procissão iniciada no Seminário Diocesano Sagrado Coração de Jesus (localizado a Rua Pacatuba) até a Catedral Metropolitana (centro) e o lançamento da pedra fundamental da nova sede do Serviço de Mendicância (SAME), localizado no bairro Industrial. Em entrevista concedida, o jornalista João Oliva, à época repórter do jornal *A Gazeta de Sergipe*, que cobriu o evento na capital, relata:

Quando ele chegou aqui... foi uma festa, uma grande recepção. Foi notável. Ele veio num avião da FAB, um avião oficial, do governo. Desceu no aeroporto, em suas vestes clericais e foi recepcionado pelo povo (uma multidão enorme) e pelas autoridades, inclusive o governador Leandro Maciel e foi trazido para o seminário. Paramentou-se e depois foi levado para frente da Catedral Metropolitana onde foi recepcionado pela grande multidão e fez a apresentação de sua mensagem (...). Foi uma festa maravilhosa e ele foi recepcionado muito bem por todas as classes do estado, desde a classe mais alta a mais humilde. No dia seguinte começou uma série de homenagens para ele. Ele celebrou a missa pela manhã na Catedral, logo depois foi recepcionado no Palácio do Governo, foi saudado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Mauro Santa Flor Cardoso que fez a saudação ao bispo e depois ele foi recepcionado na Federação das Indústrias. No Seminário houve um jantar em homenagem a ele, enfim, foi uma festa muito grande... filial mesmo para com ele, e ele correspondeu. Isto porque ele começou a ter uma influência não só para o estímulo à vida religiosa (vida católica), como para a vida social e econômica do estado. Ele era um homem de prestígio também, amigo do próprio presidente da República que era Juscelino Kubitscheck naquele tempo, e ele (D. Távora) tomou um grande interesse em apoiar as autoridades, o governo federal e tudo para beneficiar Sergipe (OLIVA, 2011, p. 1).

Gratia Montal (1970, p.3) também discorre sobre sua chegada:

⁶⁵ D. José Vicente Silveira Távora chegava a Aracaju, para tornar-se o terceiro bispo da diocese, em substituição a D. Fernando Gomes dos Santos (1949-1957) promovido a Arcebispo de Goiânia.

Aracaju parecia pequena para um bispo que não vinha mais de Pernambuco, do Nordeste, mas do Brasil. Já a identidade do bispo – atrelado a responsabilidades – que todavia teciam sua história, se perdia na personalidade do homem feito para o grande, o majestático, o universal. Parecia mesmo vir de um voo – como aqui descera – o voo aberto do seu passado, em busca de Sergipe. Do seu porte enfunado, solene entre a porta do avião e o chão de Aracaju. Ele era o piloto dessa decolagem histórica e estética

Dom Távora foi empossado pelo monsenhor *Carlos Correa Costa* (administrador da Arquidiocese em exercício). A investitura do novo bispo repercutiu em diversos órgãos de comunicação, que estamparam reportagens sobre a celebração, destacando a importância do prelado em sua ação pelo social. O *Jornal do Brasil* (21/03/1958) dedicara uma nota à posse do bispo e frisava que assim como fizera na capital federal “o bispo dos operários vai auxiliar o povo nordestino”. O *Nordeste* (24/03/1958), por sua vez, destacava em sua manchete: “*Dom José Vicente Távora, bispo dos pobres, humilde, corajoso, sincero*” (LEITE, 1958, p.3).

A observação de tais manifestações consagratórias para com D. Távora é digna de destaque, na medida em que possibilita clarificar a força mobilizadora da Igreja em território sergipano, bem como o poder simbólico que este agente foi capaz de acumular (em nível nacional) durante suas práticas no interior do campo católico e em seu capital social, tendo como bandeira de atuação o engajamento militante em prol da ação efetiva da Igreja no campo social.

Seu currículo no trato da *questão social* o precedia. Acumulara diversas experiências, dentre elas: jornalística, acadêmica, administrativa e pastoral. Possuía experiência no exercício de diversos cargos no interior da estrutura institucional católica brasileira, sem contar sua inserção nos meandros da intelectualidade e da política nacionais.

Esse agente emergiu no campo católico no interior de Pernambuco auxiliando os Círculos Operários quando da estreita ligação entre Estado e Igreja na *Era Vargas* (1930-1945). Após abraçar os ideais da *Ação Católica* (1932), destacar-se no *Congresso Eucarístico Nacional* e, conseqüentemente, da *questão social*, foi indicado para exercer ordens na capital federal, onde, sob o comando do cardeal Dom Sebastião Leme, ocupou os postos de *Assistente Eclesiástico da Federação dos Círculos Operários*; *Assistente da Federação da Juventude Operária Católica* (JOC) e *Assistente Eclesiástico da ASA* (Assistência Social da Arquidiocese), órgão oficial de coordenação das atividades sociais católicas no Rio de Janeiro, idealizador da *Cáritas Brasileira e Capelão do Palácio da Guanabara* (sede do governo federal). Também criou e presidiu a *Fundação Leão XIII*, dando início um “sério levantamento das favelas do Rio de Janeiro”, iniciando uma série de programas sociais.

No mais, após o falecimento de Dom Sebastião Leme, tornou-se assistente do Cardeal D. Jaime de Barros Câmara nos assuntos referentes à *Ação Social*. Sob seu comando, ocupou os cargos de *Assistente Eclesiástico da Liga Independente de Senhoras da Ação Católica*; *Assistente da Federação da Juventude Operária Católica (JUC)*; *Vice-Presidente da Legião Brasileira de Assistência*; *Superintendente religioso da Fundação Abrigo Cristo Redentor*; *Assistente Eclesiástico do Movimento Familiar Cristão do Rio de Janeiro*; *Membro da Comissão Executiva Central do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional* e presidente de duas *Comissões de Publicidade e Publicações* e da *Ação Social*, todas na Arquidiocese do Rio de Janeiro. Além disso, atuou na área acadêmica como professor de Filosofia na *Faculdade Santa Úrsula*, na *Faculdade de Serviço Social do Rio de Janeiro* e no *Instituto de Teologia do Rio de Janeiro* (COSTA, 1957; NASCIMENTO, 2009).

Contudo, apesar de tão destacada carreira, do aparato festivo da recepção com honras de autoridade pública e do tom de unidade dos órgãos católicos em torno da figura do prelado, houve reações a sua chegada. Em uma matéria (não assinada), veiculada em 22 de fevereiro de 1958, pelo jornal *A Cruzada* cujo título foi “*Conversas sobre a chegada do bispo*”, ficou evidente que existiam restrições ao poder temporal da Igreja enquanto instância de reconhecido poder; ao prelado como um representante da alta hierarquia da instituição católica e, conseqüentemente, ao conjunto dos clérigos, sobretudo, por sua estreita aproximação com o campo de poder político e econômico, ao tempo em que apontava outros aspectos de insatisfação de cunho político, tais como: falta de programa social que amparasse os mais necessitados na capital, crítica a estreita ligação Estado/Igreja, bem como, com os gastos com o novo prelado e à pompa de que se revestia a Igreja. Cobrava-se, ainda, o encaminhamento do projeto agrário brasileiro, ao tempo em que denunciava os católicos, acusados em sua maioria, de não-praticantes da fé. Segue o excerto:

OLIVEIRA Pois é, o Bispo vai chegar! E vem de avião com grande comitiva. A chegada pelo jeito vai ser um pouco mais solene de que a entrada de Jesus em Jerusalém. Mesmo porque, Jesus entrou montado em jumento, o que não é evidentemente o mais nobre dos transportes; ANTÔNIO - Dizem que ele tem muito prestígio no Rio. Talvez eu consiga um emprego para meu irmão, através do Bispo. Afinal hoje quem manda no Brasil são os Generais e os Bispos. Essa gente consegue tudo. Agora mesmo teve um Bispo em São Paulo que ofereceu um banquete ao General Lott; OLIVEIRA - O prestígio dos Generais afinal, vem da farda. Mas o que admiro é o prestígio dos padres. Onde vem? Da fé? Todo brasileiro é batizado, se diz católico, entretanto 90% do povo católico não pratica a religião nem tem fé. O que admiro é a habilidade dos padres. Entra governo, sai governo, e eles de cima. Que tem prestígio, isso tem...Mas até quando durará esta esperteza?; TEREZA - Sim, porém nós falávamos da chegada do Bispo. Passei defronte da nova residência onde ele vai morar. Está ficando bonita com pintura e reparos. Foi o Governador que deu. Ou melhor, trocou por uma casa da Diocese. Quem me dera uma casa daquela para mim; ANTÔNIO - Dizem que ele defende os pobres. Vamos ver o que vai fazer. Ouvi dizer que ele vai construir a Sede do Serviço de mendigos. Está precisando pois a cidade anda cheia deles, outra vez. Já ouvi até dizer que o Bispo vai abrir a barra;

OLIVEIRA - Espero que ele não adote o sistema de promessas dos políticos em véspera de eleição. Entra deputado, sai deputado, surge líder popular, desaparece líder popular, o fato é que no Brasil, rico continua rico, pobre continua pobre. A reforma agrária está votada a 40 anos e dorme na Câmara, provavelmente em “berço esplêndido” (FONTES, 1958b, p. 3).

Não obstante as críticas, em seu discurso de apresentação, Dom Távora enfatizou a *questão social* e o valor material e moral do trabalho, destacando sua própria distinção no trato das questões operárias no país, consagrando-se entre os trabalhadores, mas também entre as elites:

(...) Voltamo-nos igualmente para os que exercem suas atividades, no mundo temporal da cultura, das artes, da beneficência, da indústria, do comércio, da agricultura, dos diferentes serviços destinados às exigências humanas, como os transportes de terra, mar e ar, os escritórios, as comunicações, para citar alguns apenas.. (...) A vós queridos trabalhadores das cidades, das vilas e dos campos, como prova de afeto, de interesse vivo e concreto, da decisão de estarmos, sempre, no meio de vós e ao vosso lado física e espiritualmente, vos diremos que trazemos na nossa modesta tradição, o título de Bispo dos Operários. Este título com a graça de Deus, dir-vos-á tudo no presente e futuro. Com diretrizes assim, e com estes sentimentos, vos saudamos e abençoamos, a vós, nas vossas famílias, os vossos filhos, os vossos Sindicatos, os vossos Círculos Operários, a vossa Juventude Operária Católica. São José, patrono da classe obreira, ajude a todas as horas e em tudo, cada trabalhador, como ajudou o primeiro operário cristão do mundo – Jesus Cristo, Nosso Senhor. (...) Também aos homens proprietários e dirigentes de empresas, nos diferentes ramos em que estas se desdobram, aos quais já nos dirigimos, nesta mensagem, enviamos nossas saudações de Pastor. Seremos bispos de todos. Dos católicos e dos que não o são. (...) Amamos os católicos, mas também os cismáticos, os protestantes, os indiferentes, os ateus. Amamos todas as classes sociais, porém especialmente os que mais necessitam de ajuda, de assistência, de soerguimento. Amamos os pobres, as crianças, os velhos, os enfermos. Amamos até a quem nos magoa, nos despreza, nos hostiliza e nos persegue (...) (TÁVORA, 22 de março de 1958, p. 1-3).

Novas críticas ao prelado foram veiculadas. Essa resistência fica clara no texto de Gratia Montal:

A primeira edificação de seus projetos foi o Diálogo com os homens abrindo perspectivas audaciosas e até assustadores para a mentalidade segregacionista nossa tão afeita aos grupinhos estáticos, estranhava os slides multicores de suas pretensões pastorais (...) (MONTAL, 1958, p.5).

Em sua defesa pública pronunciou-se o intelectual católico e professor José Silvério Leite Fontes em dois artigos, respectivamente “O que esperamos do bispo” (A CRUZADA, 22/02/1958) e “As “novidades” de Dom Távora” (A CRUZADA 25/03/1958). Neles, repudiava tanto o descrédito quanto o temor de “alguns” em relação ao prelado, acusado de ser um “rebelde” que visava modificar a estrutura socioeconômica, moral e religiosa do sergipano, e por isso “perigoso”. Outro defensor de D. Távora foi Orlando Vieira Dantas, ex-deputado do Partido Socialista Brasileiro, que afirma ser a mensagem do prelado longe de temerária “traça novas diretrizes para o clero ao tempo em que cria novos ajustes para um

melhor funcionamento da sociedade” (GAZETA SOCIALISTA, 1958). Em consonância, esses dois textos apontaram o novo prelado como o condutor do povo cristão sergipano, homem compromissado com a dignidade da classe operária e com a *questão social* no país. Porém, apontava outros traços acerca do prelado: a “suprema habilidade política” e o “esclarecimento e a “compreensão da política socioeconômica brasileira”.

Ao contrário, desse modo, da unidade veiculada e presente no discurso dos católicos, os primeiros *flashes* de D. Távora em Aracaju, denotam que apesar de todo reconhecimento recebido pelo referido clérigo em diversas esferas sociais e da defesa pública de nomes importantes da intelectualidade sergipana, o modelo sacerdotal, por ele defendido, foi alvo de críticas e desconfianças. De um lado, era suspeito de ser mais um agente gozando de suas prerrogativas sacerdotais para angariar poder e prestígio. Por outro, de ser um *heterodoxo* que causava preocupação.

Nessa perspectiva, a tônica que marcou o trabalho religioso (BOURDIEU, 1998) de Dom Távora como dirigente da Igreja local foi o envolvimento com as *questões sociais* no estado. Outrossim, buscou ainda, uma estreita relação com políticos, intelectuais, empresários e o laicato sergipanos. Percebe-se que este agente católico era detentor de um poder simbólico fruto de sua posição e de suas práticas que se transfigurava em singularidade no trato das questões operárias, bem como na capacidade de mobilização política, que somente sabe exercer, quem é formado dentro de uma determinada matriz que somente pode ser incorporada pelas experiências adquiridas no interior do campo, habilitando o agente a perceber as oportunidades e mobilizar suas alianças para manutenção de seu capital de autoridade (BOURDIEU, 1998).

4 O BISPO DOS OPERÁRIOS NA ARQUIDIOCESE DE ARACAJU

4.1. A utilização das mídias

Os meios de comunicação acompanharam as transformações próprias da Modernidade e se estabeleceram como veículos de grande alcance e estratégicos para difusão dos mais diversos ideários. A Igreja católica foi uma esfera que soube utilizar-se desses meios para a difusão de doutrinas religiosas. E em fins do século XIX, a exemplo, após a Pastoral Coletiva dos Bispos do Brasil em 12 de março de 1890, quando se discutiu formas de uma política autônoma e conservação da hegemonia da Igreja, foi decidido o investimento institucional para o desenvolvimento da imprensa confessional, ou “boa imprensa”. Nesse contexto, começaram a proliferar, ainda de forma tímida, panfletos e boletins católicos em várias paróquias e dioceses do Brasil, legitimados e incentivados por diversas pastorais dos bispos brasileiros (GONÇALVES, 2006). Para Luís Benedetti (AZZI; GRIJP, 2008), em seu estudo acerca do jornal *O Lutador*⁶⁶, a imprensa católica consagrou a “repetição apologética de caráter quase obsessivo das mesmas verdades numa infinita variedade de instrumentos impressos”.

Posteriormente, o rádio desponta, sobretudo após os anos de 1930. Inicialmente a Igreja mostrou-se reticente em relação a essa nova tecnologia. Entretanto, após perceber suas implicações para o projeto da instituição, a hierarquia católica⁶⁷ utilizou-se desse meio desenvolvendo duas estratégias principais: obter nas emissoras, espaço para programas católicos e conseguir através de recursos próprios emissoras de rádio. Assim, paulatinamente os aparelhos foram sendo introduzidos em escolas, seminários e conventos, mantendo-se sob o rígido controle das autoridades eclesiásticas (AZZI; GRIJP, 2008).

Em Sergipe, após sua posse como bispo diocesano, D. Távora voltou-se para um dos focos de sua administração, a área jornalística. Tendo profundas relações com a comunicação, o prelado investiu na reestruturação do periódico *A Cruzada* e cria a *Rádio Cultura de*

⁶⁶ O Lutador constitui um exemplo de mentalidade apologética da imprensa católica e tinha como objetivos: educar os católicos na ortodoxia religiosa, por um lado, e, por outro combater com firmeza aqueles que eram considerados os inimigos da fé e, mais especificamente, os protestantes, além de ser instrumento para que os religiosos sacramentinos pudessem desenvolver o espírito de luta em prol da pureza da religião; cruzada contra o protestantismo (AZZI; GRIJP, 2008).

⁶⁷ A Igreja, depositária da doutrina da salvação e dos meios de santificar, goza do direito inalienável de transmitir as riquezas que lhe foram confiadas por disposição divina. A tal direito corresponde, por parte dos poderes públicos, o dever de lhe tornar possível o emprego das técnicas de difusão. Os fiéis, conhecedores do inestimável dom da Redenção, não se devem poupar a esforços a fim de a Igreja poder servir-se das invenções técnicas e usá-las para a santificação das almas (AZZI; GRIJP, 2008).

Sergipe. O citado periódico, criado em 1918 por D. José Thomaz, a princípio revestiu-se de um caráter puramente doutrinário, tendo como temas a difusão “da moral e bons costumes”, segundo a ética romanizada cristã, ataques ao ideário comunista e às religiões concorrentes, e o enfoque de temas de interesse do poder político constituído. Posteriormente, quando reestruturado, e sob o comando de D. Távora, manteve-se doutrinário e atrelado aos ideários das elites locais, mas sua visão de notícia se expande e sua circulação aumenta. Crônicas, Colunas Sociais, Propagandas, Cultura e Lazer, Coluna Sindical e assuntos de interesse direto da Igreja passam a integrar a nova versão do semanário. O jornalista João Oliva, ex-redator-chefe deste periódico expõe:

Eu comecei minha relação com D. Távora por causa da Cruzada mesmo. Eu trabalhava na Gazeta e fui fazer uma entrevista com D. Távora sobre as reuniões dos bispos do Nordeste que mais tarde inspiraram ao governo Juscelino a realização da SUDENE como agência de desenvolvimento da região Nordeste e eu fui e fiz a entrevista com D. Távora. Naquele tempo não havia gravador, não havia a facilidade do gravador, era na pena mesmo não é? Então anotei as informações que ele me deu sobre essas reuniões e no outro dia saiu a entrevista publicada na Gazeta de Sergipe. Ele gostou muito da entrevista e depois mandou me chamar e falou: “olha eu gostei muito porque muitas vezes a gente dá essas entrevistas e fica com um pouco de receio que o repórter não adultere, não deforme algum pensamento da gente, mas você foi fiel, muito bem! Recebe a minha benção (risos). Bom, depois eu recebi um convite por intermédio do gerente comercial da Cruzada que era Hélio Leão para eu ir trabalhar na Cruzada, eu ir para lá como redator-chefe. Eu achei que era melhor uma vez que eu na Gazeta estava apenas como repórter, então exercer um cargo de maior responsabilidade era um desafio para mim uma experiência nova, principalmente com um bispo cujo nome já era famoso no país. [...] então fiquei convivendo ao lado daquele bispo, ele aparecia de vez em quando lá no jornal A Cruzada, ele até passou a escrever uma coluna semanal com o nome Jacob, um pseudônimo. Ele apresentava semanalmente essa coluna, é só procurar. Pois bem, então eu tive a oportunidade de conhecer mais de perto D. Távora. Foi um homem extraordinário, um homem que trouxe uma nova vida para o jornal, uma visão de comunicador, mais comercial. Era um semanário e uma grande parte das pessoas que adquiriam o jornal era assinante. A gente começou a mandar para as bancas, mas a vida da Cruzada era feita de assinaturas: o movimento comercial, intelectuais, estudantes. Todo mundo católico, o próprio bispo pedia e a gente fazia (OLIVA, 2010, p.1).

Após os primeiros passos, a ação de D. Távora voltou-se para um novo projeto: a criação de uma emissora de radiodifusão para Sergipe, sob o controle diocesano. Até 1959 existiam, instaladas em Aracaju, três emissoras de radiodifusão de amplitude modulada (AM): *Difusora* (630 khz), pioneira em Sergipe, estatal criada na era Vargas e a esta época sob controle político de Horácio Dantas Góes, líder do PSD; *Rádio Liberdade* (930 khz), atrelada à União Democrática Nacional (UDN), sob a liderança de Leandro Maynard Maciel, então governador do estado; *Jornal* (670 khz), fundada por políticos do PSD/PR, um partido aristocrático rural, ligado à indústria canavieira e coligados com o PSD. No dia 21 de novembro de 1959, na Rua de Propriá, nº 222, no centro da capital sergipana foi inaugurada a *Rádio Cultura de Sergipe*, a quarta emissora do estado, sob o controle da Diocese de Aracaju, liderada por D. José Vicente

Távora, impulsionador do projeto. Em carta ao cardeal Confalomieri, Comissário Pró América Latina no Vaticano o bispo apresenta, ainda em 1958, sua justificativa e auxílio para o projeto:

(...) Tem os serviços radiofônicos que estão em nossos planos: uma emissora de 10 Kw onda média e curta, a Rádio Cultura de Sergipe. Através desta emissora será atingida grande parte do Estado da Bahia que não pode ser atingida pela Arquidiocese de Salvador. O sistema radiofônico ligado à Província Eclesiástica de Aracaju vai abranger uma população de cerca de 1.200,000 pessoas. Nessas condições, julgamos ser necessário aparelhar, da melhor maneira possível, o nosso Centro Radiofônico para um atendimento exato de toda área geográfica. na distribuição dos donativos advindos do Episcopado Americano tivesse a bondade de contemplar esta grande área da região nordestina do Brasil também nas solicitações que agora faço. (...) Entendemos que a imprensa deve refletir sobre a necessidade de pessoa adequada que, com inteligência, com técnica e com ardente devoção à verdade, apresente à opinião pública sua mensagem. Está aí um caminho aberto aos moços. Um Jornal não apenas de artigos doutrinários. A notícia, a reportagem, a crônica feitas com objetividade, retratando os fatos, ao lado do tópico, do comentário, do edital, cada qual marcando seu aspecto específico, se apresentam como um convite à aprendizagem dos jovens, na vida do jornal (...) (TÁVORA, 1958, p. 1-3).

Para realizar seu intento, D. Távora desenvolveu um conjunto de estratégias. Enviou para *Phillips* do Brasil uma solicitação orçamentária e plantas necessárias a montagem do projeto. Manteve diálogo com D. Eugênio Sales, pioneiro na educação por radiodifusão no Nordeste e em seguida, ainda em 1958, orquestrou uma campanha entre as paróquias sergipanas, requerendo ajuda aos empresários e comerciantes em Sergipe e aos amigos cariocas⁶⁸ contribuições para levantar a quantia necessária à fundação da rádio. Envolveu o Vaticano, acionando o cardeal Confalomieri, solicitando que a Eminência contemplasse Sergipe com o envio de instrumental técnico para aparelhar a futura Rádio Cultura e estabelecer duas outras pequenas estações repetidoras de 250 *watts* nas outras duas dioceses (Propriá e Estância) do Estado de Sergipe. A CNBB, por sua vez, também realizou repasses financeiros ao prelado. A partir dessa iniciativa, e diretamente auxiliado pelo padre americano John J. Considine, em princípios do ano seguinte, a Arquidiocese recebeu a aparelhagem cujo valor ultrapassou a quantia de US\$ 20.000⁶⁹.

Para mobiliar material humano e dirigir a nova emissora, D. Távora montou uma equipe da qual participaram de forma pioneira Manoel Donizete Vieira (responsável

⁶⁸ Romeu Trussardi Filho enviou gravadores de “último tipo para compor o material da Rádio”, além dos tecidos enviados pela sua esposa, Maricy, para obras assistenciais do prelado em Sergipe. Carta de Romeu Trussardi Filho a D. Távora datada de 06 de março de 1959. Arquivo da Arquidiocese Metropolitana de Aracaju. O Comendador Ariston Azevedo, nascido em Nossa Senhora das Dores e residente em São Paulo, enviava quantias regulares ao prelado para que este desenvolvesse os projetos sociais. Cartas do Comendador Ariston Azevedo, 1958, 1962, 1965. Arquivo da Arquidiocese Metropolitana de Aracaju.

⁶⁹ Foram enviados uma antena direcional na torre com 10 Kw, da Radio Cultura de Sergipe (ampliação para 800 Kw de raio de ação); Transmissor, estúdio e montagem de uma estação de 1Kw, onda tropical (exclusivamente para programas educativos); Uma pequena emissora de 250 Kw (repetidora na Diocese de Estância); uma pequena emissora de 250 Kw (repetidora na Diocese de Propriá). Recibo de entrega do material enviado pelo Vaticano, no valor de US\$ 20.078 dólares, datado de 12 de março de 1959.

arregimentar pessoal especializado), padre Luciano Cabral Duarte (responsável financeiro), José Augusto Leite Costa (responsável técnico que preparou toda a documentação necessária entre plantas e listagem de equipamentos), professor Clodoaldo Alencar Filho (desenhista dos estúdios da emissora e responsável pela qualidade da programação). Este último, com o auxílio da antiga colaboradora Celina Monteiro de Carvalho, fora enviado por D. Távora para um estágio de nove meses no Rio de Janeiro onde percorreu a Rádio Nacional, a Rádio Jornal do Brasil e a Rádio Globo⁷⁰.

Após pomposa inauguração, a Rádio Cultura mostrou-se como lastro do futuro projeto que foi articulado por D. Távora, o Movimento de Educação e Base (MEB) (BARROS, 1995). O movimento educacional, via radiofonia, ampliou a difusão das repetidoras no interior do estado. Como diferencial, o veículo de comunicação católico apresentou a diversificada programação que abrangia religião, esportes, educação, diversão, além de funcionar como veículo doutrinário. Dentre seus programas destacavam-se: *Hora Católica*⁷¹, *Hora da Ave-Maria*, *Nossa Opinião*, *Grande Matutino Cultura*, *Roteiro das Onze*, *Caixa Postal 81* (programa de auditório), *Últimos Sucessos da Noite*, *É Disco que Eu Quero*, *Café com Música*, *Uma Crônica para Você*, além do *Rádio-Teatro*, o qual dirigido por Sodré Júnior buscava evangelizar a partir de novelas que adaptavam livros cristãos e passagens do Evangelho.

Contudo, apesar da moderna programação e aceitação popular, a Rádio Cultura passou por intervenções do Exército, mesmo antes da deflagração do golpe de 1964. O professor Clodoaldo Alencar quando de uma entrevista dada na comemoração dos 40 anos da emissora, em 2009, lembra que as coerções do exército não eram escassas: “havia pressão constante dos militares (...) era comum a invasão de soldados do exército no prédio da Rádio, ocasionando a sua retirada do ar e a prisão de locutores (ALENCAR, 1999). Dois fatos caracterizam a intervenção sofrida pela emissora. Em 1961 quando da renúncia de Jânio Quadros à presidência do Brasil, Dom Távora autorizou a leitura de uma “opinião da emissora sobre o fato”. Assim, a Rádio Cultura pontuou-se em defesa da Constituição e favorável à permanência de João Goulart no poder.

O povo sergipano tem demonstrado um raro espírito de serenidade, respeito à ordem, amor à disciplina e acerto às autoridades constituídas, nessas horas duras e amargas que a Pátria brasileira está vivendo. Merece, por isso mesmo, os nossos mais calorosos aplausos pela sua atitude e, de nossa parte, lhe vai um apelo sincero e patriótico, no sentido de que sem mantenha nessa linha, até o fim dessa crise que

⁷⁰ Esboço do projeto da Rádio Cultura, 1958. Arquivo da Arquidiocese Metropolitana de Aracaju; ALENCAR, Clodoaldo. Texto publicado nas comemorações dos 40 anos da Rádio Cultura, 1999.

⁷¹ Este programa foi apresentado por padres, leigos, professores universitários como Cabral Machado, Silvério Fontes, João Ávila, o desembargador Luiz Rabelo Leite e o padre D. Luciano Cabral Duarte, que posteriormente tornou-se seu único apresentador (A Cruzada, 27/03/1958).

tanto nos tem feito sofrer. Compreenderemos, todavia, que o procedimento coletivo do nosso povo não quer dizer ausência de opinião, esvaziamento de sensibilidade ou indiferença diante da Pátria que luta pelo seu destino histórico e pela sua sobrevivência. Esses sentimentos se encontram no coração de cada um de nós. Nas sombras desta crise em que desgraçadamente, se enfraquece no Brasil a mancha de nosso processo econômico, social e legal, existe um pensamento comum que nos irmana: o desejo veemente de que, em nome da Pátria, não se cometam erros de conseqüências imprevisíveis. Levanto meu pensamento para Deus que tudo pode, que tantas vezes tem descido sobre o Brasil, em horas cruciais para salvá-lo, pedindo-lhe que também agora proteja a nossa gente, que nos faça sair quanto antes desses caminhos cruzados, perturbados. De maneira especial, pesando toda a minha responsabilidade quero rogar ao Senhor que deste desafio à nossa maturidade política e ao nosso bom-senso e a nossa vocação democrática, sair ilesa a Carta Magna do país e que ela produza, na sua integridade, os efeitos eficazes de sua aplicação, na sua letra e no seu espírito. Com a sua cobertura os homens se entendam, se exijam mutuamente, a garantia de um governo bom e democrático, respeitadas as tradições cristãs e nacionais. A força dos procedentes é uma navalha de dois gumes para o bem e para o mal (TÁVORA, 1958, p.5)

Após este pronunciamento, os militares invadiram a rádio e intimidaram o diretor de programação, o professor Alencar.

Posteriormente, no retorno de João Goulart e da transmissão imediata da emissora, o fato se repetiu e dessa vez os soldados do 28º BC comandados pelo Coronel Bragança lacraram os transmissores e prenderam o operador técnico (Ribeirinho) e o diretor (Clodoaldo Alencar). Fatos que voltaram a se repetir após o governo militar, o qual impôs séria censura à programação apresentada. E em 1991, a administração deste veículo de informação foi transferida para os missionários da *Comunidade Shalom*, e assim, funciona até os dias atuais.

Infere-se que D. Távora, visando um fortalecimento das relações entre o laicato e a Instituição e através dos meios de comunicação conseguiu difundir símbolos e valores cristãos. Entende-se que a partir de sua longa experiência em relação ao trato das questões cristãs, por meio da “boa imprensa”, utilizando-se do apoio fornecido pela CNBB, comandada à época pelos “reformadores” e mobilizando os diversos tipos de capitais que dispunha, articulou ações de comunicação no estado que serviram como vetores de recristianização da sociedade e na difusão de um programa bem maior, as Escolas Radiofônicas.

Por outro lado, o fato da Arquidiocese dispor dos dois mais destacados veículos de comunicação (OLIVA, 2010) no estado à época lhe possibilitou interferir junto à opinião pública, o que se constituiu um poder efetivo capaz de dissimular os problemas materiais em aspirações espirituais, tendo como estratégia a difusão do ideário cristão ao tempo em que evangelizava, difundia a crença, sendo também polo de difusão e mobilização dos projetos reformistas, preconizando um programa mais “progressista” e baseado na ação efetiva do

laicato nos projetos sociopolíticos da Igreja local, e na implantação de um novo projeto educativo e manutenção do monopólio de gestão dos bens de salvação.

4.2 Fundação da Arquidiocese e das Dioceses em Sergipe

Após sua chegada, D. Távora, visando um melhor controle da Igreja sobre o território sergipano, dá continuidade ao processo de criação de duas dioceses no interior do estado, iniciado por seu antecessor, em mais um “capítulo” da expansão eclesial sergipana. Dessa maneira, em 30 de abril de 1960, a partir da Bula *Ecclesiarum Omnium*, o Papa João XXIII criou em Sergipe, duas circunscrições eclesiásticas que organizacionalmente pertenciam à Província Eclesiástica de Aracaju e ao Conselho Episcopal Regional Nordeste II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Pelo mesmo documento, o papa elevou à categoria de Arquidiocese Metropolitana a Diocese de Aracaju (1960) e seu comando foi entregue a D. José Vicente Távora. Criação bastante prestigiada, contou com o Núncio Apostólico, Dom Armando Lombardi, aliado declarado de D. Hélder Câmara, que vindo a Sergipe, oficializou a criação, instalação e nomeação dos bispos escolhidos para o encargo (MORAIS, 2008, p. 136). Nesta nova configuração, Sergipe recebeu mais dois prelados, D. José Brandão de Castro⁷² e Dom José Bezerra Coutinho⁷³.

A diocese de Propriá, sob o comando de D. José Brandão de Castro, passou a englobar os municípios de Amparo do São Francisco, Aquidabã, Brejo Grande, Canhoba, Canindé do São Francisco, Cedro de São João, Gararu, Graccho Cardoso, Ilha das Flores, Itabi, Japarutuba, Japoatã, Malhada dos Bois, Monte Alegre, Muribeca, Neópolis, Nossa Senhora da Glória e Nossa Senhora de Lourdes. Estes no conjunto apresentavam uma população assistida

⁷² Dom José Brandão de Castro foi um religioso redentorista que nasceu em Minas Gerais, na cidade de Espera, em 24 de março de 1919. Ingressou no seminário dos Redentoristas em Congonhas do Campo (MG). Ordenou-se sacerdote em 1944, quando passou a administrar às paróquias de São Sebastião e depois para Coronel Fabriciano em Belo Horizonte. Foi nomeado bispo da Diocese de Propriá em 1960 onde se estabeleceu até 1987, quando muito doente regressa a Minas Gerais (FRANÇA, 2004).

⁷³ Dom José Bezerra Coutinho, bispo emérito de Estância, nasceu em Capistrano (CE), no dia 10 de fevereiro de 1910 e faleceu em Fortaleza em 7 de novembro de 2008. Realizou seus estudos fundamental e médio em Independência, Crateús (1923-1925) e Fortaleza (1925-1927). Estudou Filosofia e Teologia no Seminário da Prainha, em Fortaleza (1927-1933). Ordenou-se padre no dia 3 de dezembro de 1933, em Sobral. Exerceu as seguintes funções: Vigário de Massapê, Meruoca e São Benedito (1934-1935), Vigário de São Benedito (1936-1956), Diretor do Colégio Farias Brito, Presidente da Sociedade Cultural de São Benedito (1953-1956). No dia 6 de agosto de 1956, o Papa Pio XII o nomeou Bispo Auxiliar de Sobral, com a sé titular de *Uthina*. Recebeu a ordenação episcopal no dia 28 de outubro de 1956, em Sobral, das mãos de Dom José Tupinambá da Frota, Dom Expedito Eduardo de Oliveira e Dom José Terceiro de Sousa. No dia 28 de janeiro de 1960, o Papa João XXIII o nomeou Bispo de Estância, função na qual permaneceu até 1º de junho de 1985, quando renunciou ao múnus pastoral por limite de idade. Morreu no dia 7 de novembro de 2008, aos 98 anos, de parada cardíaca, em Fortaleza e foi sepultado no dia seguinte, na Cripta da Catedral Metropolitana de Fortaleza – CE (LIRA, 2003).

de aproximadamente 263.136 habitantes. Tal região, em linhas gerais, se caracterizava por apresentar alta densidade de latifúndios que se dedicavam à criação de gado e a cultura da cana-de-açúcar. O território da dita diocese possuía uma superfície de 8.198,4 Km², sendo à época, o segundo mais rico de Sergipe, aglutinando uma pequena atividade industrial e liderando o comércio atacadista do Baixo São Francisco (IBGE, 1960).

A outra circunscrição foi estabelecida em Estância sob o comando de Dom José Bezerra Coutinho. Ela agrupou sob seu comando os municípios de Arauá, Boquim, Cristinápolis, Indiaroba, Itabaianinha, Lagarto, Pedrinhas, Poço Verde, Riachão do Dantas, Salgado, Santa Luzia do Itanhy, Simão Dias, Tobias Barreto, Tomar do Geru, Umbaúba. O território da diocese é de 6.737 km² e essa região à época, contava com uma população estimada em 221.345, sendo que 97,7% se diziam católicos. Alí a economia tinha como destaque a policultura, destacando-se a cultura do coco, da mangaba e mandioca, ao que se somava a criação animal (bovinos, ovinos, caprinos e suínos) (IBGE, 1960).

As duas citadas dioceses tiveram posicionamentos opostos e características muito diferentes. Marcaram a história da Igreja diocesana de Propriá os movimentos sociais leigos em defesa dos posseiros do Betume (Neópolis), dos posseiros da Fazenda Santana dos Frades (Pacatuba), dos posseiros de Mundéu da Onça (Neópolis), da Ilha de São Pedro e da Caiçara do povo indígena Xokó (Porto da Folha), dos sem-terra da Barra da Onça e Pedras Grandes (Poço Redondo), de Ilha do Ouro (Porto da Folha), Monte Santo (Gararu) e Morro dos Chaves (Propriá); e a defesa das comunidades quilombolas (FRANÇA, 2004). Diante dos problemas e desordens iniciais, D. Brandão de Castro assumiu uma postura conservadora, combatendo os manifestantes, para nos anos de 1970 converter-se “militante católico”. Sobre sua postura nos primeiros tempos, afirmou:

Ao assumir a Diocese de Propriá minha postura era “paternalista”. Combatia os pecadores, que para mim eram os pobres envolvidos sem, no entanto, os escutar. Minhas ações limitavam-se a resolver os problemas que surgiam a partir de acordos e conversas com as autoridades envolvidas nas questões. Eu fazia por eles, eu ia conversar com as autoridades mesmo sem primeiro escutar os pecadores e querendo resolver as coisas na cúpula: uma coisa completamente errada (CASTRO apud FRANÇA, 2004, p. 97-98).

Já Dom José Coutinho (Estância) administrou uma região onde os conflitos de terra eram mais raros, embora não inexistentes, a exemplo dos problemas agrários em Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba. Como administrador criou paróquias, constituiu um corpo clerical, criou o Seminário, estimulou vocações, deixando a diocese financeiramente estruturada. A partir de 1976 ele apoia o movimento do padre belga Leeb para a criação comunidade de assistência aos excluídos da região, em Porto do Mato, Estância (JESUS, 1998).

Posteriormente, deu-se a chegada de D. Nivaldo Monte (1963-1965), primeiro bispo auxiliar de D. Távora. Todavia, o prelado, embora tenha permanecido por pouco tempo, ao transferir-se para Natal, destacou-se na luta contra os latifundiários e o amparo aos excluídos. Três anos mais tarde, o padre Luciano Cabral Duarte foi sagrado bispo auxiliar (1966-1970), sendo, inclusive, reconhecido como célebre intelectual⁷⁴. Ao retornar a Aracaju, após seus estudos na Europa, esse agente reocupa seus antigos encargos como professor e diretor da FAFI (Faculdade de Filosofia), diretor do jornal *A Cruzada*, capelão da tradicional Igreja de São Salvador, assistente eclesiástico da JUC e da LUC (Liga Universitária Católica), diretor do Apostolado Radiofônico em Sergipe, que se constituiu no embrião da Rádio Cultura, fundada no ano posterior e mentor da articulação em prol da fundação da Universidade Federal de Sergipe (MORAIS, 2008). Embora estivesse à frente das principais iniciativas de D. Távora, esteve muito mais voltado para o universo da intelectualidade, mostrando uma postura mais conservadora em relação às transformações sociais e após o golpe militar, aproximando-se do novo poder constituído (DANTAS, 1997).

Em 1964, com o golpe militar, as duas perspectivas distanciaram-se ainda mais, acirrando as disputas no campo católico sergipano. D. Luciano Cabral Duarte e D. Brandão de Castro (até 1973) lideraram o grupo simpatizante da novo modelo político (DANTAS, 1997). A outra ala, vinculada ao arcebispo D. Távora, entendeu o movimento político enquanto retrocesso. O arcebispo, sobretudo, após a realização do MEB e sua aproximação com os trabalhadores, chegando mesmo em 1961, a mediar a greve dos ferroviários em Sergipe, apoiando-os em suas reivindicações, tornou-se alvo de desconfianças.

Por isso, o promotor do MEB, tendo suas práticas consideradas “obra nociva à boa ordem”, suspeito de subversão e já tendo enfrentamentos anteriores com o exército, passou à condição de suspeito junto aos militares. Submeteu-se a interrogatórios, sofreu acusações e foi ameaçado de prisão (LEITE *apud* DANTAS, 1997, p. 32). Foi detido no Palácio Episcopal por certo tempo e somente livrou-se de maiores incômodos com a intervenção de seu primo Juarez Távora, que, por carta, se comunicou com o 28º BC. Tal fato foi corroborado por dona Teresinha Távora, irmã do prelado, a qual afirma que além de ficar detido em domicílio, foi vigiado mesmo quando internado no Hospital São José, situação agravadora de seu estado de saúde. Afirma, ainda, que a família pediu auxílio ao cunhado, esposo de sua irmã, Fausto Castelo Branco, um importante médico e sobrinho do presidente, o general Humberto Castelo Branco (PEDROSO, 2011).

⁷⁴ Responsável pela criação local de duas Faculdades, a de Filosofia e a de Serviço Social.

4.3 As Ações Sociais de D. José Vicente Távora em Sergipe

Dentre os programas assistenciais desenvolvidos por D. Távora em Sergipe, destacam-se a criação da Casa da Doméstica, da Creche D. José Vicente Távora, a reestruturação do SAME (Serviço de Assistência À Mendicância) e a distribuição de terras a pequenos agricultores e fundando colônias católicas. De grande valia para a empreitada do bispo foi o gerenciamento, a partir de 1960, da *Fundação Manuel Cruz*⁷⁵. Através dela, o prelado iniciou sua aquisição de terrenos⁷⁶ na cidade de Aracaju (terreno do SAME e do Hospital São José) e em áreas rurais, dando incício às primeiras experiências de extensionismo rural e de reforma agrária no estado de Sergipe.

Dessa maneira, as ações sociais de D. José Vicente em Sergipe se pautaram em dois tipos de práticas. Ambas, orquestradas dentro dos ditames gerais da proposta que já havia tomado corpo entre os reformistas e reforçadas por outras experiências no Nordeste em direção à “Igreja dos pobres”, ou seja, uma maior aproximação com as massas, desenvolvendo ações que oscilaram da prática assistencialista a uma mobilização efetiva no espaço rural.

Em Aracaju, este prelado, desenvolveu através da mobilização de senhoras da sociedade sergipana, de doações orquestradas pelos clérigos em suas paróquias e mesmo entre homens de destaque econômico no estado e fora dele⁷⁷, um sistema de assistência a crianças filhas de domésticas e de mendigos que foram retirados das ruas da capital e instalados na sede do Serviço de Assistência à Mendicância de Sergipe (SAME).

⁷⁵ O Dr. Manuel Cruz, ao falecer em 1938, doou em testamento metade dos seus bens para a criação de uma fundação com o seu nome. Em 1941 ela foi fundada sendo do Dr. Augusto Leite, diretor do hospital Cirurgia, seu cunhado e primeiro presidente. Até 1959 a única assistência fornecida pela fundação era um ambulatório que funcionava em um dos seus terrenos na Av. João Ribeiro, no bairro Santo Antônio, onde hoje funciona o Hospital São José (TELES *apud* Morais, 2008, p. 427). Na década de 60, a família do Patrono da "Fundação Manuel Cruz", decidiu procurar a Igreja Católica, na pessoa do então Bispo Dom José Vicente Távora, alegando não poder mais gerir os destinos da entidade entregando a administração da referida Fundação à Arquidiocese de Aracaju, que, desde então, passou a administrá-la. A Fundação "Manuel Cruz" é até hoje administrada por um conselho com membros da família do fundador e da sociedade civil tendo, na presidência o Arcebispo da Arquidiocese de Aracaju, atualmente, Dom José Palmeira Lessa. Portanto o patrimônio da "Fundação Manuel Cruz" não pertence à Igreja Católica, sendo gerido pelo conselho discriminado abaixo e fiscalizado pelo Ministério Público. Atualmente seu corpo diretor é composto: Presidente: Dom José Palmeira Lessa; 1º Secretário: Dr. Albano do Prado Pimentel Franco (representante da família do fundador); 2º Secretário: Irmã Nilda Bonfim Rego; Tesoureira: Maria da Conceição Ludovice; Conselheiros: Dr. Walter do Prado Franco Sobrinho (representante da família do fundador); Ednilda Maria Simões de Melo; Gilson Matos Dantas; José Augusto Lisboa; Antônio Costa Almeida e Josinete do Santos (Ata da Fundação Manuel Cruz, 12 de abril de 2008).

⁷⁶ Os recibos de aquisição de terrenos são constantes do acervo da Arquidiocese Metropolitana de Aracaju e tem registro no Cartório

⁷⁷ Um forte aliado de D. Távora e constante subsidiário de sua obra foi o empresário e comendador Ariston de Azevedo que possuía várias indústrias no estado de São Paulo e uma estreita ligação com a Igreja, sendo Conselheiro da Liga das Senhoras Paulistas dirigente da Ação Social Stº Inácio, patrocinador da Faculdade de Engenharia de São Paulo e colaborador da Arquidiocese de São Paulo e da Diocese de Aracaju, enviando a D. Távora vultosas somas em dinheiro (AZEVEDO, 1958).

De forma mais ampla, na área rural, D. Távora articulou um sistema educacional e técnico visando tanto à melhoria das condições de vida do pequeno agricultor, mantendo-o preso à terra, o que diminuía o êxodo para os grandes centros, aproximava as massas mais próximas do catolicismo popular sob um maior controle institucional, rivalizava com as propostas “esquerdistas” e objetivava um desenvolvimento local nestas áreas, a partir do aumento da produtividade e da produção agrícola, o que beneficiou, por outro lado, as indústrias brasileiras de insumos e defensivos agrícolas.

4.3.1 SAME (Serviço de Assistência à Mendicância)

O problema da mendicância e do grande número de crianças dispersas pelo centro da cidade de Aracaju era considerada notícia recorrente na cidade de Aracaju nos anos de 1958. Embora contasse com um número significativo de atendidos, o SAME, criado por D. Fernando Gomes em 1949, não possuía instalações próprias e não dava conta de abrigar a demanda que se formara na capital. O quadro apresentado, por meio da imprensa, denominava a situação de alarmante. Na Cruzada de 26 de abril de 1958, um artigo denominado “*Quem dará um passo adiante?*”, assinado por Ana Leonor, explicitava que nas ruas de Aracaju “(...) misturam-se vadios, abandonados, delinquentes ou não, surgem de cada canto da cidade, apontam em qualquer rua dos bairros, gritam a sua incompreendida angústia em cada porta” (LEONOR, 1958, p.1).

Logo após sua chegada, D. Távora atacava esse problema utilizando-se de sua experiência no trato de questões assistenciais, mobilizando pessoal e recursos⁷⁸ para a compra de um terreno pertencente à fundação Manuel Cruz no bairro Industrial e criando novos usos para o espaço destinado a abrigar a mendicância. No dia 24 de Abril de 1958, D. Távora e o governo do Estado inauguram uma escola para cegos que funcionaria no SAME, o qual contou para sua instalação com o apoio do Presidente do Instituto Benjamin Constant, Prof. Francisco Silva. No dia seguinte, aconteceu o batimento da pedra fundamental da sede do SAME, numa cerimônia pública, na qual estiveram presentes o governador do Estado e

⁷⁸Como doadores mais efetivos do SAME destacaram-se José Almeida Machado, Carlos João Silveira, Renato Prado, Paulo Almeida Machado, José Monteiro Vieira, Afonso Prado, João Gomes do Prado, José Dantas, José Machado Neto, Álvaro Silveira, José Lourenço da Fonseca Pinto, Gileno Lima, Nelson Mascarenhas, Freire Silveira e Cia, Humberto Levita, Casa Colombo, Antônio Cabral Filho, José Prado Vasconcelos, Humberto Dória, Ribeiro e Cia, Paes Mendonça e Cia, T. Campos S/A, A Fonseca Ferragens Ltda, Tecidos João Rosa S/A, Wolney Sobral Torres, Afonso de Melo Prado, Domingos Félix de Santana, Amintas Garcez, José Garcez Vieira, Heráclito Diniz, Hermes Teixeira, Ana Prudente, Amália Soares, Farmácia Meneses, Judith Alves Ferreira, José Calazans e José Esteves Montalvão. (O SAME..., 1958, p.6).

demais autoridades políticas e clericais, além das senhoras da sociedade sergipana⁷⁹. A Arquidiocese contou com auxílio do Banco Mercantil Sergipense S/A se encarregou de recolher doações específicas para serem utilizadas em questões de última hora, como no caso de falecimentos dos internos ou pessoas da sua família. Na ocasião, sobre o referido serviço de assistência, D. Távora expõe:

O SAME possui uma grande missão, pois não podendo ele eliminar as raízes, as causam que determinam a miséria física e espiritual do homem, pois elas são profundas e transcendem a sua ação, se propõe em amenizar os seus efeitos tornando humana e se possível ainda útil a existência dos já atingidos pela miséria, tentando ainda proteger outros, crianças, adolescentes filhos de mendigos de serem por ela alcançados (TÁVORA, 1958, 02 de agosto, p.1).

A nova sede do SAME contava com a coordenação de assistentes sociais, um serviço médico dentário, e de ambulatório para adultos, um lactário e um serviço médico infantil, uma secção de distribuição de alimentos e um grupo de cursos artesanais; escola primária e de reabilitação para cegos, ala de albergues noturnos, salas do serviço social e uma capela, escola de arte, bordado de trabalhos manuais. Uma loja de confecções infantis - *Confecções "DIVA"* - foi aberta no SAME, aceitando inclusive encomendas cuja renda era revertida para os internos (SAME, 1960-1961). Para manter a alimentação dos internos, o prelado contava com doações de doces, pães e biscoitos enviados regularmente por comerciantes e famílias mais abastadas, além do patrocínio de senhoras da sociedade, organizadores de bazares em que se recolhia renda para a instituição (A Cruzada, 09/08/1961). D. Távora articulou outras formas de arrecadação para suas obras assistenciais. A partir de acordos com o poder público, foi criada uma taxa municipal que incidiu sobre o preço dos ingressos do cinema, sendo o produto da arrecadação revertido ao SAME (ARACAJU, 1962).

4.3.2 A Casa da Doméstica e a Creche "Dom Távora"

Uma das primeiras obras assistenciais com vistas à profissionalização de jovens carentes no estado de Sergipe surgiu em 1958. Coordenada pelo padre holandês Adriano Schellekens, em um salão doado por Joaquim Ribeiro, ensinava a meninos carentes, a profissão de carpinteiro. Recebendo o apoio de D. Távora e a ajuda financeira dos senhores

⁷⁹ As senhoras bastadas da cidade de Aracaju mobilizaram-se para formação do Grupo de Voluntárias da Arquidiocese que se reuniam no primeiro andar do edifício Walter Franco no centro de Aracaju. Nesses encontros semanais, costuravam roupas tanto para creches, quanto para o SAME e os hospitais da cidade. A cooperativa das bordadeiras (bordadeiras do interior) que instalou núcleos em Propriá, Aquidabã, Nossa Senhora das Dores. Presidente (Zaíra Freire) Vice-Presidente (Maria da Fonseca Sobral), Izabel Barreto (1ª Secretária), Ana Maria Rollemberg (2ª Secretária), Tercila Felizola (tesoureira), Áurea Melo (oradora) (ORGANIZAÇÃO...1958).

Dr. João Cardoso Nascimento, Dr. Sabino Ribeiro e Antônio F. Machado, chefe da firma Confecções Duran, surgiu a *Obra Diocesana “D. José Vicente Távora”* (1958) no bairro industrial. Inaugurada no dia 19 de novembro de 1958, atendia, a princípio, 54 meninos adolescentes, de 10 a 16 anos. Na instituição, os jovens aprendiam fundamentalmente o ofício de marcenaria, mas também a trabalhar com couro e papelão. Recebiam educação cívica e espiritual, além de se ligarem obrigatoriamente ao escotismo. Sobre o tema D. Távora esclarece:

Estamos vendo filhos de mendigos que antes representavam outros tantos mendigos, ou criminosos em potencial, encaminharem-se para uma profissão honesta que possam ganhar a vida com dignidade; por outro lado, pobres cegos, vivendo nas trevas totais, entrem em um mundo diferente, iluminado pelas luzes do espírito, através dos livros que eles já podem ler. Quer dar aos homens armas contra a miséria, desperte vocações, promovendo o amor ao ofício, substituindo a ação maléfica da vagabundagem, da vida deformadora das ruas pelo companheirismo educador da aprendizagem artesanal. A miséria tranca o coração do homem para Deus. A Igreja simplesmente contemplativa, indiferente às necessidades fundamentais da integralidade humana, é dos místicos relegados. O desprezo ao homem ao ponto de permiti-lhe viver no sub-mundo da fome e da ignorância, é o sintoma mais claro de desamor a Deus (ARAGÃO, 1958).

Posteriormente, dando prosseguimento às obras assistenciais na capital, a diocese buscou atingir outros grupos. Primeiramente, o foco foi o grupo das empregadas domésticas. Em uma casa doada à Arquidiocese por D. Leocaida Ferreira, situada à Rua de Propriá, D. Vicente fundou a *Casa da Doméstica*, sob a direção da senhora Bernadete Diniz. Atendia jovens trabalhadoras, em sua maioria do interior do estado, numa espécie de agenciamento de mão-de-obra para as famílias abastadas e de classe média da cidade. Esta casa oferecia ainda dormitório e alimentação para aquelas que aguardavam uma vaga de emprego, além de uma escola (Escola da Doméstica), a qual funcionava no período da noite e que objetivava alfabetizar as trabalhadoras, sendo desativada em 2010, por falta de recursos e do baixo número de assistidos (em média 6 alunos por classe). Em seus primeiros anos esta instituição atendia em média 200 trabalhadoras/mês e hoje chega à cifra de 700 atendimentos diários, possui cursos de formação, promove um atendimento jurídico às empregadas domésticas, além de direcioná-las ao mercado de trabalho através da Agência de Serviços.

Em seu início, a Creche abrigava crianças de zero a cinco anos. Atualmente atende, das 7:00 às 17:00 horas, 227 crianças de dois a 12 anos, com quatro refeições diárias auxiliadas diretamente pelo Programa da Merenda Escolar, e envio de cestas básicas resultantes de pagamento de penas alternativas, das doações da *Fundação Manuel Cruz*, *TV Sergipe*, *Toyota*, *A Suprema* e a *Contorno Veículos*. Mantém a tradição de ser operacionalizada por funcionários do estado (duas assistentes sociais, uma pedagoga e a secretária) e da Prefeitura Municipal de Aracaju (vigilante, duas professoras) e uma funcionária da Arquidiocese, além

de sete voluntárias. À noite, na sede da Creche Dom Távora, funciona um programa de educação de jovens e adultos, da alfabetização até a 4ª série do ensino fundamental⁸⁰.

4.3.3 Política Agrícola do Arcebispado Sergipano (1958-1970)

O Estado de Sergipe, conforme censo de 1960 contava, naquele ano, com 62 municípios, 73 distritos, 62 cidades e 11 vilas. Economicamente, até o momento apresentava as características condizentes à sua formação originária baseada na agricultura açucareira, pecuária extensiva e no segmento têxtil algodoeiro (IBGE, 1960). Desde o primeiro ano de sua administração D. Távora mostrava conhecimento da região e em novembro de 1958 enviou carta pessoal ao “amigo” Juscelino Kubitschek apresentando a situação do estado.

[...] Como de nossas conversas anteriores o assunto é Sergipe. Já conhece Vossa Excia. a pobreza de Sergipe. O estado arrecada anualmente cerca de 300 milhões de cruzeiros. Isto diz tudo. Esta pobreza é mais triste ainda nos municípios. Cerca de dois terços deles vive das quotas de imposto de renda. Durante o ano ficam em atraso com o funcionalismo e compram a crédito no comércio. Vários desses municípios tem suas respectivas quotas empenhadas nas despesas com a CHESF para instalação de luz, na cidade sede do município. Em nome de quase a totalidade desses prefeitos, dos funcionários municipais e suas famílias que me estão procurando, insistente e amarguradamente, peço a V. Excia mandar pagar as quotas do imposto de renda as Prefeituras Sergipanas, parciais a algumas e totais a outras. Que fazer Presidente? O povo sabe que o Bispo é seu amigo e entende de que ele poderá ser ouvido pelo Chefe do Governo [...] (TÁVORA, 1958, p. 2).

Na missiva, composta por sete partes com assuntos diferenciados, ele destacava ainda o flagelo da zona do Polígono das Secas com 24 municípios atingidos e solicitava o envio de 05 carros pipas (“para minimizar a sede nas localidades”) e 05 perfuradores para pesquisa de água nesta região. Tratava-se do projeto da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), uma das primeiras iniciativas do episcopo junto ao presidente Juscelino, lembrando a Kubitschek os últimos acertos realizados entre eles no Palácio das Laranjeiras, quando da encomenda do estudo sobre o Nordeste, ao tempo em que informava a criação local do *Grupo de Trabalho para o Nordeste*⁸¹ e do *Núcleo de Trabalho de Sergipe* (NTS)⁸² e o

⁸⁰ Estas instituições estão vinculadas diretamente à Arquidiocese de Aracaju e contam com o apoio do governo do estado que se encarrega do pagamento da energia, água e telefone.

⁸¹ Grupo de Trabalho para o desenvolvimento do Nordeste foi criado pelo decreto federal nº 40.554 de 14 de dezembro de 1956 alterado pelo Decreto 43.395 de 13 de março de 1958. Em seu Regimento, o Grupo de Trabalho para o desenvolvimento de Sergipe apontava uma rede de vinculação com diversas entidades públicas como: o Sindicato dos Economistas de Sergipe; a Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe; o Serviço Estadual contra as secas (SECAS); a Consultoria Técnica de Assuntos Econômicos e Financeiros da Secretaria da Fazenda, Produção e Obras Públicas; o Departamento Regional do SENAC –SESC; o Fomento Agrícola; a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF); a Federação das Indústrias do estado e a Associação Comercial de Sergipe. Omo funções do grupo destacavam-se: a) proceder uma análise da estrutura e do funcionamento da economia em Sergipe; b) definir as dificuldades que se opõem à ativação do processo de crescimento econômico do estado; c) sugerir ao Conselho de Desenvolvimento providências destinadas a

apoio local de técnicos, intelectuais e políticos interessados na possibilidade da criação de uma indústria de Álcalis no estado. Solicitava ainda que o presidente interferisse pessoalmente junto ao Ministro da Viação na aquisição da Rádio para Sergipe (o prelado sabia que havia no momento duas possibilidades de concessão e solicitava uma delas), uma vez que ela estaria ancorada no “plano de educação do povo, marcadamente o povo rural”. Solicitava também Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros para continuar a construção da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões) para as obras de construção do Seminário Menor da Diocese. Mas destaca-se ainda o convite para inaugurá-las. E, por fim, solicitava o pagamento das organizações sociais do estado que não estavam recebendo auxílio e subvenções (D. TÁVORA, 20 de novembro de 1958).

Dessa maneira, D. Távora, então, passou a mobilizar seu capital social visando desenvolver seus projetos. Busca auxílio em prelados americanos e no estado o apoio em seus projetos na área agrícola sergipana. A esse tempo, inicia uma campanha apresentando o quadro socioeconômico sergipano, tanto em encontros clericais e correspondências com outros prelados, quanto via imprensa.

Ao chegar, vi que Sergipe era uma região subdesenvolvida onde o homem assalariado rural e o trabalhador proletário das cidades se encontram em condições de vida condenáveis pela reta razão e pelas leis de Deus. Não foi um mundo assim que Deus criou. Pelo contrário, é abominável aos olhos de Deus essa situação que se vem alongando há centenas de anos (...). Em Sergipe o trabalhador rural não teve nenhuma promoção social digna de sua condição de filho de Deus, criatura humana, cidadão de uma Pátria livre, que procura no seu crescimento orgânico, incorporar ao tido, os que hoje, são marginais, por culpa de muitas gerações inclusive a nossa (TÁVORA, 1958, p. 1-3).

Quando cheguei a Sergipe havia uma população de 900 mil almas. Era um grande desafio, de forma solitária empreender, contando com apenas 30 sacerdotes

fomentar o desenvolvimento do estado, dentro de um programa constante de medidas de coordenação econômica de projetos concretos, interdependentes com fixação de metas e previsão de prazos; d) Analisar as atribuições administrativas dos vários órgãos federais com atuação no Estado, visando a coordenação e melhor eficiência das suas atividades e seu melhor entrosamento com os serviços estaduais de igual natureza; e) articular-se com as entidades da administração pública e órgãos autárquicos ou paraestatais para a adoção de planos e programas que, no território sergipano, aumentem a sua eficiência e de providências que auxiliem o desenvolvimento econômico do estado. O Regimento do Grupo de Trabalho para o desenvolvimento de Sergipe, 13 de março de 1958. Arquivo da Arquidiocese de Aracaju.

⁸² O NTS (Núcleo de Trabalho de Sergipe) foi fundado em 27 de janeiro de 1959, passando a realizar seus trabalhos, sob a supervisão do Grupo de Trabalho para o desenvolvimento do Nordeste. Possuía diversos setores, a saber: Setor de Estudos e Planejamento; Setor de Produção Agro-pecuária; Setor de Produção Industrial; Setor de Energia Elétrica; Setor de Transportes e Comunicação; Setor de Crédito e Tributação; Setor de Cooperativismo e Assistência Social. Para execução de serviços, o NUT contava com uma Secretaria Executiva que funcionava junto à Consultoria Técnica de Assuntos Econômicos e Financeiros da Secretaria da Fazenda, Produção e Obras Públicas. O Governo do Estado comprometia-se em enviar técnicos e servidores necessários à execução dos Trabalhos. A Igreja, representada por D. Távora, intermediava os projetos e recursos. Compunham o NTS, o Prof. José Cruz (Federação das Indústrias); Dr. Adolfo Barreto Ávila (Caixa Econômica Federal); Dr. Jorge Oliveira Neto; Dr. Augusto Pereira de Azevedo; Dr. Carlos Alberto Sampaio, Dr. Gileno Lima; Dr. Paulo Figueiredo (Presidente das Federações das Indústrias); Dr. Passos Porto; Dr. Moacyr Wanderley; Dr. Orlando Dantas; Dr. Bonifácio Fortes; Dr. João Cardoso; Dr. Aloísio de Campos. Regimento do NTS, 27/01/1959. Arquivo da Arquidiocese de Aracaju.

diocesanos. O povo vive em estado de lástima, destacadamente o povo rural. Se faz necessária a intervenção espiritual, mas também real da Igreja. Se faz ainda premente a necessidade desta Província Eclesiástica crescer (...) A febre de desenvolvimento econômico sacode o país, de ponta a ponta. O progresso que se espera desse fenômeno, as perspectivas de riqueza que se rasgam em face do futuro e o esforço que essa realidade representa para nossa libertação de uma realidade subdesenvolvida, encontram de nossa parte, simpatia, aplausos e incentivo (TÁVORA, 1958, p. 1-4).

(...) Todas as iniciativas que congreguem os trabalhadores para sua promoção humana e cristã merecem nosso apoio caloroso e efetivo, como uma constante posição que o Episcopado brasileiro vem tomando em favor das legítimas aspirações operárias. Todavia nosso pensamento não se volta só para os operários, mas para o dirigentes de empresas, num apelo da maior importância, no sentido de que examinem, em profundidade seus critérios de relações humanas em face de seus empregados e operários, comparando estes critérios com a doutrina social cristã (...) Porque a mesma preocupação que nos ocorre relativamente ao operariado urbano angustia-nos quando pensamos em milhões de trabalhadores rurais que já e hora de atender em programas completos de cooperação social e educativa, até mesmo criar o ambiente propício à reforma agrária que virá, que está batendo a nossa porta, infelizmente sem aquela preparação necessária às soluções destinadas a mudar a fisionomia econômico-social de um povo inteiro. Enquanto esta reforma não chega, impõe-se uma mudança de atitude no tratamento das populações rurais esquecidas, na imensidão de nosso território (TÁVORA, 1958, p. 8).

Entretanto, desde 1959 D. Távora já havia elaborado seu planejamento em relação ao estado de Sergipe, uma vez que sua administração lastreou-se na ação direta do clero em diversas frentes de desenvolvimento econômico no estado. No Encontro Nacional dos Bispos do Nordeste, ele apresentou o projeto de sua administração para Sergipe. Como eixos-base de sua administração apontava:

- a) O desenvolvimento de um Plano Piloto de Eletrificação Rural a partir de convênio com a Comissão do Vale do São Francisco, dirigida pelo Dr. José Arruda de Albuquerque (ALBUQUERQUE, 1961). Para o programa a Arquidiocese de Aracaju forneceu material didático, treinamento aos supervisores e enviou os técnicos elétricos.
- b) Patrocínio do Curso de Dirigentes Agrícolas em Sergipe em 1960, fomentando através deles, os clubes agrícolas no interior do estado buscando desenvolver nestes clubes, a horticultura, a jardinagem e cunicultura (CALDAS, 1961);
- c) Implantação, em quase todos os municípios sergipanos, dos sindicatos rurais, unindo trabalhadores e mantendo-os sob o controle da “nova Igreja”, que, ao tempo em que se mostrava sensível aos problemas das massas trabalhadoras, inculcava concepções de reivindicações controladas, sem recorrer ao uso da força, fato difundido como dever do verdadeiro cristão;
- d) Criação de comissão de trabalho juntamente com o Sr, Aloísio de Campos a criar um grupo de trabalho voltado à industrialização no estado. Neste documento, o prelado

informa que o aconselhamento para o presidente é o da industrialização das matérias-primas sergipanas, a salgema e o coco (TÁVORA, 1961);

e) Criação de armazéns e celeiros de estocagem⁸³ na capital e em quatro interiores do estado de Sergipe, a saber: Itabaiana, Nossa Senhora da Glória, Estância e Propriá, todos dirigidos pela COTRINAG (Comissão de Organização da Triticultura Nacional e Armazenamento Geral), fixando uma capacidade de 3000 toneladas para Aracaju e 4000 toneladas para os outros municípios, o que permitiu uma estocagem de 19.000 toneladas de grãos. A exploração dos armazéns era decidida em reunião de uma comissão formada por representantes locais do Banco do Brasil S.A, Banco do Nordeste do Brasil S.A, da COTRINAG e da Arquidiocese de Aracaju em harmonia com o Projeto de Abastecimento de Aracaju (Decreto 46.361). A contrapartida para a participação do estado era garantir ao pequeno produtor a cobrança de taxas abaixo do mercado, facilidades no financiamento, auxílio na colocação do produto no mercado, além da criação de um fundo rotativo destinado à preparação de projetos de crédito orientado através do Grupo de Trabalho dirigido pela Arquidiocese.

Como desdobramento destas primeiras ações deu-se em 1959 a criação da SUDENE, projeto marcadamente influenciado pelos estudos e ideias do referido prelado, apoiado pela CNBB com o apoio do governo federal que solicita um estudo dos bispos nordestinos sobre a região. Na Primeira Reunião da Província Eclesiástica de Aracaju, a 28 de maio de 1961 (ARQUIDIOCESE METROPOLITANA DE ARACAJU. 1961), a pauta elaborada pelo arcebispo objetivava seu interesse em discutir a situação religiosa, social e educacional das populações sergipanas, enquanto que deveria ser empreendida uma pesquisa imediata em toda a Província Eclesiástica visando identificar os problemas dos paroquianos.

No documento fica clara a disposição da Igreja em trabalhar junto com os poderes públicos e com as instituições particulares. Discutiu-se ainda a reforma do Seminário Arquidiocesano de Aracaju (modernização da forma arquitetônica, aperfeiçoamento do seu aparelho pedagógico, apoio as obras das vocações sacerdotais), a criação do MEB e uma nova política econômica para o homem do campo. Nessa ocasião Dom Távora deixa clara sua posição em relação à Reforma Agrária:

Não é raro encontrar pessoas assustadas com as posições de bispos e sacerdotes em favor da Reforma Social profunda, de uma reforma agrária autêntica ou de uma recomposição do mundo em que a Justiça Social seja a mestra dos homens nas suas relações econômicas e de trabalho [...] Definimo-nos em favor de uma Reforma Agrária, como um conjunto de medidas jurídico-sociais e econômico-financeiras que através de uma revisão da atual estrutura agrária vise a realizar a promoção do

⁸³ Decreto 46.364 que dispõe sobre a construção de uma rede de armazéns e celeiros no Estado de Sergipe datado de 07 de julho de 1959. Arquivo da Arquidiocese Metropolitana de Aracaju.

homem rural e integrá-lo na comunidade nacional [...] A prudência e a experiência nos impõe lembrar que a reformulação das relações do homem com a terra, no Brasil, deve se fazer levando-se em conta as condições diferenciais de cada estado e, dentro de cada estado, talvez as diferenciações de cada zona ou atividades específicas. Mas, enquanto não chega à hora da reforma agrária, queremos aplaudir e apoiar todos os esforços que poderíamos chamar de projetos-piloto de revisão agrária – públicos ou particulares – os quais vão aparecendo em diferentes partes do Brasil, e mesmo entre nós, o caso do Treze (Município de Lagarto) que saudamos e abençoamos com alegria (PELOS SINDICATOS...,1962, p. 6).

Em carta ao presidente Jânio Quadros, em 1961, D. Távora solicitava novos recursos para continuação das obras no estado, enquanto em que informa também o potencial de produção do estado:

[...] este plano, Senhor Presidente, permitirá ao Estado estocar seus excedentes de safra, financiá-los convenientemente por intermédio dos bancos oficiais, objetivando o equilíbrio dos preços através do abastecimento regular e honesto das populações, na época da entre-safra [...]. Por feliz coincidência do destino, o Governo de Vossa Excelência na política inteiramente revolucionária no terreno da produção de alimentos, adotando mediadas de estocagem, financiamento e distribuição capazes de garantir estabilidade de preços [...] Pois bem Excelência., cm a conclusão e a boa utilização desses armazéns, Sergipe em curto prazo estará em condições de ser um dos centros pilotos da feliz política instituída por Vossa Excelência. Sob as vistas da Arquidiocese, através do Presidente da Bolsa de Mercadorias de Sergipe, fique Vossa Excelência tranqüilo, pois, em pouco tempo, esse pequeno Estado dará ao resto do Brasil uma demonstração correta de verdade do “justo preço” TÁVORA, 1961, p.1-2).

Já em 1962, esse clérigo promove o extensionismo rural⁸⁴ em Sergipe, ação que provocou resistência dos setores conservadores da economia e política sergipana. O engenheiro agrônomo Delmo Naziazeno, que integrava a equipe em Sergipe aponta:

O sistema das ANCAR surge como um projeto piloto em Minas Gerais em 1949 e se espalha pelo Brasil. Vinculava os bancos oficiais, e a Associação Brasileira de Defensivos Agrícolas. A ANCAR-SE (Instituição Nacional de Crédito Rural de Sergipe), foi uma proposta nacional que nasceu sob os auspícios da extensão rural que surgiu no Brasil em 1948, no estado de Minas Gerais. Foi uma proposta do governo do estado de Minas com o governo americano, apoiado na instituição de Nelson Rockefeller. E a extensão nos Estados Unidos era implementada a partir das Universidades. Quando trouxeram para o Brasil a mesma proposta, o estado assumia a despesa com equipamentos, técnicos, pagamentos, material para o trabalho (...). E quem trouxe essa concepção foi D. Távora junto com o Movimento de Educação de Base, e ele como lhe disse foi o patrono da extensão rural porque aqui em 1962, ainda prevalecia a política do coronelismo. Quem imperava aqui, no interior do estado eram os coronéis proprietários de terras sob os auspícios daqueles governos

⁸⁴ A Extensão Rural implementada no Brasil em 1948 por conta de um acordo com os Governos dos Estados Unidos e do Brasil, teve como local o Estado de Minas Gerais, nasceu sob o auspício de um convênio entre Governo Mineiro, Escola de Agronomia de Viçosa e a American International Association, instituição Americana presidida pelo Sr. Nelson Rockefeller. O esforço de após guerra orientava para um modelo de Estado reconstitutivo, e esta fase na extensão foi denominada de humanismo assistencialista, origem dos clubes 4-S “saber, sentir, servir e saúde” e da entidade que viria a ser copiada para todos os Estados Brasileiros a Associação de Crédito e Assistência Rural ACAR-Minas, responsável pelos trabalhos voltados para agricultores considerados nesta fase por atrasados no conhecimento e nas tecnologias. A trajetória da Extensão Rural no Estado de Sergipe, portanto, teve início em 1962 com a ANCARSE, primeiramente como um Programa Estadual e, posteriormente a partir de 1964 como Associação com personalidade jurídica e estatuto próprios, integrante do Sistema Brasileiro de Extensão Rural. Em 1975, foi criada a EMATER-SE, empresa pública estadual que passa a ser executora da Extensão Rural no Estado (NAZIAZENO, 2011).

conservadores, direitistas, violentos, por isso, antes, a ideia da extensão rural no estado tinha sido rejeitada, aquilo era novo para eles, incomodava. Já se falava muito na reforma agrária que é de fins dos anos de 1940. (...). E aqui em Sergipe eles rejeitaram a extensão, então D. Távora assumiu praticamente a coordenação para implantar a extensão rural aqui. Inclusive o próprio estatuto da ANCARSE tem a letra dele, ele faz uma correção no estatuto, que é um documento histórico sobre a extensão no país. (...) Posso dizer que a Igreja começou a reforma agrária em Sergipe, foi ela que começou, depois veio um programa de colonização do estado (NAZIAZENO, 2011, entrevista gravada).

A primeira experiência do modelo extensionista, para atender aos pequenos produtores do estado de Sergipe, teve início em 24 de abril de 1962, numa parceria entre a ANCAR (Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural), uma sociedade sem fins lucrativos com sede em Recife, o Governo do Estado, o Banco do Nordeste e a Arquidiocese Metropolitana de Aracaju para criação da ANCARSE (Associação Nacional de Crédito e Extensão Rural em Sergipe), uma associação que também não visava lucro, com sede e foro na cidade de Aracaju. A política da ANCARSE estava baseada no humanismo assistencialista dos clubes 4s: “*saber, sentir, servir, saúde*”. Dentre os objetivos prioritários do órgão, estavam o trabalho junto aos pequenos produtores rurais, o fomento à cooperação do trabalho cooperativo, a educação visando modificar hábitos e atitudes da família, e a ampliação da produção e produtividade⁸⁵.

Assim, partindo da experiência do extensionismo, a Igreja chegou em 1967 lastreada pelas doações locais e de prelados americanos e espanhóis, a angariar recursos para a compra de cinco áreas nos municípios de Maruim (1ª experiência), Santo Amaro das Brotas, Divina Pastora, General Maynard e Santa Rosa de Lima com o objetivo de criar as primeiras colônias agrícolas comunitárias do estado, a partir do projeto denominado PRHOCASE (Promoção do Homem do Campo em Sergipe), denominando-se os técnicos envolvidos nesta empreitada de “sacerdotes rurais”.

No estado, existia a concepção de que todos nós que integrávamos estes programas, éramos sacerdotes, falava-se no sacerdócio da extensão rural. A própria concepção de sociedade sem conflito fazia com que o movimento de certa forma, fosse religioso (...). Na época desse sacerdócio da extensão rural você tinha a orientação de trabalhar a família, orientar ao pequeno agricultor. Depois de mobilizar e apoiar o pequeno agricultor, fato que tinha como objetivo minimizar a miséria, produto do capitalismo, iniciava-se um trabalho muito lento de conscientização e que buscava cobrir várias frentes. Então foi muito importante a participação da Igreja nesse início, apoiando, gerando recursos, com o sistema de educação para o produtor. Ele começou muita coisa, mas a gente somente foi entender a importância do trabalho de D. Távora muito depois, na década de 1970 e mesmo alguns anos após a ditadura. Era proibido se comentar na época. Por exemplo, alguns documentos a gente somente foi ter acesso depois, eles não apareciam, era uma coisa camuflada, escondida, a própria Igreja não tinha interesse em divulgar o trabalho do D. Távora,

⁸⁵Estatuto do Serviço de Extensão Rural de Sergipe – ANCARSE, 1962. Arquivo da Arquidiocese Metropolitana de Aracaju.

não tinha e não tem até hoje. Falava-se que ele era importante para o início da extensão rural no estado, mas as lutas que foram travadas para que isso acontecesse, a sociedade como um todo, não participou disso, foi muito camuflado, muito fechado. Depois da ditadura a Igreja afastou-se mais, a gente não tinha contato com D. Luciano. Ele incorpora uma colônia em Maruim e deu continuidade, mas foi se extinguindo. E esse trabalho foi extinto completamente em fins dos anos de 1970.

Logo após a implantação da Tutela Militar (1964-1985), a reforma agrária foi extinta e as colônias ficaram sob total controle do governo militar, não sem enfrentamentos futuros. Em princípios dos anos de 1970 a relação que os órgãos oficiais passam a ter com o produtor rural muda. O antigo controle que pertencia às empresas coordenadas pelos estados, conforme as especificidades locais, é substituído pela coordenação federal com a criação da EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) que impõe os parâmetros de forma pré-determinada. A antiga produção assistida e voltada para abastecer o estado e promover as feiras no território sergipano e a situação econômica do pequeno produtor, modifica-se. Os produtores rurais agora são impulsionados a produzir matéria-prima para a indústria, e em contrapartida, absorver obrigatoriamente, a produção de insumos e fertilizantes no país.

A agricultura como suporte à Indústria, ou seja, fornecedor de matéria-prima interessava, e os grandes grupos industriais quiseram manter a extensão rural, porque, além disso, nos anos de 1970 nós tivemos o que se chamava de a Revolução Verde, foi uma reação conservadora da agricultura, porque a agricultura era vista como compradora de insumos. Então os técnicos agrícolas e os agrônomos eram julgados na empresa pela quantidade de insumos que vendia, pela quantidade de defensivos que vendia, pela quantidade de pulverizadores, máquinas agrícolas. Nessa época eu estava em Simão Dias e minhas metas eram quanto mais adubos, quanto mais defensivos, quanto mais pulverizadores melhor. Quanto mais eu repassava para o agricultor, eu era considerado um técnico capaz, ao ponto de eu passar litros e litros de defensivos, e o agricultor dizer, “mais eu tenho isso desde o ano passado e ainda não apliquei, porque não precisou, esse veneno eu ainda tenho”. Eu dizia, mais o senhor é obrigado a levar. Então nós obrigávamos a eles a comprar mais veneno para a agricultura (NAZIAZENO, 2011, entrevista gravada).

Desse modo, infere-se que após a consolidação das forças ditatoriais na condução dos problemas do estado, as políticas públicas de atendimento ao pequeno produtor em Sergipe, elaboradas a partir da aliança Estado/Igreja se alteraram. O projeto anterior que tinha como foco um atendimento às necessidades básicas do homem do campo, como garantia de renda, saúde e educação, visando uma maior autonomia dos atendidos, foi desarticulado ou transformado. O novo modelo privilegiava, principalmente, os interesses estatais em aliança com empresas estrangeiras que ampliaram sua ação no país. Por sua vez, as colônias agrícolas, que anteriormente foram implantadas pela ação de D. Távora em conjunto com o governo democrático no período anterior ao golpe militar, passaram ao controle do estado, tendo a

Igreja local, na figura do então novo arcebispo D. Luciano Cabral, se afastado do processo de desenvolvimento rural no estado.

4.4. “De Aracaju só sairei morto”

São 3h30 da manhã: acaba de partir, para o Pai, em Aracaju, D. Távora, o meu querido Eu! Que acontece quando morre aquele com quem se tem um pacto de unidade?...Quando em Fortaleza, iniciava minha vida sacerdotal, e o apostolado com os trabalhadores (trabalhadores, filhos de trabalhadores) intelectuais (professores) e juventude, ele, como seminarista, vibrava, no Recife. Lia os artigos de Agathon e de Alceu da Silveira. Já havia sintonização. (...). Depois tantos anos juntos! Vai nos ajudar no céu (...). Vai ajudar em todos os nossos trabalhos, que ele considerava seus (...). Foi na frente. Um pouco na frente. O que nos vale é o que tínhamos, e temos, e teremos pacto de unidade com Cristo! E estamos em plena Semana da Ressurreição! (...) Tudo passará tão depressa! Em breve nos encontraremos na Casa do Pai. Relembraremos juntos nossos sonhos, nossos anseios, sempre muito mais largos do que a gota d`água que acabamos tendo nas mãos. Gota d`água que só não se perde, mas, ao contrário, ganha valor infinito, porque a depositamos no Cálice da Oferenda. Bênçãos Saudosas do Dom (CÂMARA, 1970, p.1-3).

Em 1967 o estado de saúde de Dom Távora começava a inspirar cuidados, o que resulta em uma licença de dois meses. A partir daí cardíaco e diabético, foi preciso afastar-se de suas atividades tanto no jornal A Cruzada, como na Rádio Cultura que passaram à responsabilidade do bispo auxiliar, D. Luciano Cabral Duarte. Posteriormente, em 1969, é vitimado pelo segundo enfarte. Em janeiro de 1970, o estado se agravou e ele se transfere do Palácio Episcopal para sede do Centro de Treinamento de Líderes na capital (já não podia subir as escadas de sua residência). Finalmente em 03 de abril de 1970 o prelado veio a falecer em terras sergipanas (SERGIPE..., 1970).

A partir desse momento, uma série de homenagens póstumas⁸⁶ foram realizadas na capital. Bispos de várias partes do país estiveram presentes às cerimônias e ao seu sepultamento, que foi presidido por D. Eugênio Sales. Todas as rádios sergipanas (Jornal, Liberdade, Atalaia, Difusora, Esperança de Estância, Cultura) transmitiram as solenidades fúnebres, no que foi denominado de “Cadeia da Fraternidade”. Os colégios, as paróquias,

⁸⁶ O Velório teve duração de 24 horas e estiveram presentes além de familiares, autoridades, familiares e religiosos, comitativas do Seminário e dos Colégios Arquidiocesano, Salvador, Salesiano, Nosso Senhor do Bomfim, Colégio Estadual de Sergipe, Colégio Jackson de Figueiredo, Pio X, Tiradentes, Escola Normal, Colégio de Aplicação as Paróquias Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora de Fátima, Santo Antônio e Espírito Santo, Catedral, Treze de Julho, São Judas Tadeu, Nossa Senhora do Rosário, São Pedro Pescador, Santa Luzia, São Pio X, Congregações de Nossa Senhora de Sion, Congregação Santa Teresinha, Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição, Irmãs Camilianas e Missionárias do Bom Conselho, Irmãs Portuguesas, Missionárias de Jesus Crucificado, Liga de Adoração Católica, o governador e o prefeito, acompanhados de todo seu secretariado, a família Teixeira, e a Família Franco (FLASHES...,1970).

congregações e famílias sergipanas de destaque prestaram homenagens solenes ao prelado. Os poderes constituídos em Sergipe manifestaram-se. O governador Lourival Batista e o prefeito Aloísio de Campos decretaram luto oficial por três dias. A empresa Nosso Senhor do Bomfim colocou alguns ônibus à disposição da Arquidiocese de Aracaju para transportar o povo das paróquias à Catedral. A multidão não cessava de chegar ao centro da capital, grupos oravam e muitos choravam e se aglomeravam nas imediações do parque Teófilo Dantas. Realizou-se uma missa comandada por cinco bispos e 50 padres. Ao seu término, seguiram em procissão, da Matriz ao Seminário Diocesano, e no retorno o corpo de D. José Vicente Távora foi sepultado na Catedral Metropolitana de Aracaju. Mas, no Rio de Janeiro, foram realizadas duas celebrações. Uma missa na noite de seu sepultamento e outra, uma semana depois pela família e pelo Conselho Diretor do Movimento de Educação de Base (MEB), ambas na Igreja da Candelária.

Nas semanas seguintes vários artigos jornalísticos foram publicados em Aracaju, tanto por religiosos quanto por intelectuais, abordando lembranças, opiniões “apaixonadas” nas quais o prelado é comparado aos “santos sociais”. Outros destacavam suas realizações em prol dos mais carentes. Destacou-se neste intento localmente a escritora Carmelita Pinto Fontes (Gratia Montal), D. Luciano Cabral Duarte, a jornalista Clara Angélica, o vereador Milton Santos, o desembargador Luiz Rabelo, e a advogada e escritora Juciara Leal, dentre outros.

Contudo, a repercussão de seu falecimento ultrapassou as fronteiras de sua Arquidiocese Metropolitana. Em outros estados, intelectuais como Luis Carlos Villaça e Tristão de Athayde manifestaram-se em seu passamento. Esse último afirmava que D. Távora assim como outros *reformistas* “faziam parte da Igreja do Silêncio, que convivia com a Igreja visível. (...) esta Igreja do Silêncio é aquela que anuncia os dias de amanhã” (ATHAYDE, 1970). O senador José Leite em discurso no Congresso Nacional, destacou a vida e os feitos de D. José Távora, e foi seguido por senadores de outras localidades do Brasil. Guido Mondim (RS), José Vasconcelos Torres (AL) e Gilberto Marinho (RJ), citaram-no como “príncipe da Igreja que adquiriu de fato, à expressão nacional”, “luzeiro do episcopado nacional que realizou no Rio de Janeiro em 50, esplendorosa obra”; “comunicador que soube expressar a Doutrina” (LEITE, 1970; O CORPO ..., 1970; O CONVICTO, 1970; O VELHO..., 1970).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envolvimento de clérigos nas questões sociais no Brasil foi um dos processos que marcou a dinâmica do campo religioso católico brasileiro a partir da década de 1930. Fazendo parte desse processo de engajamento do clero com o povo, numa espécie de “militância religiosa”, estava o grupo *reformista* clerical. Defendendo em consonância com esse grupo, a ação efetiva do clero junto aos excluídos, D. José Vicente Távora (1910-1970), padre pernambucano, ganhou visibilidade nacional, galgando diversificados postos no interior da Igreja católica, na defesa de “progressos” na área social. Após tornar-se bispo no Rio de Janeiro, e já identificado nacionalmente como “bispo dos operários”, chegou a Sergipe em 1958 e nesse estado, passou a desenvolver programas assistenciais e de mobilização das massas sergipanas.

Para entender tal processo, que compreende uma guinada da Igreja progressista em Sergipe, é preciso compreender como a partir do arcebispado de D. Vicente, seu promotor, uma série de ações sociais foram implantadas no estado. A teoria de Pierre Bourdieu foi o norte que guiou tais intentos, por ser a que melhor coaduna com os objetivos traçados para a presente pesquisa.

Entende-se, com base nessa teoria que no “campo dos possíveis”, ou seja, dentro das possibilidades apresentadas pelo campo católico brasileiro e a partir de um determinado *habitus*, moldado na “militância religiosa” ainda em tempos de seminário e atuando em consonância com os projetos do clero a partir da era Vargas, Vicente Távora galgou diversos postos e angariou experiências nacionais e internacionais, ganhando expressão, o que lhe facultou ascender à hierarquia eclesiástica brasileira.

Nessa dinâmica destacou-se como um epíscopo *reformista*, voltado à resolução das questões sociais no país, buscando, juntamente com seus pares, promover um trabalho social para as massas e uma maior mobilização do laicato. O fato de integrar a esfera de decisão dos *reformistas*, fortemente atrelados aos governos populistas que voltaram a ganhar força no Brasil após a Segunda Guerra Mundial, e mobilizando setores díspares da sociedade, ajudou a consolidar na capital federal uma imagem de assistente espiritual e material do operariado carioca. Esse fato além de contribuir para sua ascensão a uma posição hierárquica em seu campo de ação, auxiliou nas diversas “imagens” a ele atribuídas, aumentando assim, seu capital simbólico.

Ao transferir-se para Sergipe, em 1958, além das ações assistenciais institucionalmente aprovadas pela *doxa* clerical, Dom Távora iniciou também práticas

consideradas “perigosas”, tanto para a imagem nacional da Igreja, como para a manutenção do *status quo* dos grupos detentores do poder local.

Dessa maneira, em Sergipe, utilizando-se do volume de capitais adquiridos em seu percurso no interior da Instituição católica e no “mundo social”, da visibilidade nacional alcançada e do apoio de governos e da CNBB, buscou mobilizar diversos setores da sociedade, englobando políticos, intelectuais, estudantes, senhoras da sociedade, técnicos e empresários para efetivação de novos projetos em direção ao que se denominou chamar de “Igreja dos pobres”, a exemplo da reforma agrária e da educação de base. Esses projetos os quais localmente contribuíram para consolidar novas representações sociais acerca desse agente.

Entretanto, apesar da mobilização de diversos setores do laicato, esta materializada nas inúmeras ações de D. Távora no território sergipano, e do apoio governamental em diversos projetos e do poder simbólico deste prelado, houve também, uma sistemática oposição às ações sociais implantadas na sua prelazia. Setores mais conservadores de políticos e proprietários rurais, bem como os do clero local, liderados pelo bispo Luciano Cabral Duarte, entendiam que suas ações denotavam um desejo de transformação no *status quo*, o que levantou suspeitas, investigações e ações no sentido de suprimir ou modificar os projetos inicialmente elaborados por este epíscopo. Isso se concretizou após o golpe militar em 1964.

Após os primeiros anos, esse prelado constituiu um conjunto de práticas frente à diocese e, posteriormente, na Arquidiocese Metropolitana de Aracaju. Porém, após a implantação do novo governo, seus principais projetos foram sendo paulatinamente assumidos por Dom Luciano Cabral, agente representante da ala conservadora da Igreja. Ao assumir a hegemonia do campo católico sergipano, Dom Luciano se alinhou ao poder constituído pós-golpe e reestruturou alguns dos projetos iniciados por Dom Távora, a exemplo do MEB (Movimento de Educação e Base) e da assistência agrária. Outros, inclusive, foram desmobilizados como o programa agrícola dirigido pela Igreja nas colônias rurais. Entre os principais motivos para o fim desses programas e para o esvaziamento do poder de D. Távora, pode-se destacar a desconfiança e vigilância dos militares por sobre este pároco, o encerramento ou modificação dos rumos de seus empreendimentos e o agravamento de seu estado de saúde, que quando já diabético, culminou num segundo infarto.

Pelo que se infere, as atitudes do epíscopo constituíram-se ponto de discórdia e disputa entre os grupos componentes do campo católico brasileiro e foram combatidas, após 1964, pelo governo militar. Contudo, também contribuíram para reforçar outras representações acerca desse prelado, distinguindo-o como um “indivíduo singular”, “único”, “movido em

suas práticas, somente pelo desejo pessoal de construir uma sociedade melhor e sem injustiças”, por “motivos e aspirações exclusivamente humanistas”. Tais imagens podem ser observadas nos seguintes capitais simbólicos: “*homem além do seu tempo*”, “*bispo dos pobres*”, “*homem vocacionado*” ou mesmo, “*bispo revolucionário*”.

Fica claro que tais “imagens” acerca desse agente estão vinculadas diretamente ao estilo sacerdotal adotado por D. Távora. Esse foi moldado em tempos de seminário e isso se refletiu em suas posturas, ações e discursos voltados ao combate direto aos problemas sociais pelos católicos, o que significou uma maior aproximação entre Igreja e os segmentos populares. Exemplo disso pode ser constatado no Rio de Janeiro, onde acumulou capital simbólico como membro do “primeiro escalão” dos reformistas ao intervir nas favelas cariocas, criando uma série de programas assistenciais, educacionais e profissionalizantes.

Essas representações acerca desse prelado, contudo, encobrem o fato de que para alcançar uma posição de destaque na hierarquia de seu campo de ação, dois fatores foram fundamentais: tipos e o volume de capitais possuídos por esse agente na estrutura clerical e o estilo sacerdotal moldado pelo *habitus*. Dessa maneira, no conjunto de capitais acumulados pelo prelado durante sua existência social, pode-se citar, em primeiro lugar, o capital simbólico herdado, a partir do nome familiar, signo de distinção no interior da Instituição católica, na qual outros membros de sua família ampla já haviam se destacado em postos hierárquicos de grande visibilidade, elucidando-a, certamente, como uma “família vocacionada”. O cultural, por sua vez, foi adquirido também através da educação formal no Seminário de Olinda, que lhe possibilitou incorporar as estruturas mentais, os conhecimentos necessários para seu reconhecimento como um representante legítimo da Igreja, bem como lhe propiciou novas experiências, sobretudo nas áreas jornalística e de ação junto aos trabalhadores em alguns estados brasileiros, desenvolvendo um estilo sacerdotal voltado à ação efetiva junto aos segmentos populares.

Com esses recursos acumulados, Dom Távora vinculou-se diretamente ao grupo *reformista*, que, em disputa com os *conservadores*, buscou “inovar” a estrutura clerical brasileira, ligando-se de forma efetiva aos anseios sociais das camadas populares. A partir dessa adesão e lastreado pelo fato da ascensão dos reformistas no interior do campo católico brasileiro por quase duas décadas, esse agente conseguiu acumular outros tipos de capitais, materializados na aproximação efetiva dos grupos de poder nas esferas religiosa, cultural e política do país, a partir dos postos ocupados e experiências internacionais, principalmente nos anos de 1950 e 1960.

Infere-se, portanto, que Távora diante dos postos institucionais que ocupou, conseguiu: inserção em outros campos e alcançou a prelazia, cargo da hierarquia clerical, distinguindo-se a partir do trabalho social nas favelas capital federal, a estreita aproximação com o cardinalato carioca e a mobilização do laicato em prol dos projetos reformistas, ganhou visibilidade nacional, aumentando, assim, seu capital simbólico. Converteu-se em “religioso militante”, sem, contudo, abrir mão da estrutura de privilégios e do poder simbólico que o cargo de epíscopo lhe proporcionava e, a partir do qual, mobilizou diversos extratos sociais para seus projetos assistenciais e educacionais.

Por fim, após a deflagração do golpe militar, a perseguição que passou a sofrer por parte do regime e acometido por alguns problemas de saúde, D. Távora se foi afastando da direção de diversos projetos por ele idealizados, os quais passaram ao controle direto de seu bispo auxiliar, D. Luciano Cabral Duarte, um membro do grupo conservador, que, após ascender ao arcebispado com o falecimento de D. Vicente, vítima do terceiro enfarto, mais uma vez, redirecionou para o conservadorismo a Igreja em Sergipe aproximando-se do novo governo constituído, reformando alguns projetos sociais e abandonando outros.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Arruda de. **[Para] Dom José Vicente Távora**, Aracaju, 14 jul. 1961. Carta. Acervo da Arquidiocese Metropolitana de Aracaju.

ALENCAR, Clodoaldo. **Comemorações dos 40 anos da Rádio Cultura**. Aracaju, 1999.

ALMEIDA, Dulce Barros. Configurando a educação Inclusiva e suas etapas históricas. In: FREITAS, Soraia Napoleão. (Org.). **Diferentes contextos de Inclusão Social**. Santa Maria: Pallotti, 2006.

ANDRADE JÚNIOR, Péricles Moraes de. O Campo Religioso Brasileiro Contemporâneo In: **História das Religiões no Brasil**, v. 4. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

ANDRADE JÚNIOR, Péricles Moraes de. **Sob o olhar diligente do pastor: a Igreja católica em Sergipe**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2010.

ARACAJU. Prefeitura Municipal de Aracaju. **Ofício criando a taxa municipal assistencial**. Aracaju, 19 jun. 1962.

ARAGÃO, Luiz Otávio de. 165 menores recebem do SAME em Sergipe, através de 17 colégios e orfanatos na Capital e no Interior. **A Cruzada**, Aracaju, ano 23, n. 1069, 29 nov. 1958.

ARQUIDIOCESE METROPOLITANA DE ARACAJU. **[Para] Cardeal Confalomieri, comissário Pró América Latina, 29 nov. 1961** Vaticano. Aracaju. Carta.

ARQUIDIOCESE METROPOLITANA DE ARACAJU. **Ata da Primeira Reunião da Província Eclesiástica**. Aracaju, 28 maio 1961.

ARQUIDIOCESE METROPOLITANA DE ARACAJU. **Cartas do Comendador Ariston Azevedo**, 1958, 1962, 1965. São Paulo.

ARQUIDIOCESE METROPOLITANA DE ARACAJU. **Livro de Tombo**, p.172, 1960.

ARQUIDIOCESE METROPOLITANA DE ARACAJU. **Projeto da Rádio Cultura**, (esboço), 1958.

ARQUIDIOCESE METROPOLITANA DE ARACAJU. **Regimento do Grupo de Trabalho para o desenvolvimento de Sergipe**, 13 mar. 1958.

ARQUIDIOCESE METROPOLITANA DE ARACAJU. **Regimento do NTS**, 27 jan. 1959.

ARQUIDIOCESE METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. **Decreto 92**, 27 maio 1940, Rio de Janeiro, 1940.

ATHAYDE, Tristão de. **A igreja do silêncio**. Recife, 9 maio, 1970.

AZEVEDO, Alberto Bragança de. Uma atitude do bispo diocesano que define diretrizes. Aracaju, **A Cruzada**, ano 23, n. 1058, 13 set. 1958.

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação**

a partir do povo: Tomo II/3-2: terceira época 1930-1964. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008 (Coleção História Geral da Igreja na América Latina).

BANDEIRA, Marina. Dom Távora. Entrevista concedida a Patrícia Fachin em 2003. **Revista do Instituto Humanitas**. Unisinos, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1987.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **A formação de padres no Nordeste do Brasil (1894-1933)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

BARROS, Francisca Argentina Góes. **Movimento de Educação de Base (MEB) em Sergipe (1961-1964): Uma Reconstituição Histórica**. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1995.

BEOZZO, José Oscar. Religião e Estado na história do Brasil. **Veredas**. Belo Horizonte, ano 1, n. 1, p. 107-124, 2000.

BONIN, Robson. ‘**Nunca tinha visto uma guerra**’, diz padre sobre conflito em cidade goiana. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/01/nunca-tinha-visto-uma-guerra-diz-padre-sobre-conflito-em-cidade-goiana.html>). Acesso em: 28 jan. 2011.

BOTELHO Carlos. Foto do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional. Rio de Janeiro 1955. **O Cruzeiro**. 1 fotografia p&b., 27 agosto de 1955, p.33.

BOTELHO, Carlos. Foto de D. Jaime Câmara. **O Cruzeiro**, ed. 43, ano 27 ago. 1955. p.10. 1 fotografia, color.

BOTELHO, Carlos. Foto de Dom Távora “Bispo dos Operários”. **O Cruzeiro**, ed. 43, ano 27 ago. 1955. p.11.

BOUDIEU, Pierre. **A prática social entre o campo e o habitus** In: MOCELIN, Daniel G. 2010. Disponível em: <http://fatosociologico.blogspot.com/2010/05/pierre-bourdieu-pratica-social-entre-o.html>. Acesso em: 12 jun. 2010.

BOURDIEU, P. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI. Afrânio (Orgs). **Escritos de educação**. Petrópolis, Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. 7. ed. Campinas, São Paulo: Editora Papyrus, 2005.

BRASIL. Decreto 46.364 de 1959 que dispõe sobre a construção de uma rede de armazéns e celeiros no Estado de Sergipe datado de 07 de julho de 1959. **Diário Oficial da União, 1959**.

CABRAL, Florêncio M. Grandes famílias de Orobó e Nazaré da Mata. In: **Memórias do Capitão Aguiar**, 1934.

CALDAS, Maria Augusta. [Para] **Dom José Vicente Távora**, Estância, 12 ago. 1961. Carta. Acervo da Arquidiocese de Aracaju.

CÂMARA. Hélder . **Abertura da AJP para o plano mundial 34º Circular**. Recife, 03 abr. 1970.

CARDOSO, Hunald Santaflor. Discurso. 1958. **A Cruzada**. 12 abr. 1958.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HELDER CAMARA (CEDOHC). **34ª Carta Circular de Dom Hélder Câmara de 03 de abril de 1970**. Recife

COBRA, Maria J. Távora. **Contribuição à Genealogia dos Távora no Brasil**. Brasília: Editora Cobra Pages, 2007.

COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DO COLÉGIO SANTA CRISTINA. **Gazeta Nazaré**, Nazaré da Mata, 1935.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO (CODEVASF). **Relação de Cidades que integram o Polígono das Secas**. 1936. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/osvales/vale-do-sao-francisco/estados> Acesso em 20 maio 2010.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB) - Pastoral da Terra, **Estudos CNBB**, 9 (11). São Paulo: Editora Paulinas, 1976:120

CORTEZ, Lucili Granjeiro. **As repercussões do golpe civil-militar no Ceará**. Fortaleza, 2003.

COSTA, Carlos Correa. 'O bom pastor dá a sua vida pelas suas ovelhas' (Jó, X). **A Cruzada**. Aracaju, ano 22, 6 jul. 1957.

CRUZ, Chirley Barreto da. **Os ecos da modernidade pela voz do pastor: D. José Vicente Távora em Sergipe (1958-1970)**. São Cristóvão, 2005.

CRUZ, José Vieira da. A Juventude Estudantil em Aracaju: Trilhando seus primeiros passos. Aracaju, **Revista de Aracaju**. v. 9, Aracaju: FUNCAJU, 2002, p. 65-63.

DALE, Romeu Frei. **A Ação Católica Brasileira**. São Paulo: Loyola, 1985.

DANTAS, José Ibaré. **A tutela militar em Sergipe (1964-1984)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

DELLA CAVA, Ralph. 1975. Igreja e estado no Brasil do século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro, 1916/1964. **Estudos Cebrap**, 12, abr.-jun. p. 5-52.

DIAS, Romualdo. **Imagens de Ordem: A Doutrina Católica sobre Autoridade no Brasil (1922-1933)**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

ESQUIVEL, Juan Cruz. A composição social da CNBB e da CEA: origens, formação e trajetórias. Núcleo de Estudos Religião e Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paul. **Revista Nures**, n. 5, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.pucsp.br/revistanures> Acesso em: 28 jun. 2010.

FAUSTO, B. O Brasil Republicano. IN: **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de

Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FLASHES da última semana de Dom Távora. **A Cruzada**, Aracaju, ano 50, n. 1573, 11 abr. 1970.

FLORIDI, Ulisse Alessio S. J. **O Radicalismo Católico Brasileiro: para onde vai o catolicismo progressista no Brasil**. Tradução: Lenildo Tabosa Pessoa. São Paulo: Hora Presente, 1973.

FOLHA MARIM. **Foto aérea do Seminário de Nossa Senhora da Graça de Olinda**. 2003. 1 fotografia, color., Disponível em: [www.folhamarim.com.br/wp-content-uploads/2010/10/seminario-olinda.jpg](http://www.folhamarim.com.br/wp-content/uploads/2010/10/seminario-olinda.jpg). Acesso em: 27 out. 2010.

FONTES, Silvério. As grandes realizações oferecidas ao povo. **A Cruzada**. Aracaju, 29 mar. 1958.

FONTES, Silvério. O que esperamos do bispo. **A Cruzada**, Aracaju, ano 23, 22 fev. 1958.

FRANÇA, Alex Sandro dos S. **A Conversão de D. José Brandão de Castro: A Ação Social de Mediadores Religiosos na Diocese de Propriá – SE**. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo, 17 set. 1961.

FUNDAÇÃO LEÃO XIII. **Foto (antes) da Favela do Morro dos Telégrafos, Rio de Janeiro, março de 1948**. 1 fotografia, p&b., Acervo da Fundação Leão XIII.

FUNDAÇÃO LEÃO XIII. **Foto (depois) da Favela do Morro dos Telégrafos, Rio de Janeiro, dezembro de 1948**. 1 fotografia, p&b., Acervo da Fundação Leão XIII.

FUNDAÇÃO LEÃO XIII. **Foto do Lactário instalado pela Assistência Social da Arquidiocese (ASA) e Legião Brasileira de Assistência (LBA) no Morro da Mangueira, Rio de Janeiro em 1949**. 1 fotografia, p&b., Acervo da Fundação Leão XIII.

FUNDAÇÃO LEÃO XIII. **Histórico das Obras nas favelas do Rio de Janeiro**. 1948. Manuscrito, 7p.

FUNDAÇÃO MANUEL CRUZ. **Ata de 12 de abril** de 2008. Aracaju

GESTEL, C, Von. **A Igreja e a Questão Social**. Rio de Janeiro: Agir, 1956.

GONÇALVES, Marcos. Fontes para a História da Imprensa Católica Popular no Brasil: A Revista Ave Maria. **Revista Histórica**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. ed. 15 out. 2006. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao15/materia03/>, Acesso em: 13 jan. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Densidade Demográfica de Sergipe**, Brasília: IBGE, 1960.

INSTITUTO DO CEARÁ. **Biografia de Guilherme Chambly Studart**, 1956. Disponível em: [HTTP://www.institutodoceara.org.br/Ver-apresentação/RevPorAnoHTML/1956TEindice.html](http://www.institutodoceara.org.br/Ver-apresentação/RevPorAnoHTML/1956TEindice.html). Acesso em: 20 maio 2010.

- JESUS, Carlos. R. **Dom Coutinho: o bispo emérito de Fortaleza**. Fortaleza: 1998 (manuscrito).
- LEÃO XIII. “Carta Encíclica *Rerum Novarum*: sobre a condição dos operários” 1891. Leão XIII (Coleção Documentos Pontifícios). São Paulo: Edições Loyola, 2003:13.
- LEITE, Luiz Rabelo. Ação católica aberta aos problemas de seu tempo e de seu meio. **A Cruzada**, Aracaju, 29 mar. 1958.
- LEONOR, Ana. Quem dará um passo adiante? **A Cruzada**, Aracaju, ano 23, n. 1038, 26 abr. 1958.
- LIRA, José Luís. **Um bispo da Igreja: Dom José Bezerra Coutinho**. Fortaleza: Premius Editora, 2003.
- LUSTOSA, Oscar. **A Igreja Católica no Brasil República**. São Paulo: Paulinas, 1991.
- MAINWARING, Scott. **A Igreja e a Política no Brasil (1916-1985)**. Tradução Heloísa Braz de Oliveira Prieto. Editora Brasiliense, 1989.
- MARIA, Júlio. **A Igreja e a República**. Brasília: Editora da UNB, 1981.
- MARTINA, Giacomo. **História da Igreja de Lutero a nossos dias. IV A Era Contemporânea**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2009.
- MIRANDA, Petrônio de. **Foto de D. José Vicente Távora, o governador do estado de Sergipe, Leandro Maynard Maciel e D. Hélder Câmara no recém-inaugurado Aeroporto Santa Maria em 1958**. 2008. 1 fotografia, p&b., Disponível em: www.olharjornalístico.com.br/wp-content/uploads/IOM1.jpg. Acesso em: 15 out. 2010.
- MONTAL, Gratia. **A Cruzada**, Aracaju, 1958.
- MONTAL, Gratia. A terrível confluência. **A Cruzada**. Aracaju, 4 abr. 1970.
- MORAIS, Giselda. **D. Luciano Cabral Duarte: relato biográfico**. Aracaju: Editora J. Andrade, 2008.
- MUNDIM, Luiz Felipe Cezar. **Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva**. Dissertação de Mestrado, Goiânia, 2007.
- NASCIMENTO, Isaías. **Dom Távora, o bispo dos operários: um homem além do seu tempo**, São Paulo: Paulinas, 2009.
- NAZIAZENO Delmo. **A extensão Rural em Sergipe**, 2010. 28 jun. 2010.
- O BISPO dos operários. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 06 ago. 1955.
- O CONVICTO. **Jornal do Brasil**, Ano LXXIX, n. 307, Domingo 05 e Segunda 06 abr. 1970. Coluna do Castelo, p. 8.

O CORPO de Dom Távora será sepultado hoje na própria Catedral de Aracaju. **Jornal do Brasil**, Salvador, Ano LXXIX, n. 306, Sábado, 04 abr.1970. Política e Governo. 1º caderno (Sucursal Salvador).

O SAME agradece. **A Cruzada**, Aracaju, ano 23, n. 1055, 23 ago. 1958.

O VELHO Arcebispo de idéias modernas. **Jornal do Brasil**, Ano LXXIX, n. 310, 09 abr. 1970. Política. (Sucursal Brasília), p.11

OLIVA, João. **Entrevista** concedida à Glêyse Santos Santana. 2010, Aracaju, 10 ago. 2010.

ORGANIZAÇÃO das voluntárias. **A Cruzada**, Aracaju, ano 23, n. 1055, 23 ago 1958.

PEDROSA, Petronildo Mons. **Nazaré, terra e gente**. Recife. Centro de Estudos de História Municipal/FIAM, 1983.

PEDROSO, Maria Teresinha Távora. **Entrevista** concedida à Glêyse Santos Santana. 2010, Recife, 15 jun. 2010

PEDROSO, Maria Teresinha Távora. **Entrevista** concedida à Glêyse Santos Santana. 2010, Recife, 20 jun. 2011.

PELOS SINDICATOS rurais, reforma agrária e educação de base. **A Cruzada**, Aracaju, ano 26, n. 1343, 09 jun. 1962.

PIERRE, Oto. Processo dos Távora. In: **Os Grandes Julgamentos da História**. São Paulo, 1978, p. 23.

PILETTI Nelson; Walter PRAXEDES. **Dom Hélder Câmara: O Profeta da Paz**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

QUINVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Petrópolis: VOZES, 2008.

SANTOS, José Ozildo dos. **Dom Fernando Gomes dos Santos: o guerreiro da paz**. Goiânia, UFPA, 2008.

SEILD, Ernesto. Caminhos que levam a Roma: recursos culturais e redefinições da excelência religiosa. **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 263-290, jan./jun. 2009.

SEMINÁRIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. **Livro de Registro**, 1913-1948, p. 2.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra: bispos e militares. Tortura e justiça social na ditadura**. Trad. Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SERBIN, Kenneth P. **Padres, Celibato e Conflito Social: Uma história da Igreja Católica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SERGIPE acorda enlutado: morreu Dom José Vicente Távora. **A Cruzada**, Aracaju, ano 50, n. 1571, 04 abr. 1970.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA À MENDICÂNCIA (SAME). **Relatório do SAME**, 1960-

1961. Acervo da Arquidiocese Metropolitana de Aracaju

SILVA, Ramsés Nunes e. **Nem tanto vigiar, nem tanto punir: vozes de internas do Colégio Damas de Nazaré da Mata - PE (1934-1938)**. ANPHU, 2011.

SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tigre e o Capibaribe: os limites da Igreja progressista na arquidiocese de Olinda e Recife**. Recife: Editora da UFPE, 2006.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. **Meandros da Economia Nordestina**. História Manguinhos. v. 12 n. 1, Rio de Janeiro, jan./abr. 2005.

SOUZA, Kátia Maria Araújo; LESSA, Heleneide Vieira. O Movimento Estudantil em Sergipe-60/90: avanços e retrocessos. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS, IDENTIDADES, DIFERENÇA, MEDIAÇÕES. Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

STEIL, Carlos Alberto. A Igreja dos pobres: da secularização à mística. **Religião e Sociedade**. 19 (2). 1999.

STUDART, Guilherme. **Dicionário Bio-bibliográfico Cearense**. v. I. Fortaleza (1910-1913).

TÁVORA, José Vicente. **[Para] Bispo de San Sebastian, D. José Berizartua**, 19 nov. 1958, Carta. Acervo da Arquidiocese Metropolitana de Aracaju. Aracaju

TÁVORA, José Vicente. **[Para] Dom Jaime Câmara**, relatando a falta de liberdade pós golpe em Sergipe, Aracaju, abr. 1964. Carta. Acervo Arquidiocese Metropolitana de Aracaju.

TÁVORA, José Vicente. **[Para] Excelentíssimo Senhor Doutor Jânio Quadros**, 19 ago. 1961, Carta. Acervo da Arquidiocese Metropolitana de Aracaju. Aracaju

TÁVORA, José Vicente. **[Para] Presidente da República Juscelino Kubitscheck**, 20 nov. 1958, Carta. Acervo da Arquidiocese Metropolitana de Aracaju. Aracaju

TÁVORA, José Vicente. **[Para] Presidente da República Juscelino Kubitscheck**. 28 nov. 1958, Carta. Acervo da Arquidiocese Metropolitana de Aracaju. Aracaju

TÁVORA, José Vicente. **Discurso de Posse**. 22 mar. 1958. Manuscrito, Acervo da Arquidiocese Metropolitana de Aracaju. Aracaju.

TÁVORA, José Vicente. **Discurso na Quarta Conferência Ordinária do Episcopado Brasileiro**. 1959. (Manuscrito).

TÁVORA, José Vicente. **Gazeta de Nazaré**, Nazaré da Mata, 12 fev. 1935.

TÁVORA, José Vicente. **Gazeta de Nazaré**, Nazaré da Mata, 15 mar. 1935.

TÁVORA, José Vicente. **Gazeta de Nazaré**, Nazaré da Mata, 20 jan. 1935.

TÁVORA, José Vicente. **Jornal do Brasil**, abr. 1954, p.3.

TÁVORA, José Vicente. O Arcebispo ao Povo Sergipano. **A Cruzada**, Aracaju, 13 jun. 1961.

TÁVORA, José Vicente. O Bispo dos Operários. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, ed. 42, ano 13,

mar. 1955.

TÁVORA, José Vicente. Unidos todos os sergipanos para proteger os futuros indigentes. **A Cruzada**, Aracaju, ano 23, n. 1052, 02 ago. 1958.

TÁVORA, José Vicente. Unidos todos os sergipanos pela vitória do SAME. **A Cruzada**, Aracaju, ano 23, n. 1052, 02 ago. 1958.

TÁVORA, Maria da Conceição. **Foto (antes) do morro do Jacarezinho em fevereiro de 1948**. 1 fotografia, p&b., Arquivo pessoal de Maria da Conceição Távora.

TÁVORA, Maria da Conceição. **Foto (depois) do morro do Jacarezinho em novembro de 1948**. 1 fotografia, p&b., Arquivo pessoal de Maria da Conceição Távora.

TÁVORA, Maria da Conceição. **Foto de D. Hélder Câmara, D. José Távora e o intelectual Alceu Amoroso Lima. Jantar no Palácio São Joaquim, 1956**. 1 fotografia, p&b., Arquivo pessoal de Maria da Conceição Távora.

TÁVORA, Maria da Conceição. **Foto de D. José Távora, o Secretário de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro, o escritor Oswald de Andrade, D. Jaime Câmara, o General Aníbal de César Valdês de Passos e Souza, o advogado Heráclito Porto Sobral, D. Hélder Câmara e outras autoridades durante uma reunião no Palácio São Joaquim em 1955**. 1 fotografia, p&b., Arquivo pessoal de Maria da Conceição Távora.

TÁVORA, Maria da Conceição. **Foto de D. José Vicente Távora e D. Hélder Câmara no Palácio São Joaquim, sede da Arquidiocese do Rio de Janeiro 1956**. 1 fotografia, p&b., Arquivo pessoal de Maria da Conceição Távora.

TÁVORA, Maria da Conceição. **Foto de D. José Vicente Távora e D. Hélder Câmara no anúncio oficial do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional no Rio de Janeiro 1954**. 1 fotografia, p&b., Arquivo pessoal de Maria da Conceição Távora.

TÁVORA, Maria da Conceição. **Foto do Padre José Vicente Távora e as assistentes sociais da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em visita à favela Barreira do Vasco, Rio de Janeiro, 1949**. 1 fotografia, p&b., Arquivo pessoal de Maria da Conceição Távora.

TÁVORA, Maria da Conceição. **Foto dos alunos da Escola no Morro do Salgueiro, abril de 1948**. 1 fotografia, p&b., Arquivo pessoal de Maria da Conceição Távora.

TÁVORA, Maria da Conceição. **Primeira foto oficial como bispo da diocese Metropolitana de Aracaju. 1958**. 1 fotografia, p&b., Arquivo Particular de Maria da Conceição Távora.

TÁVORA, Maria das Vitórias. **Entrevista** concedida à Glêyse Santos Santana. 2010, Recife, 15 jun. 2010.

THEIJE, Marjo. **Tudo o que é de Deus é bom: uma antropologia do catolicismo liberacionista em Garanhuns, Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco Editora Massangana, 2002.

ANEXOS

ANEXO A – Foto de D. José Vicente Távora, o governador do estado de Sergipe, Leandro Maynard Maciel e D. Hélder Câmara no recém-inaugurado Aeroporto Santa Maria.



Fonte: Miranda, 2008.

ANEXO B – Primeira foto oficial como bispo da diocese Metropolitana de Aracaju.



Fonte: Távora, 1958.

ANEXO C – Foto aérea do Seminário de Nossa Senhora da Graça de Olinda.



Fonte: Folha Marim, 2003.

ANEXO D – O Padre José Vicente Távora e as assistentes sociais da LBA em visita à favela Barreira do Vasco, Rio de Janeiro, 1949.



Fonte: Távora, 1949.

ANEXO E - Foto (Antes) do Morro do Jacarezinho em Fevereiro de 1948



Fonte: Távora, 1948.

ANEXO F - Foto (depois) do Morro do Jacarezinho em Novembro de 1948.



Fonte: Távora, 1948.

ANEXO G - Foto do lactário instalado pela ASA e LBA no Morro da Mangueira, Rio de Janeiro em 1949.



Fonte: Fundação Leão XIII, 1949.

ANEXO H - Foto (Antes) da Favela do Morro dos Telégrafos, Rio de Janeiro, março de 1948.



Fonte: Fundação Leão XIII, 1948.

ANEXO I - Foto (Depois) Favela do Morro dos Telégrafos, Rio De Janeiro, dezembro de 1948.



Fonte: Fundação Leão XIII, 1948.

ANEXO J – Foto dos alunos da escola no Morro do Salgueiro, abril de 1948.



FONTE: Távora, 1948.

ANEXO K - Foto de D. José Vicente Távora e D. Hélder Câmara no Palácio São Joaquim, sede da Arquidiocese do Rio de Janeiro 1956.



FONTE: Távora, 1956.

ANEXO L – Foto de D. José Távora, o Secretário de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro, o Escritor Oswald de Andrade, D. Jaime Câmara, o General Aníbal de César Valdês de Passos e Souza, o Advogado Heráclito Porto Sobral, D. Hélder Câmara e outras autoridades durante uma reunião no Palácio São Joaquim em 1955.



FONTE: Távora, 1955.

ANEXO M – Foto do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional no Rio de Janeiro 1955.



FONTE: Botelho, 1955.

ANEXO N – Foto de D. José Vicente Távora e D. Hélder Câmara no anúncio oficial do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional no Rio de Janeiro 1954



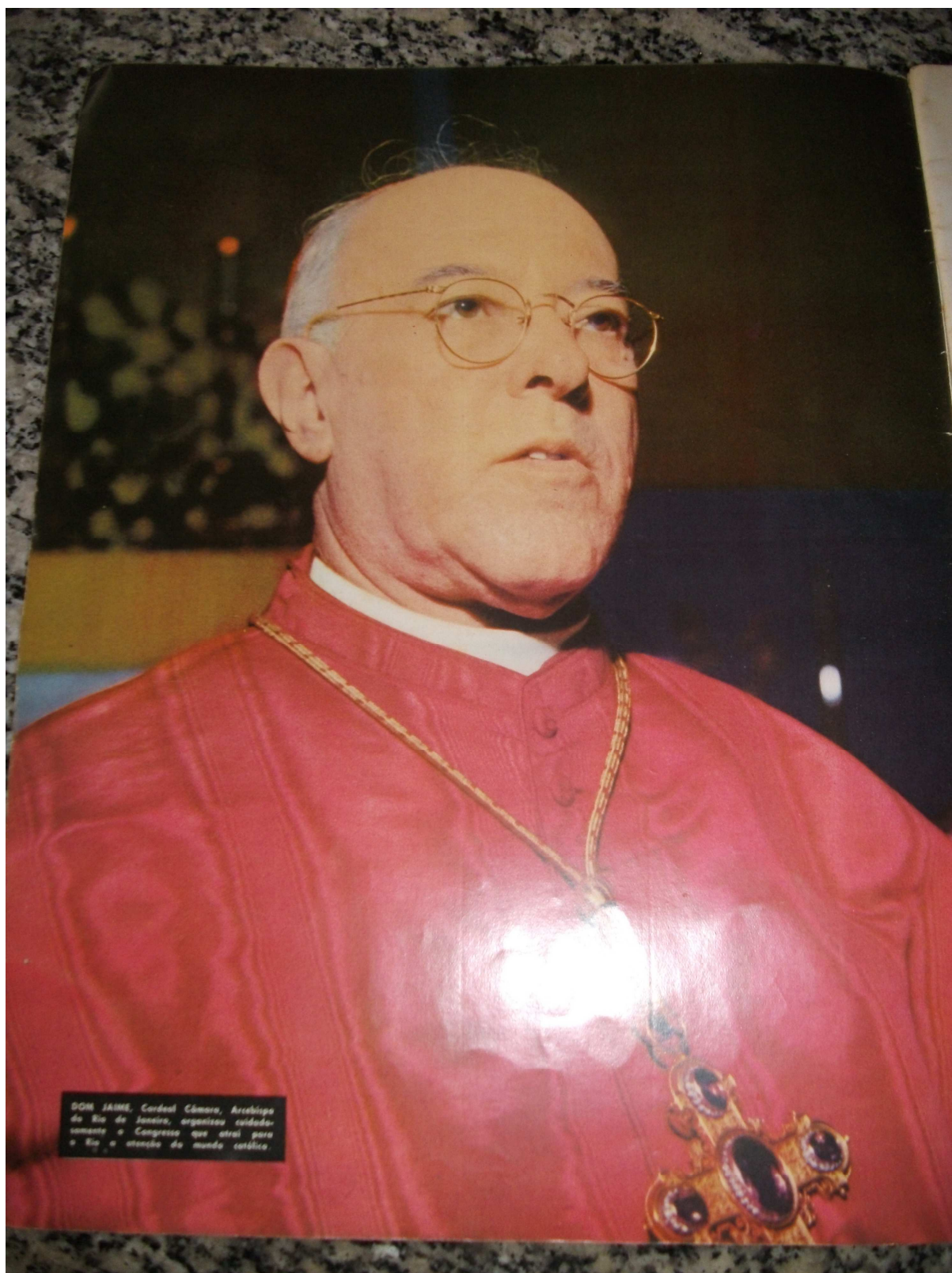
Fonte: Távora, 1954.

ANEXO O – Foto de D. Hélder Câmara, D. José Távora e o Intelectual Alceu Amoroso Lima num jantar realizado no Palácio São Joaquim, 1956.



FONTE: Távora, 1956.

ANEXO P – Foto de D. Jaime Câmara



DOM JAIME, Cardeal Câmara, Arcebispo de Rio de Janeiro, organizou cuidadosamente o Congresso que atrai para o Rio a atenção do mundo católico.

Fonte: Botelho, 1955

ANEXO Q – Foto “O Bispo dos Operários”



Fonte: Botelho, 1955.